

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE DIREITO**

Bruno Cardoni Ruffier

**O Naturalismo Romântico de Stuart Mill: Fundamentos Epistemológicos para uma
liberdade *a posteriori*.**

Porto Alegre

2018

Bruno Cardoni Ruffier

**O Naturalismo Romântico de Stuart Mill: Fundamentos Epistemológicos para uma
liberdade *a posteriori*.**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Departamento de Direito Público e Filosofia do Direito da Faculdade de Direito da UFRGS como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Direito.

Orientador: Marcus Boeira

Porto Alegre

2018

Ruffier, Bruno Cardoni

O Naturalismo Romântico de Stuart Mill:
Fundamentos Epistemológicos para uma Liberdade A
Posteriori / Bruno Cardoni Ruffier. -- 2018.

108 f.

Orientador: Marcus Rycembel Boeira.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Direito, Curso de Ciências Jurídicas e Sociais,
Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Stuart Mill. 2. Liberdade. 3. Romantismo. 4.
Epistemologia. 5. Utilitarismo. I. Boeira, Marcus
Rycembel, orient. II. Título.

Bruno Cardoni Ruffier

**O Naturalismo Romântico de Stuart Mill: Fundamentos Epistemológicos para uma
Liberdade *a posteriori*.**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Departamento de Direito Público e Filosofia do Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Direito.

Aprovado em: ____ de _____ de ____.

BANCA EXAMINADORA

Luiz Fernando Barzotto - UFRGS

Alejandro Alvarez - UFRGS

Marcus Boeira - UFRGS (orientador)

RESUMO

A tradição das declarações de direitos humanos postula a liberdade a partir de uma dedução *a priori*, e este é o fundamento da sua doutrina de direitos. A partir de tal método, podem também estabelecer uma diferença qualitativa entre homens e animais. A tradição utilitarista positivista nega a legitimidade de deduções *a priori*, de modo que não reconhece nem a liberdade nem a diferença qualitativa entre homens e animais. Stuart Mill é adepto da ilegitimidade da dedução *a priori*, mas postula certa modalidade de liberdade humana e defende a sua proteção por meio de direitos subjetivos. Tal concepção de liberdade equivale ao conceito Romântico Alemão de *Bildung*. Este fundamento teórico permite a Mill definir uma diferença qualitativa entre humanos e animais, aparentemente sem fazer recurso a nenhum tipo de dedução *a priori*. O presente trabalho oferece uma hipótese interpretativa sobre como isso é feito. O livre desenvolvimento de si requer a ampliação do conhecimento proposicional, mas também o desenvolvimento de uma percepção das coisas inomináveis que se apresentam aos sentidos, e que oferecem ao ser humano uma dimensão de indeterminabilidade. Na fase da pesquisa que corresponde a este Trabalho de Conclusão de Curso, busca-se estabelecer os limites do conhecimento proposicional de Stuart Mill.

ABSTRACT

The tradition of human rights declarations posits freedom from an a priori deduction, and this is the foundation of its doctrine of rights. From this method, they can also establish a qualitative difference between men and animals. The positivist utilitarian tradition denies the legitimacy of a priori deductions, so that it recognizes neither freedom nor qualitative difference between men and animals. Stuart Mill is an adept at the illegitimacy of a priori deduction, but postulates a certain modality of human freedom and defends its protection by subjective rights. Such a conception of freedom amounts to the German Romantic concept of *Bildung*. This theoretical foundation allows Mill to define a qualitative difference between humans and animals, apparently without recourse to any kind of a priori deduction. This paper offers an interpretative hypothesis about how this is done. Free self-development requires the expansion of propositional knowledge, but also the development of a perception of unnameable things which present themselves to the senses and which offer the human being a dimension of indeterminability. In the phase of the research that corresponds to this Essay, it is sought to establish the limits of the propositional knowledge of Stuart Mill.

Agradecimentos:

À família Cardoni Ruffier: Laura, Ester e Daniel que me ensinaram sobre amor e dever; aos Baby Budas: Bordini, Henrique e Gabi (pois juntos desenvolvemos nossos “nós”!); à Victória Einsfeld que me ensinou sobre o indizível; aos professores Alejandro, Barzotto, Boeira, Rossal, Paulo Macdonald, Alfredo Storck, Boff, Ricardo Camargo e Roberta Baggio; ao Plato Divorak e Jorge Mautner, que informam minha ética e estética; à Gláucia e ao Marcelo, amigos que me fazem orgulhoso de ser seus amigos; ao André (meu analista); aos meus empregadores na Verbo Jurídico, que me possibilitaram um sustento pela escrita. Também ao Sci Hub e ao Libgen, sem os quais esse trabalho não seria possível.

*O homem antigamente falava/ Com a cobra, o jabuti e o leão / Olha o macaco na selva /
Não é macaco baby, é meu irmão! / Porém durou pouquíssimo tempo/ Essa incrível curtição /
Pois o homem, rei do planeta / Logo fez sua careta / E começou a sua civilização
Agora já é tarde / Ninguém nunca volta jamais / O jeito é tomar um foguete / é comer desse banquete / Para
obter a paz / Que a gente tinha quando falava com os animais
- Samba dos Animais - **Jorge Mautner**, 1975*

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1. INTRODUÇÃO: | 13 |
| 1. A tradição dos direitos subjetivos do homem, a dedução a priori da liberdade e a diferença qualitativa entre seres humanos e animais. | 13 |
| 2. A tradição naturalista britânica, a ilegitimidade do raciocínio dedutivo a priori, o determinismo e a indiferenciação entre humano e animal. | 15 |
| 3. O ecletismo de Stuart Mill. | 17 |
| 4. O direito moral ao desenvolvimento do “eu”, ou as condições negativas para liberdade | 19 |
| 5. As condições positivas da liberdade, a diferença qualitativa entre os prazeres e a consequente diferenciação entre humanos e animais. | 21 |
| 6. O inefável romântico como fundamento epistemológico para uma liberdade a posteriori. | 25 |
| 2. A TEORIA DO CONHECIMENTO PROPOSICIONAL DE STUART MILL | 28 |
| 1. Ponto de partida: o naturalismo empirista e associacionista dos primeiros Benthamitas. | 28 |
| 1.1 Tudo está sujeito à causalidade. | 28 |
| 1.2 O método “geométrico” de Bentham, James Mill, David Ricardo, e seus críticos. | 31 |
| 1.2 O propósito do <i>System of Logic</i> . | 36 |
| 2. Filosofia da linguagem e o vazio do raciocínio puramente dedutivo. | 37 |
| 2.1 Denotação e conotação: | 38 |
| 2.2 Proposições reais e proposições verbais: | 39 |
| 2.3 O silogismo, por si só, não oferece nenhum novo conhecimento: | 41 |
| 3. Fundamentos da razão teórica. | 42 |
| 3.1 O método indutivo. | 43 |
| 3.2 A autojustificação da indução pelo “primitivo-normativo”. | 45 |
| 4. Filosofia da ciência: | 48 |
| 4.1. Os métodos da indução. | 49 |
| 4.2 O método hipotético, tomado independentemente, não é legítimo: | 50 |
| 5. Aritmética, geometria e lógica. | 54 |
| 5.1 A natureza definitivamente indutiva de todas as ciências. | 54 |
| 5.2 Aritmética: | 54 |
| 5.3 Geometria: | 58 |
| 5.4 Lógica | 63 |
| 6. As ciências morais: psicologia, etologia e a questão da necessidade. | 66 |
| 6.1 Psicologia. | 66 |
| 6.2 Etologia. | 72 |
| 6.3 Necessidade e Livre Arbítrio. | 81 |

| | |
|---|-----|
| 8. A relatividade do conhecimento humano | 92 |
| 8.1 Fenomenalismo: as sensações constituem a realidade | 92 |
| 8.2 A legitimidade das crenças irresistíveis: | 94 |
| 8.3 A externalidade do mundo é uma expectativa | 95 |
| 8.4 A nossa mente e as mentes dos outros. | 98 |
| 8.5 A inexplicabilidade final do “Eu”: | 101 |
| 3. CONCLUSÃO - AS FRONTEIRAS DO DESCRITÍVEL. | 104 |
| 1. “Química Mental” | 104 |
| 2. O primitivo normativo | 104 |
| 3. A referencialidade da linguagem proposicional. | 105 |
| 5. A violação inconsciente das leis da lógica | 105 |
| 6. O princípio da enumerabilidade limitada. | 106 |
| 7. A inexplicabilidade do “eu”, ou “o conhecimento não é objeto de si”. | 107 |
| 8. O objeto das artes excita sentimentos. | 107 |
| BIBLIOGRAFIA: | 109 |

1. INTRODUÇÃO:

1. A tradição dos direitos subjetivos do homem, a dedução a priori da liberdade e a diferença qualitativa entre seres humanos e animais.

Em 1776, a Declaração Americana de Independência invocou a doutrina de que todos os seres humanos são criados iguais e possuem direitos naturais inalienáveis à vida, à liberdade, e à busca da felicidade. E que apenas para assegurar tais direitos é que os governos - derivando os seus poderes do consentimento dos governados - eram instituídos (HART, 1983, p. 179). Treze anos depois, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão francesa empregou pela primeira vez o termo “direitos humanos”, caracterizando-os como “naturais, imprescritíveis e inalienáveis”.

O documento anunciava que os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos; que a finalidade de toda associação política é a conservação dos direitos à liberdade, à propriedade, à segurança e à resistência à opressão; e que toda soberania reside na nação. Nenhum indivíduo ou grupo de indivíduos poderia exercer autoridade que dela não emane expressamente (EDMUNDSON, 2006, p. 61).

Esses direitos, tal como declarados, são direitos subjetivos: O “sujeito” do direito subjetivo é o detentor do direito, e não o observador do direito; e o “objeto” do direito objetivo não é nenhum objeto em particular - natural, material ou qualquer outro, mas uma avaliação ou prescrição moral encarada como objeto global. (EDMUNDSON, 2006, p. 23).

A concepção de tal modalidade subjetiva de direitos tornou-se possível a partir do desenvolvimento de um método investigativo peculiar ao início do Iluminismo, o método apriorístico. Esse método posicionava o sujeito como ponto de partida na investigação ou construção do conhecimento (BRISTOW, 2017).

No método apriorístico o conhecimento segue às definições ou é deduzido de princípios mais abrangentes, cuja verdade e a força probatória, de maneira absolutamente independente da experiência (DANCY; SOSA; STEUP, 2010, p. 241), seria análoga à força de uma demonstração matemática. (SHAPIRO, 2006, p. 13–4)

Um dos principais expoentes da investigação científica fundada em princípios *a priori* foi Descartes. Conforme o seu método dedutivo, nem os sentidos, nem nenhuma outra autoridade deve ser confiada, que não a convicção. E nem mesmo a convicção, até que ela tivesse passado por um rigoroso questionamento cético (BRISTOW, 2017). Ao duvidar da existência do mundo (e de tudo mais que compõe a sua ordem cósmica) e perceber-se incapaz de duvidar da própria dúvida - “Penso, logo existo!” -, Descartes fez da subjetividade o ponto de partida necessário para a busca de quaisquer outras convicções. Seu método de raciocínio definiu “verdade” como aquilo que resiste à dúvida, e fez da certeza - que não é outra coisa se não um estado de nossa consciência subjetiva - o seu novo critério (FERRY, 2007, p. 158–61).

Ao longo dos séculos seguintes, diferentes pensadores iluministas teriam compreensões extremamente diversas a respeito do conhecimento e da ciência. Mas todos eles foram absorvidos pela tarefa de situar o conhecimento “na trilha segura da ciência”, como definiu Kant na *Crítica da Razão Pura*. (SHAPIRO, 2006, p. 11).

Para Kant, podemos adquirir conhecimento científico da natureza porque nós o constituímos *a priori*, conforme certas formas cognitivas. Por exemplo, podemos conhecer a natureza como um domínio causalmente ordenado, pois nós sintetizamos *a priori* as sensações oferecidas pelo mundo aos cinco sentidos conforme a categoria da causalidade, que já está na mente humana antes de qualquer experiência (BRISTOW, 2017).

Sob o fundamento de que a realidade é uma ordenação dos sentidos a partir de categorias que não pertencem ao mundo, mas ao indivíduo, a liberdade individual se torna uma preocupação central para na política. Isto, pois a partir de tal forma de compreender e organizar o conhecimento, o ser humano passa a se definir como tal a partir da sua capacidade de se libertar do instinto natural e por ter uma história cuja evolução não é determinada pela natureza. É somente por isso que “ele pode criar uma cultura que se oponha às regras naturais (como a lei do mais forte), tal qual a cultura democrática” (FERRY, 2007, p. 126–127). Assim, além da confiança na ciência, é a centralidade dos direitos individuais que diferencia a filosofia política deste ramo do iluminismo do compromisso dos antigos e dos medievais com a ordem e hierarquia (SHAPIRO, 2006, p. 12–13).

Um aspecto peculiar dessa tradição filosófica é a diferença entre seres humanos e animais. Seja em Kant, em Locke, ou em tantos outros filósofos cujas ideias influenciaram a doutrina dos Direitos do Homem, o ser humano é o único ser de antinatureza. O único capaz de abstrair da causalidade natural e o primeiro a enfrentar o problema da normatividade - cujo desdobramento é a própria doutrina dos direitos.

Em Locke, por exemplo, a peculiaridade dos direitos humanos se funda sobre um argumento dedutivo, que torna análogos os direitos de propriedade do Criador sobre suas criaturas e dos humanos sobre as suas criações. A criatividade humana foi dada por Deus para que os humanos criem na natureza. Assim, os humanos agem como “deuses em miniatura” sobre o mundo natural, a partir da sua vontade de alterá-lo. “Transformar a ontologia das substâncias”. A propriedade sobre aquilo que os humanos criam voluntariamente é análoga à propriedade que Deus tem sobre os frutos de Sua vontade e sobre a vida humana (SHAPIRO, 2006, p. 12–17). Percebe-se já na teoria de Locke o ser humano como algo apartado do resto do mundo natural.

Em Kant a normatividade surge em razão da natureza reflexiva da consciência humana. Nós podemos, e frequentemente questionamos nossos próprios desejos, nossas inclinações, e somos capazes de nos perguntar se “esses desejos são razões para a ação?”, “esses impulsos representam o tipo de coisa pela qual eu quero agir?”. Nossas capacidades reflexivas nos permitem e exigem que nos afastemos dos meros impulsos para determinar quando e se devemos agir sobre eles. Ao recuar, abstraindo da causalidade natural, ganhamos certa distância a partir da qual podemos responder a essas perguntas. Nós decidimos se devemos tratar nossos desejos como razões de ação baseado em nossas concepções de nós mesmos, em

nossas “identidades práticas”. Quando determinamos se devemos tomar um desejo particular como uma razão para agir, estamos nos engajando em um nível adicional de reflexão, um nível que requer uma descrição endossável de nós mesmos, separados do mundo. (GRUEN, 2017).

Em outras palavras, para Kant, o ser humano é capaz de um pensamento ampliado: tanto ser o agente no mundo, como também se afastar desse agente, refletir sobre ele e julgá-lo em um nível apartado da sua existência no mundo físico, natural e causal. “O pensamento ampliado é justamente aquele que, graças à reflexão, consegue se destacar da sua situação particular de origem e elevar-se até a compreensão do outro”. (FERRY, 2009a, p. 15). E seríamos os únicos animais capazes desse feito.

Para os fins do nosso argumento, importa afirmar que na tradição dos direitos do homem, a liberdade é uma característica necessária, estabelecida a partir de uma dedução de princípios gerais não aferíveis pelos dados dos sentidos. Somos livres na medida em que nosso intelecto é capaz de identificar como apartados o “eu” e o “mundo”, afastando a consciência da sucessão de eventos do mundo natural.

2. A tradição naturalista britânica, a ilegitimidade do raciocínio dedutivo a priori, o determinismo e a indiferenciação entre humano e animal.

Apenas três meses antes da assinatura da Declaração Americana, do outro lado do atlântico, Jeremy Bentham anunciara no seu *A Fragment on Government* a primeira formulação dos princípios do Utilitarismo: o governo e os limites ao governo estariam fundamentados sobre princípios muito diferentes dos das declarações: não em referência a direitos individuais nem a um direito particular à espécie humana, mas em referência “a maior felicidade do maior número”.

Ainda, no ensaio em resposta à Declaração francesa, *Anarchical Fallacies*, Bentham expandiu sua argumentação: O governo existe não porque os seres humanos possuem direitos anteriores a ele que ele deve preservar, mas porque sem o governo e a lei, os seres humanos não possuem nenhum direito e nem podem tê-los. O teste de um bom governo, assim, não é a proteção de direitos naturais, mas tão somente a felicidade geral dos governados (HART, 1983, p. 179–181).

Bentham desprezava a tradição dos direitos do homem de sua época e declarava-a um absurdo retórico. Ele via os direitos como produtos humanos, criados pelo sistema legal e postos em prática pelo soberano. Insistia que não há direitos sem coação, e não há coação sem autoridade. Ao afirmar que só o poder político cria o direito, Bentham inaugura o positivismo jurídico. Para ele, a declaração francesa esvaziava o poder efetivo das legislaturas políticas. Ela equivaleria a um atestado de inutilidade dos governos. (DALAQUA, 2015, p. 106)

Esses exemplos (...) bastam para evidenciar o absurdo e perigo de toda tentativa, por parte do governo presente, de amarrar as mãos de governos futuros em relação a este ou a qualquer outro ponto da legislação. Repare (...) quão incapazes de serem definidas de antemão por traços gerais são as fronteiras que separam o justo (*right*) do injusto (*wrong*) (...) - o quão dependente

do sabor dos tempos e dos eventos e circunstâncias o dia elas o são - (...) Que maldição seria para qualquer país ter um legislador que, com a mais pura das intenções, resolvesse fixar para toda a eternidade regras inflexíveis e inquebrantáveis, deduzidas dos direitos sagrados, invioláveis e imprescritíveis do homem, e das primitivas e imutáveis leis da natureza (BENTHAM, 1843, vol. II p. 515)

Enquanto a lei natural era tradicionalmente vista como um do parâmetro de avaliação dos sistemas jurídicos positivos, para Bentham só existiria a lei positiva, que deveria ser avaliada por princípios utilitaristas baseados no método indutivo (e não dedutivo) das ciências (SHAPIRO, 2006, p. 25). Para Bentham, só existem direitos no sentido “objetivo” do termo.

Partindo de um método empirista, Bentham sustentava que todo o conhecimento é derivado das sensações: o intelecto não possui material com o qual trabalhar além daquele obtido pelos sentidos. As pessoas apenas podem saber, em qualquer acepção científica do termo, aquilo que pode ser observado e verificado. Ele defendeu que a ciência do direito deve ser construída sobre a mesma base da medicina: sensações e experiências (CRIMMINS, 2018):

O utilitarismo tinha uma base naturalista fundada nos imperativos de sobrevivência do organismo humano (SHAPIRO, 2006, p. 26–7). “Assim como a natureza colocou a Terra sob a força da lei da gravidade”, dizia ele, a natureza “colocou a humanidade sob o governo de dois mestres, a dor e o prazer”. E a partir da descoberta dessas leis, Bentham propunha uma doutrina que tanto descreve o fato da vida, quanto prescreve como ela deve ser vivida (BUCHHOLZ, 2000, p. 114).

O esclarecimento sobre a sujeição humana ao princípio de evitar a dor e buscar o prazer nos transportaria para um controle consciente das condições nas quais ele opera. Uma vez conhecidas essas condições, o governo poderia ser induzido a maximizar corretamente a utilidade. A liberdade humana, deste modo, existiria apenas dentro da moldura de uma ciência absolutamente determinada pelo próprio princípio do prazer, e incapaz de transcendê-lo. (SHAPIRO, 2006, p. 43–7):

Nessa moldura teórica, os seres humanos não apresentam qualquer diferença em relação aos outros seres da natureza, porque não estão, em absoluto, fora dela. A lei da utilidade é uma lei natural que se aplica a todos os seres indistintamente, respeitadas as diferenças cognitivas de cada um. Por isso, humanos e animais não são qualitativamente diferentes (FERRY, 2009b, p. 75–82).

Bentham, quanto ao alcance e extensão do seu utilitarismo, resume o ponto da seguinte maneira: “a questão não é, eles podem raciocinar? Nem, eles podem falar? Mas eles podem sofrer?”.

Para os fins do nosso argumento, importa afirmar que a tradição Benthamita não reconhece a legitimidade dos argumentos dedutivo *a priori*, portanto rejeita a ideia da liberdade como autonomia (afinal as leis que determinam nossa conduta não são dadas por nós, mas pela natureza). Coincidentemente, os seres humanos não possuem qualquer característica que os torne diferentes dos outros animais.

3. O ecletismo de Stuart Mill.

John Stuart Mill nasceu filho de James Mill, e este é, - conforme seu mais recente biógrafo -, um dos fatos mais importantes da sua vida (CAPALDI, 2004, p. 1). Amigo e proeminente aliado de Bentham e dos radicais utilitaristas, James Mill educara o filho com intenção de prepará-lo para a liderança da próxima geração do movimento. Mill iniciara os estudos de grego aos três anos, latim aos nove, e aos doze já conhecia a maior parte do cânone clássico. Na adolescência estudara economia política, lógica e cálculo, e no tempo livre fazia experiências. Na juventude, ele já havia internalizado o credo utilitarista: atuou como editor do livro *Rationale of Judicial Evidence* de Bentham e tornou-se um engajado propagandista do movimento (MACLEOD, 2018).

O “princípio da utilidade”, compreendido como Bentham o compreendeu, e aplicado da maneira que ele aplicara (...), caíra exatamente em seu lugar como a pedra fundamental que sustenta juntas todas as porções fragmentárias e desconexas do meu conhecimento e crenças. Ele deu unidade a minha concepção das coisas. Agora eu tinha opiniões; um credo, uma doutrina, uma filosofia; em num (e no melhor) sentido da palavra, uma religião; a inculcação e difusão da qual se poderia fazer o principal objetivo exterior de uma vida¹. (*Autobiography*, I, p. 68)

Todos os Benthamitas adotavam um paradigma de conhecimento derivado das ciências da natureza. Eles eram positivistas no sentido de que o conhecimento era estritamente igualado com os métodos da ciência - com a observação factual não valorativa, com a dedução das conexões ordenando o fenômeno observável, e com a descoberta de leis exatas. Esta era a ciência Newtoninana tal como a compreendiam: uma combinação de deduções matemáticas com observação empírica. Coincidentemente, os Benthamitas tomavam os sentimentos do observador individual como irrelevantes, na melhor das hipóteses. Todo o que não fosse empiricamente verificável e descritível em termos de proposições era mera especulação e misticismo: a linguagem dos sentimentos era caracteristicamente inexata, ilógica, e um desserviço à objetividade científica. (HALLIDAY, 2004, p. 31).

Stuart Mill, como se verá, compartilha com seus predecessores Benthamitas essa teoria do conhecimento inteiramente indutivista, que rejeita a legitimidade científica de deduções *a priori* e a possibilidade de qualquer ação ou pensamento cuja causa não tenha sido causada. Do seu pai e de Bentham, Mill recebera treinamento no método analítico, que consistia em “nunca raciocinar sobre o todo antes deste ter sido resolvido nas suas partes, nem sobre abstrações até que elas tenham sido traduzidas em realidades” (*Bentham*, X, p. 86).

¹ The "principle of utility," understood as Bentham understood it, and applied in the manner in which he applied (...), fell exactly into its place as the keystone which held together the detached and fragmentary portions of my knowledge and beliefs. It gave unity to my conceptions of things. I now had opinions; a creed, a doctrine, a philosophy; in one (and the best) sense of the word, a religion; the inculcation and diffusion of which could be made the principal outward aim of a life

Aos 20 anos, todavia, Mill, sofreu uma crise mental. “Ainda que estivesse vivo intelectualmente, sentia-se emocionalmente morto. Ele podia pensar com clareza, mas não via sentido nisso” (HALLIDAY, 2004, p. 1).

Ocorreu-me colocar a questão diretamente para mim: “Suponha que todos os seus objetivos na vida se realizassem; que todas as mudanças em instituições e opiniões que você espera, pudessem ser completamente efetivadas nesse mesmo instante: seria isso uma grande alegria e felicidade para você?” E uma autoconsciência irreprimível distintamente respondeu, “Não!” (...) Pareceu-me que eu não tinha mais nada pelo quê viver² (*Autobiography*, I, p. 139).

Mill encontrou sua recuperação na poesia dos Românticos, e com ela um novo lado do seu caráter desenvolveu-se. Agora, ele enfatizava a importância do cultivo dos sentimentos junto da necessidade de reformas sociais. Mill via a poesia como um importante ramo da educação. Educação, para ele, tornou-se educação do intelecto e dos sentidos (HALLIDAY, 2004, p. 10). Ele valorizava particularmente Wordsworth, Coleridge, Carlyle e Goethe, e conforme sua biografia, o contato com esses pensadores lhe trouxe uma aguda percepção de que a filosofia benthamita - naturalista, analítica ou “mecânico-corpuscular” - na qual ele havia sido educado, continha apenas “um lado da verdade³” (*Autobiography*, I, p.169).

Poucas pessoas exercitaram mais influência sobre os meus pensamentos e caráter do que Coleridge. Coleridge era o pensador mais sistemático de nosso tempo; (...) sem excepcionar Bentham, cujo edifício é tão bem construído quanto, mas é construído sobre uma planície bem mais simples, e que cobre muito menos terreno. No todo, há mais alimento para o pensamento - e o melhor tipo de pensamento - em Coleridge do que em todos os outros escritores contemporâneos⁴” (*Letters*, XII, p. 221)

A realidade que Mill experimentava na sua vida era a da antítese entre análise e imaginação, intelecto e sentimento, entre a mente e alguma “sensibilidade interior mais elevada”. Sua crise mental o fez pensar que a indiferença quanto aos sentimentos era uma falácia perigosa. A crise lhe apontou para variedades de conhecimento e experiência completamente deslocados da educação analítica que recebera. Na visão de Mill, a multilateralidade (*many-sidedness*) - que era o lema de Goethe - seria irrealizável se a razão fosse a única faculdade na qual se pudesse confiar. O conhecimento requeriria um tipo de percepção elevada, um nível de experiência pessoal no qual os sentimentos são essenciais. (HALLIDAY, 2004, p. 29–30).

² [I]t occurred to me to put the question directly to myself: “Suppose that all your objects in life were realized; that all the changes in institutions and opinions which you are looking forward to, could be completely effected at this very instant: would this be a great joy and happiness to you?” And an irrepressible self-consciousness distinctly answered, “No!” (...) I seemed to have nothing left to live for.

³ One side of the truth

⁴ “few persons have exercised more influence over my thoughts and character than Coleridge has” ;“ the most systematic thinker of our time”; “without excepting over Bentham, whose edifice is as well bound together, but is constructed on so much simpler a plan, and covers som much less ground. On the whole, there is more food for thought - and the Best kind of thought - in Coleridge than in all other contemporary writers”

A partir da crise mental, seu objetivo filosófico primário tornou-se integrar e reconciliar essas escolas filosóficas opostas. “Quem pudesse dominar as premissas e combinar os métodos de ambas, possuiria toda a filosofia Inglesa da sua época⁵”. (Coleridge, X, p. 121)

4. O direito moral ao desenvolvimento do “eu”, ou as condições negativas para liberdade

No último capítulo do livro em que apresenta a sua versão do Utilitarismo, ao tratar da relação entre a utilidade e a justiça, Mill mostra discordância com o positivismo de Bentham, e reconhece a existência de direitos morais que podem ser opostos a um direito legal:

Quando, todavia, uma lei é pensada ser injusta, parece ser sempre vista como sendo-a do mesmo modo como uma brecha na lei é injusta, a saber, por infringir o direito de alguém; o qual, como não pode ser o caso de um direito legal, recebe um nome diferente e é chamado direito moral. Podemos dizer, portanto, que um segundo caso de injustiça consiste em tomar ou restringir algo de alguém ao qual ela tenha um direito moral (...) Parece-me que essa característica em questão - o direito em alguma pessoa, correlativa a uma obrigação moral - constitui a diferença específica entre justiça, e generosidade ou beneficência. Justiça implica algo o qual não apenas é certo fazer e errado não fazer, mas aquilo que alguma pessoa individual possa reivindicar de nós como seu direito moral⁶ (*Utilitarianism*, X, p. 242; 247).

A justiça então remete àquilo que o indivíduo pode reivindicar como sendo seu direito moral (DALAQUA, 2015, p. 104). Mas em momento nenhum no Utilitarismo encontramos, à maneira da Declaração francesa, uma lista de artigos explicitando quais são os direitos morais. Mill parece não lhes prescrever conteúdo fixo: “Utilidade, tal qual os preceitos de toda arte prática, admite um melhoramento indefinido, e, e um estado progressivo do espírito humano, seu aperfeiçoamento realiza-se perpetuamente⁷ (*Utilitarianism*, X, p. 224)”.

No Ensaio sobre a Liberdade, Mill identifica o objeto a ser protegido pelos direitos morais com o “interesse permanente do homem enquanto um ser progressivo”, e indica o princípio do dano como o princípio de legitimidade que define até onde se justifica a interferência do Estado ou da sociedade sobre estes interesses (DALAQUA, 2015, p. 115):

O objetivo deste Ensaio é afirmar um princípio bastante simples, capaz de governar em absoluto as relações sociedade com o indivíduo no que diz respeito à compulsão e ao controle (...). Esse princípio é o de que o único fim que legitima a humanidade a interferir, individual ou

⁵ [W]hoever could master the premisses and combine the methods of both, would possess the entire English philosophy of their age”

⁶ When, however, a law is thought to be unjust, it seems always to be regarded as being so in the same way in which a breach of law is unjust, namely, by infringing somebody's right; which, as it cannot in this case be a legal right, receives a different appellation, and is called a moral right. We may say, therefore, that a second case of injustice consists in taking or withholding from any person that to which he has a moral right. (...) It seems to me that this feature in the case - a right in some person, correlative to the moral obligation - constitutes the specific difference between justice, and generosity or beneficence. Justice implies something which it is not only right to do, and wrong not to do, but which some individual person can claim from us as his moral right.

⁷ [U]tility, like the precepts of every practical art, admit of indefinite improvement, and, in a progressive state of the human mind, their improvement is perpetually going on.

coletivamente, na liberdade de ação de qualquer um é a autoproteção. O único propósito de se exercer legitimamente (*rightfully*) o poder sobre qualquer membro de uma comunidade civilizada, contra sua vontade, é evitar dano aos demais. Seu próprio bem, físico ou moral, não é garantia suficiente. O indivíduo não pode, legitimamente, ser compelido a fazer ou deixar de fazer [algo] porque (...), na opinião dos outros, fazê-lo seria sábio ou mesmo correto. Essas são boas razões para adverti-lo, contesta-lo, persuadi-lo, insta-lo, mas não para o compelir ou castigar quando procede de outra forma. Para justificar esse exercício do poder, deve-se provar que a conduta que se deseja coibir produzirá mal a outrem⁸. (*On Liberty*, XVIII, p. 223-4)

O princípio do dano, então, é um princípio de legitimidade que delimita o campo de interferência sobre a conduta individual. “Dano”, aqui, pode ser entendido como aquilo que prejudica “os interesses do homem enquanto um ser progressivo”. Como portador de direitos morais, o “indivíduo enquanto um ser progressivo” é o critério último da justiça, porque são esses os interesses que, se perseguidos por cada indivíduo, promoverão de maneira mais eficiente a utilidade.

É apropriado declarar que dispenso qualquer vantagem que poderia aferir ao meu argumento pela ideia de um direito abstrato (*abstract right*), concebido como algo independente da utilidade. Considero a utilidade como critério último de todas as questões éticas; emprego-a, porém, em seu sentido amplo, que se fundamenta nos interesses permanentes do homem enquanto um ser progressivo. Tais interesses, conforme argumento, autorizam a sujeição da espontaneidade individual ao controle externo⁹ (*On Liberty*, XVIII, p. 224).

No limite, são razões de eficiência que justificam a ausência da intervenção, pois “a humanidade ganha mais tolerando que cada um viva conforme o que lhe parece bom do que compelindo cada um a viver conforme pareça bom ao restante”. (DALAQUA, 2015, p. 115–20)

Nenhuma pessoa, tampouco qualquer número de pessoas, está autorizada a ditar a outro ser humano de idade madura que ele não pode fazer de sua vida, em seu próprio benefício, o que escolher fazer. Ele é o maior interessado em seu próprio bem-estar. Os interesses que qualquer outra pessoa pode ter na sua vida (...) são minúsculos, se comparados com o interesse da própria parte interessada. O interesse que a sociedade pode ter por ele enquanto indivíduo (...) é fragmentário e totalmente indireto, ao passo que, com relação aos próprios sentimentos e

⁸ The object of this Essay is to assert one very simple principle. as entitled to govern absolutely the dealings of society with the individual in the way of compulsion and control (...). That principle is, that the sole end for which mankind are warranted, individually or collectively, in interfering with the freedom of action of any of their number, is self-protection. That the only purpose for which power can be rightfully exercised over any member of a civilized community, against his will. is to prevent harm to others. His own good, either physical or moral, is not a sufficient warrant. He cannot rightfully be compelled to do or forbear because (...) in the opinions of others, to do so would be wise or even right. These are good reasons for remonstrating with him, or reasoning with him, or persuading him, or entreating him, but not for compelling him, or visiting him with an evil in case he do otherwise. To justify that, the conduct from which it is desired to deter him, must be calculated to produce evil to some one else.

⁹ It is proper to state that I forego any advantage which could be derived to my argument from the idea of abstract right, as a thing independent of utility. I regard utility as the ultimate appeal on all ethical questions: but it must be utility in the largest sense, grounded on the permanent interests of man as a progressive being. Those interests, I contend, authorize the subjection of individual spontaneity to external control, only in respect to those actions of each. which concern the interest of other people.

circunstâncias, o homem e a mulher mais ordinários contam com meios de conhecimento que ultrapassam os que qualquer outra pessoa possa conseguir. A tentativa da sociedade de passar por cima de seus juízos e propósitos, no que concerne apenas a si próprio, só poderá se fundar em proposições gerais; e estas podem estar completamente equivocadas, ou ainda que certas, fadadas a ser mal aplicadas no caso individual, por pessoas que têm pouco conhecimento das circunstâncias porque as olham de fora¹⁰ (*On Liberty*, XVIII, p. 277).

Sabe-se que “metade” da filosofia de John Stuart Mill é uma reação contra o utilitarismo da geração anterior, que defendia a possibilidade científica de se medir a quantidade de felicidade na sociedade. Para os seus predecessores, a felicidade era considerada, essencialmente, um mesmo tipo de “substância” psicológica. *On Liberty*, nesse contexto, foi parcialmente escrito para opor à tendência em se prescrever para todos, um mesmo tipo de felicidade. Mill resiste a essa visão afirmando que a felicidade individual varia não apenas quantitativamente, mas qualitativamente. É por isso ele descreve tão pouco os objetivos positivos que a liberdade que alguém pode ou deve perseguir (THORNBLY, 1973, p. 92–3).

5. As condições positivas da liberdade, a diferença qualitativa entre os prazeres e a consequente diferenciação entre humanos e animais.

Isto não significa que Mill não possua uma concepção positiva de liberdade. Para compreendê-la, devemos olhar mais atentamente ao seu ideal de felicidade e considerar suas fontes.

Mill menciona em um número de ocasiões que ele deve muito às ideias de Wilhelm Von Humboldt. Humboldt por sua vez foi fortemente influenciado por Goethe e Schiller, e também pelo movimento filosófico de seu tempo, o idealismo alemão (THORNBLY, 1973, p. 94). De fato, Mill abre o *On Liberty* com uma citação de Humboldt:

“O grande, princípio condutor em direção ao qual cada argumento desdobrado nessas páginas converge, é a importância absoluta e essencial do desenvolvimento humano na sua mais rica diversidade¹¹”. (*On Liberty*, XVIII, p. 215)

O tema central do pensamento ético de Mill é a concepção de "cultura interna do indivíduo" (*Autobiography*, I, p. 147). O autodesenvolvimento em direção a uma integridade (*wholeness*) de caráter. Com ela, vem a ideia de que o desenvolvimento das potencialidade do

¹⁰ But neither one person, nor any number of persons, is warranted in saying to another human creature of ripe ears, that he shall not do with his life for his own benefit what he chooses to do with it. He is the person most interested in his own well-being: the interest of which any other person, (...) can have in it, is trifling, compared with that which he himself has: the interest which society has in him individually (...) is fractional and altogether indirect: while, with respect to his own feelings at all circumstances, the most ordinary man or woman has means of knowledge immeasurably surpassing those that can be possessed by any one else. The interference of society to overrule his judgment and purposes in what only regards himself, must be grounded on general presumptions: which may be altogether wrong, and even if right, are as likely as not to be misapplied to individual cases, by persons no better acquainted with the circumstances of such cases than those are who look at them merely from without.

¹¹ "The grand, leading principle, towards which every argument unfolded in these pages directly converges, is the absolute and essential importance of human development in its richest diversity." Wilhelm von Humboldt, *Sphere and Duties of Government*. - [Trans. Joseph Coulthard I London : Chapman, 1854 t, p. 65.]

pensamento, da vontade e dos sentimentos, é a condição para a verdadeira felicidade. Essa é a ideia que junta os elementos distintos do seu pensamento ético. Ela liga as diferenciações que Mill faz entre os meios e as partes da felicidade, entre prazeres baixos e elevados, entre desejo e vontade, e também suas preocupações com o efeito mediocrizante da democracia.

Uma pessoa cujos desejos e impulsos são seus próprios - são as expressões da sua própria natureza, como ela foi desenvolvida e modificada pela sua cultura, é dita ter um caráter. Uma cujos desejos e impulsos não são seus próprios, possui tanto caráter quanto um motor a vapor¹².

O louvor de Mill ao gênio, como o tipo ideal de indivíduo, é uma concepção tipicamente Romântica. Assim como a comparação que ele faz entre a natureza humana e a natureza orgânica, em oposição a uma máquina:

A natureza humana não é uma máquina a ser construída a partir de um modelo, e programada para fazer o trabalho exatamente prescrito para ela, mas uma árvore, que requer crescimento e desenvolvimento para todos os lados, conforme as tendências das forças interiores que a fazem uma coisa viva.¹³

A natureza simbolizada como uma árvore - como um processo orgânico cujo poder vital é uma força interior, é a imagem do mundo que os Românticos comumente apresentam contra a visão racionalista que apresenta o mundo como um relógio - empregada por tantos escritores do século dezoito (THORNBLY, 1973, p. 101).

A novela *Wilhelm Meisters Lehrjahre* de Goethe, traduzida para o Inglês pelo amigo de Mill, Thomas Carlyle, é explicitamente preocupada com o problema do desenvolvimento interior do indivíduo em relação às reivindicações e responsabilidades que a sociedade lhe impõe. A palavra alemã para autodesenvolvimento, nesse sentido, é *Bildung*. O ideal de cultura como coisa idêntica ao desenvolvimento pessoal fascinou muitos alemães desde Goethe, e *Wilhelm Meister* pode ser visto como o protótipo do *Bildungsroman*, tipo de romance cujo tema central é o desejo do herói em tornar-se a si mesmo e realizar o seu potencial interior.

A palavra *Bildung* sugere um processo contínuo, ao invés de um produto acabado; é algo em eterna formação, de fato a atividade formativa nela própria, que não pode ser contida em nenhuma forma final. A palavra aponta para um espírito criativo, em oposição a qualquer obra de arte efetiva. O substantivo básico *das Bild* significa quadro ou imagem, e *Bildung* significa dar forma a algo. O ideal inscrito na novela de Goethe pode ser descrito como a formação da vida de uma pessoa, como se ela fosse uma obra de arte nunca terminada. (THORNBLY, 1973, p. 102; 106-7).

¹² A person whose desire and impulses are his own - are the expression of his own nature, as it has been developed and modified by his culture is said to have a character. One whose desires and impulses are not his own, has no character, no more than a steam engine has a character.

¹³ Human nature is not a machine to be built after a model and set to do exactly the work prescribed for it, but a tree, which requires to grow and develop on all sides, according to the tendency of the inward forces which make it a living thing.

Ao fazer da autocultura (*Bildung*) o tema principal de sua política liberal, Mill demonstra afinidade também com Schiller. Algumas passagens do *Sobre a Educação Estética do Homem*, de Schiller a indicarão: (SKORUPSKI, 2017, p. 538).

Ainda se apontará uma educação (*Bildung*) defeituosa se o caráter moral for capaz de se assentar apenas sacrificando o natural. E uma constituição política ainda será muito imperfeita se ela for capaz de alcançar a unidade apenas suprimindo a variedade. O Estado não deve apenas respeitar o caráter objetivo e genérico (...)

Uma vez que o homem está interiormente consigo mesmo, ele será capaz de preservar sua individualidade não importa o quanto universalize a sua conduta (...)

Integridade de caráter deve (...) estar presente em quaisquer pessoas capazes, e dignas, de substituir um Estado de compulsão por um estado de liberdade (4ª Carta)

O desenvolvimento da capacidade de homem para o sentimento é (...) a necessidade mais urgente da nossa época, (...) porque ele oferece o impulso para o melhoramento da nossa visão interior (8ª Carta). (SCHILLER, 1967, p. 19, 23, 53)

A partir dessa influência, Mill se distancia da visão de Bentham de que se duas experiências contiverem iguais quantidades de prazer, elas terão igual valor. Em contraste, ele argumenta que “Seria absurdo que enquanto, em se estimando todas as outras coisas, qualidade seja considerada tanto quanto quantidade, a estimação dos prazeres deva depender apenas da quantidade¹⁴” (*Utilitarianism*, X, p. 211). Alguns prazeres seriam, por sua natureza, de qualidade mais elevada que outros, portanto devem ser mais valorizados:

Se me perguntam o que quero dizer por diferença de qualidade nos prazeres, ou o que faz um prazer mais valoroso do que outro, meramente como um prazer, exceto que ele seja maior em quantidade, há apenas uma resposta possível. De dois prazeres, se houver um ao qual todos ou quase todos que o experimentaram ambos lhe deem uma decidida preferência (...) este é o mais desejável dos prazeres (...) Se um entre os dois é, por aqueles que são competentemente familiarizados com ambos, posicionado tão acima do outro, de modo que eles o prefeririam (...) e não abririam mão dele por nenhuma quantidade do outro prazer, do qual sua natureza seja capaz, então estamos justificados em atribuir ao desfrute preferido uma superioridade em qualidade¹⁵ (*Utilitarianism*, X, p. 211).

A superioridade qualitativa de um tipo de prazer em relação a outro é possivelmente contribuição mais importante do pensamento Romântico ao utilitarismo de Mill. Ele sustenta que os prazeres “do intelecto, dos sentimentos e da imaginação, e dos sentimentos morais¹⁶” (*Utilitarianism*, X, p. 211) estão entre os prazeres elevados. Mas, firme em seu compromisso com o empirismo Benthamita, afirma que em última instância, a qualidade de qualquer prazer

¹⁴ “[I]t would be absurd that while, in estimating all other things, quality is considered as well as quantity, the estimation of pleasures should be supposed to depend on quantity alone

¹⁵ If i am asked, what I mean by difference of quality in pleasures, or what makes one pleasure more valueble than another, merely as a pleasure, except its being greater in amount, there is but one possible answer. Of two pleasures, if there be one to which all or almost all who have experienced of both give a decided preference (...) that is the more desirable pleasure. (...) “If one of the two [pleasures] is, by those who are competently acquainted with both, placed so far above the other that they prefer it (...) and would not resign it for any quantity of the other pleasure which their nature is capable of, we are justified in ascribing the preferred enjoyment a superiority in quality

¹⁶ of the intellect, of the feelings and imagination, and of the moral sentiments

deve ser ela própria uma questão substantiva, a ser adereçada pela experimentação e comparação entre as preferências, por juízes competentes. Os juízes competentes, por sua vez, são aquele que experimentaram e apreciaram ambos os prazeres sob comparação (MACLEOD, 2018).

Mill agora sustenta que o ser humano só pode ser livre na medida em que ele tenha formado o seu próprio caráter como idealmente desejaria que ele fosse. “E, portanto, se diz com verdade que nenhuma pessoa senão uma de virtude confirmada é completamente livre¹⁷” (*System of Logic*, XVIII, p. 841). A educação das sensações levaria a uma educação dos desejos, e desejos mais bem educados levam a uma busca de prazeres mais elevados, que melhor contribuem para a utilidade geral. O movimento infundável de reeducação e perseguição dos desejos - pretendo argumentar - é a atividade na qual consiste a liberdade Milliana.

O distanciamento dos métodos de conhecimento estritamente positivistas pode ser verificado nas tentativas de Mill em distinguir as naturezas poéticas de outras naturezas; em definir a singularidade da mente poética e estabelecer a poesia como um objetivo merecedor de ser buscado. Como Coleridge, Mill via a poesia como um hábito moral sem o qual nenhum ser humano está completo. Ele agora acreditava que a capacidade para sentimentos fortes é o “material do qual todos os motivos são feitos; os motivos, conseqüentemente, que levam os seres humanos a buscar a verdade. A autocultura exige força de caráter” e “energia de caráter é sempre fruto do sentimentos fortes¹⁸” (*Tennyson's Poems*, I, p. 363). (HALLIDAY, 2004, p. 32-4).

A poesia, como Mill a via, era parte da progressividade do ser humano. A cultura intelectual devia ser balanceada com a cultura emocional. A análise conforme o método Benthamita, que decompunha todas as coisas nos seus componentes lógicos mais básicos, destituía todas as coisas de qualquer valor intrínseco que pudessem ter. A verdade poética, portanto, também é necessária para revelar ideais capazes de inspirar a conduta e melhorar o caráter.

Mill não mais pressupunha que perseguir o prazer e evitar a dor, de maneira analítica e calculada, era um fim a ser buscado. Enquanto a felicidade permanece sendo “o teste de todas as regras de conduta, o fim da vida”, “só são felizes aqueles que têm suas mentes voltadas para algum outro objeto que não sua própria felicidade”, “a única possibilidade é tratar, não a felicidade, mas algum fim externo a ela, como o propósito da vida¹⁹” (*Autobiography*, I, p. 86)

A moralidade nunca seria, assim, uma simples questão de instrução. Ela reside em atos de imaginação, em saltos de percepção que trazem para nós as realidades da existência social. A capacidade para a conduta moral demanda o mais alto desenvolvimento do caráter humano, e se o bem de todos requer que cada pessoa desenvolva a si, então todos estão obrigados a

¹⁷ And hence it is said with truth that none but a person of confirmed virtue is completely free

¹⁸ “the material of which all motives are made; the motives, consequently, which lead human beings to the pursuit of truth”. “energy of character is always the offspring of strong feeling

¹⁹ “the test of all rules of conduct, and the end of life”. “those only are happy (I thought) who have their minds fixed on some object other than their own hapiness”; “only chance is to treat not hapiness, but some end external to it, as the purpose of life.

formar o seu caráter conforme idealmente gostariam que ele fosse. Julgamentos morais não seriam mais apenas julgamentos das condutas, mas também das pessoas: do caráter e das suas consequências. (HALLIDAY, 2004, p. 44–6).

Neste sentido, diferentemente da tradição dos Direitos do Homem, onde cada pessoa é necessariamente livre e qualitativamente diferente dos outros animais; e também diferentemente da tradição Benthamita onde as pessoas são determinadas da mesma forma, como todos os outros seres sob as leis da natureza, para John Stuart Mill a liberdade não é uma característica necessária, mas uma atividade que pode ou não ser realizada: a atividade do desenvolvimento de si. É apenas cultivando-se que o ser humano supera sua condição animal:

Repare o selvagem: ele possui força corporal, coragem, iniciativa (...). O que torna, então, as comunidades selvagens pobres e frágeis? A mesma causa que impediu, outrora, leões e tigres de exterminar a raça humana – a incapacidade de cooperação. Apenas os seres civilizados conseguem se coligar. A coligação implica comprometimento, o sacrifício de parte da vontade individual em prol de um propósito comum. O selvagem não suporta sacrificar, por propósito nenhum, a satisfação de sua vontade individual. Seus sentimentos sociais não são capazes de prevalecer nem temporariamente sobre o seu egoísmo. Nem seus impulsos se doam aos seus cálculos²⁰. (*Civilization*, XVIII, p. 122)

É melhor ser um humano insatisfeito do que ser um porco satisfeito; melhor ser Sócrates insatisfeito do que um tolo satisfeito. E se o tolo, ou o porco, são de opiniões diferentes, é porque eles apenas conhecem o seu lado da questão. A outra parte da comparação conhece ambos²¹ (*Utilitarianism*, X, p. 212).

6. O inefável romântico como fundamento epistemológico para uma liberdade a posteriori.

O argumento que pretendo defender neste trabalho, ainda que parcialmente, é que a justificação epistemológica da liberdade, em Stuart Mill, se funda sobre uma teoria da linguagem que postula um movimento permanente de nomeação das coisas, a partir de uma percepção do mundo que se transforma conforme o cultivo das sensibilidades revela ou e cria novos aspectos da realidade, em um processo infinito.

²⁰ Consider the savage: he has bodily strength, he has courage, enterprise (...). what makes all savage communities poor and feeble? The same cause which prevented the lions and tigers from long ago extirpating the race of men - incapacity of co-operation. It is only civilized beings who can combine. All combination is compromise: it is the sacrifice of some portion of individual will, for a common purpose. The savage cannot bear to sacrifice, for any purpose, the satisfaction of his individual will. His "social cannot even temporarily prevail over his selfish feelings. nor his impulses" bend to his calculations.

²¹ It is better to be a human being dissatisfied than a pig satisfied; better to be Socrates dissatisfied than a fool satisfied. And if the fool, or the pig, is of a different opinion, it is because they only know their own side of the question. The other party to the comparison knows both sides.

Mill, conforme suas bases analíticas, rejeita a legitimidade da dedução *a priori*. Tal dedução lhe permitiria, tal como Kant, um argumento no qual o sujeito é necessariamente catapultado para fora da causalidade natural, tornando-se capaz de vislumbrar sua conduta fora das limitações do mundo causal. A partir do “pensamento ampliado” kantiano, a liberdade do sujeito transcenderia o mundo causal.

Resta para Mill, então, uma teoria da liberdade imanente: da liberdade como indeterminação do desejo e da ação. Tal indeterminação não significa infinitas possibilidades de se afastar a consciência da causalidade, como seria em Kant, mas sim a impossibilidade de descrever exhaustivamente a realidade, em um mundo e por uma mente em constante transformação. Tal hipótese interpretativa é fundada sobre o aspecto irracionalista do Romantismo.

“O relativismo é a pedra angular sobre a qual se ergue o edifício do Romantismo” (ELIA, 1973, p. 117). Prevalece nele o sentimento e a consciência de um “paraíso perdido” irremediavelmente. Há um sentimento da infirmitade básica, uma percepção de algo que é tomado como o infinito, e uma vez que o infinito não pode caber numa forma, a obra não pode fechar-se formalmente, isto é, ser completa. (GUINSBURG; ROSENFELD, 1978, p. 273). Assim, a obra torna-se ela própria infinita. A obra, que para Mill, Goethe e Schiller é a vida humana (ela mesma uma arte, como se verá) resta possui um sentido de infinito pela sua indeterminação.

Goethe, por exemplo, se opusera a Newton, recusando-se a aceitar sua tradução friamente matemática da natureza; acusava de pobre uma ciência que não vê na cor senão intensidade maior ou menor de vibrações matematicamente mensuráveis. Ele pretendia uma ciência do qualitativo, divorciada da instrumentalização da matemática. Sua perspectiva, mais do que científica, é a do artista. Mas essa visão revela uma determinada visão da natureza: com ela, Goethe opunha-se a toda e qualquer tendência mecanicista, e defendia uma concepção organicista da natureza, considerando-a como um grande animal vivo, um organismo que jamais poderia ser traduzido matematicamente, a não ser pela sua desfiguração (BORNHEIM, 1973, p. 96).

Nesse contexto, a expressão máxima da natureza é o gênio, insubmisso a qualquer tentativa de definição. O gênio não pode ser explicado por nenhuma forma de combinação de faculdades ou pela alquimia de elementos psíquicos, pois ele é indefinível. Só podemos compreender o gênio a partir daquilo que, em última análise, é incompreensível. Devemos partir, não de um exame racional, mas de um sentir unitário que mergulha em regiões mais profundas. Não é a razão que define o gênio sim o “berço último de nossas ideias”, aquela região subterrânea que nos habita e que logo mais seria batizada pelos Românticos de “inconsciente”. A “salvação” estaria, conseqüentemente, na irracionalidade. Introduce-se assim a crença - à qual todo o Romantismo permanecerá fiel - de que a irracionalidade é uma força positiva: o caos constrói, compõe. (BORNHEIM, 1973, p. 82)

As teorias linguísticas de Humboldt, nesse sentido, têm a marca do Romantismo na sua aversão ao estático, ao definitivo, ao absoluto e na sua preocupação, ao revés, de inserir os fenômenos da linguagem no fluxo irreversível da ação, na energia criadora e contínua. Humboldt pôs em evidência “que a linguagem não era uma coisa, um objeto criado uma vez

por todas, mas uma ação que se desenvolve” em oposição a uma ideia de linguagem racionalista, criada uma vez por todas. (ELIA, 1973, p. 120).

A hipótese interpretativa que pretendo desenvolver, parte nesse trabalho, parte na sua continuação - é a de que uma semelhante teoria linguística informa todo o sistema filosófico de Stuart Mill, e é ela que lhe permite postular uma modalidade de liberdade cuja epistemologia possivelmente não entra em conflito com sua teoria empirista do conhecimento. Assim, considerando-se que o objeto final do trabalho é o “indizível”, e que sobre o indizível pouco se pode dizer, o trabalho fixará o seu objeto nos limites e possibilidades da teoria do conhecimento do “dizível” de Mill. Do conhecimento descritível ou proposicional.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso, assim, buscará mapear o conhecimento proposicional de John Stuart Mill nas seguintes áreas: teoria das nomeações; métodos das ciências indutivas; os fundamentos epistemológicos da matemática, geometria e lógica; o seu método para as ciências sociais; a distinção entre ciências e artes e; por fim, a sua fenomenologia. Na conclusão, buscaremos indicar os pontos, dentro deste “*Organon* moderno”, que apontam para os limites do conhecimento passível de descrição, assim como aqueles que apontam para o indizível.

2. A TEORIA DO CONHECIMENTO PROPOSICIONAL DE STUART MILL

1. Ponto de partida: o naturalismo empirista e associacionista dos primeiros Benthamitas.

1.1 Tudo está sujeito à causalidade.

John Stuart Mill, junto de James Mill e de todos os outros utilitaristas, sustentava que o fim da moralidade é maximizar o bem estar geral da humanidade. E que para atingir este fim é preciso conhecer as causas e os efeitos necessários para a sua realização.

A filosofia de pai e filho, assim como a dos outros Benthamitas, foi construída sobre uma teoria do conhecimento naturalista (SKORUPSKI, 1993). O termo “naturalismo” indica uma escola de pensamento que busca aproximar a filosofia das ciências naturais, afirmando que toda a realidade está contida na natureza, não havendo nada nela ao qual se possa chamar “sobrenatural”, “transcendente” ou “fora do mundo”. Por este motivo, o método das ciências naturais seria o método hábil para investigar tudo - até mesmo as questões do “espírito” humano (PAPINEAU, 2016).

O ponto de partida naturalista sobre o qual James e John Stuart Mill fundam o seus pensamentos é a afirmação de que tudo no mundo opera conforme um Princípio de Uniformidade. Esse enuncia que o universo é governado por leis, que cada efeito que ocorre na natureza se dá a partir de uma causa que o provocou, e que sempre que uma mesma causa vier a operar sobre um mesmo conjunto de circunstâncias, um mesmo efeito será produzido, uniformemente. Nas palavras de Stuart Mill, “[o] universo, até onde sabemos, é constituído de tal maneira, que o que quer que seja verdade em um caso, será verdadeiro em todos os casos de certa descrição²²” (*System of Logic*, VII: 306). Assim, todo raciocínio que pretenda prever algo a partir das suas circunstâncias precisa confiar no princípio da uniformidade. É ele que estabelece que “é uma lei que todo acontecimento depende de alguma lei” (REALE; ANTISERI; STORNIOLO, 2005, p. 309).

Como já foi dito, a situação dos seres humanos também é contemplada pelo naturalismo. Nossa humanidade está inteiramente contida na natureza e nós somos completamente sujeitos às suas leis (MACLEOD, 2018). Isso significa que é impossível para um ser humano apontar justificadamente qualquer causa a partir de um causador não causado, e que não podem ser verdadeiras quaisquer conclusões que localizem suas causas fora do mundo natural, identificando-as em um além-mundo ou em algum tipo de ideal, transcendente do mundo material.

O naturalismo de Stuart Mill diz respeito também às crenças, propósitos, sentimentos e outros estados intencionais das pessoas. Estes estados são propriedades genuínas do ser humano

²² [t]he universe, so far as known to us, is so constituted, that whatever is true in any one case, is true in all cases of a certain description

visto como uma entidade natural²³. (SKORUPSKI, 1998a, p. 6). Até mesmo a mente humana, nas suas complexidades infindáveis, pode ser explicada a partir de causas naturais. Se conhecêssemos uma pessoa muito bem, a ponto de conhecer todos os moventes que nela agem, poderíamos prever seus comportamentos com a mesma certeza com que prevemos qualquer comportamento da física (REALE; ANTISERI; STORNIOLO, 2005, p. 309) (*Systems of Logic*, VIII: 837).

John Stuart tem, como fundamento para sua concepção naturalista da mente, o livro *The Analysis of the Phenomena of the Human Mind*, do pai James Mill. Nesta obra, James desenvolveu o que veio a ser chamado de teoria psicológica associacionista (MACLEOD, 2018). Ela, conforme explica o jovem Mill, “resolve todos os fenômenos da mente em ideias de sensação ligadas pela lei da associação²⁴” (*Blakey’s History of Moral Science*, X: 23). O associacionismo deriva até mesmo as ideias mais abstratas a partir da experiência dos sentidos. Mesmo as concepções de “Lugar, Extensão, Substância, Causa, e o resto, são concepções montadas a partir de ideias de sensação pelas leis conhecidas de associação²⁵” (*An Examination of William Hamilton’s Philosophy*, IX, p. 9).

Conforme o associacionismo, todas as ideias ou sensações têm suas origens em impressões dos sentidos que são similares ou frequentemente experimentadas (ou pensadas) simultaneamente, ou ainda em sucessão imediata com outras impressões (MACLEOD, 2018). Por serem experimentadas e pensadas sempre juntas, as sensações e ideias se associam, restando conectadas de modo inseparável nas nossas mentes. Assim, formam-se as ideias complexas (*Systems of Logic*, VIII, p. 852). A partir deste processo de associação, formamos nossas convicções sobre o mundo. É desse modo, por exemplo, que formamos a nossa convicção de que o espaço é infinito:

Nós nunca percebemos nenhum objeto, ou qualquer porção do espaço, que não tivesse outro espaço além dele. E temos percebido objetos e porções do espaço desde o momento do nascimento. Como então a ideia de um objeto, ou de uma parte do espaço, poderia escapar de se tornar inseparavelmente associada à ideia de espaço adicional além? Cada instante de nossas vidas ajuda a coadunar essa associação, e nunca tivemos uma única experiência que tendesse a desmembrá-la²⁶ (*An Examination of William Hamilton’s Philosophy*, IX:, p.82)

Não há como garantir que apenas porque nunca vimos o fim do espaço ele não exista, ou a sua infinitude seja um dado objetivo ou necessário da realidade. Uma “associação, não importa o quão próxima, entre duas ideias, não é fundamento suficiente para uma crença; não é

²³ Em oposição ao naturalismo desenvolvido na década de 1930 por Quine, que mantém uma relação entre linguagem e pensamento onde o mental tem de ser caracterizado em termos da física ou de disposições da fala, ou rejeitado (SKORUPSKI, 1998a, p. 6).

²⁴ [T]he theory which resolves all the phenomena of the mind into ideas of sensation connected together by the law of association

²⁵ Place, Extension, Substance, Cause, and the rest, are conceptions put together out of ideas of sensation by the known laws of association

²⁶ We have never perceived any object, or any portion of space, which had not other space beyond it. And we have been perceiving objects and portions of space from the moment of birth. How then could the idea of an object, or of a portion of space, escape becoming inseparably associated with the idea of additional space beyond? Every instant of our lives helps to rivet this association, and we never have had a single experience tending to disjoin it.

evidência de que os fatos correspondentes estão unidos na natureza exterior²⁷” (*Notes on James Mill’s Analysis Of The Phenomena Of The Human Mind*, XXXI: 163).

A afirmação de que o estudo de nossas mentes também pertence ao domínio das ciências naturais pode ser contrastado com a posição de filósofos que John Stuart chama de “intuicionistas” (MASSELLA, 1999, p. 9) - que situam a mente em um “lugar exaltado na ordem das coisas”. Para tais especuladores, haveria uma harmonia básica entre a arquitetura da mente e a do mundo (MACLEOD, 2018).

Filósofos Teístas, por exemplo, sustentam que a mente nos foi dada por um Deus onipotente e benevolente com o propósito da compreensão. Filósofos Idealistas, de forma semelhante, afirmam que a mente tem um papel formativo na construção do mundo. Mill rejeita estas posições pelo mesmo motivo. Para ele, mente e mundo seriam questões logicamente independentes e não haveria inferência²⁸ necessária entre uma e outra. (MACLEOD, 2018)

Tal inferência poderia apenas ser justificável, se pudéssemos saber *a priori*²⁹ que devemos ter sido criados capazes de conceber o que é capaz de existir: que o universo do pensamento e o da realidade, o microcosmo e o macrocosmo (como eram outrora chamados) devem ter sido enquadrados em correspondência completa entre si [...], mas uma suposição mais destituída de evidências dificilmente poderia ser feita³⁰. (*An Examination of William Hamilton’s Philosophy*, IX: 68)

Ao afirmar que “não há verdades conhecíveis pela luz interior da mente, e fundadas em evidência intuitiva³¹” (*Coleridge*, X: p. 125) Mill afirma que nenhum conhecimento genuíno, teórico ou ético, pode ser obtido *a priori*.

Existem inumeráveis casos de Crenças às quais nenhuma causa pode ser assinalada, exceto que algo criou uma associação tão forte entre duas ideias que a pessoa não consegue a separar em

²⁷ [A]n association, however close, between two ideas, is not a sufficient ground of belief; it is not evidence that the corresponding facts are united in external nature.

²⁸ **Conhecimento inferencial:** para Mill, é aquele que parte de certos fatos observados e chega a outros que lhes são distintos, mas que deles se seguem (MASSELLA, 1999, p. 14)

²⁹ **Conhecimento a priori:** a discussão contemporânea sobre o conhecimento a priori é moldada por Kant, que o caracteriza como absolutamente independente de toda experiência e o contrasta com o conhecimento empírico, que têm suas fontes na experiência. A defesa de Kant da existência do conhecimento a priori repousa sobre a discussão de que necessidade e estrita universalidade são critérios do a priori. Seu argumento mais famoso invoca o primeiro critério: se temos uma proposição que, ao ser pensada, é pensada necessariamente, trata-se de um julgamento a priori. Uma vez que Kant considera evidente que proposições matemáticas são necessárias e que conhecemos algumas proposições matemáticas, a existência do conhecimento a priori fica estabelecida. (DANCY; SOSA; STEUP, 2010, p. 43–4)

³⁰ Such an inference would only be warrantable, if we could know a priori that we must have been created capable of conceiving whatever is capable of existing: that the universe of thought and that of reality, the Microcosm and the Macrocosm (as they were once called) must have been framed in complete correspondence with one another [...] but an assumption more destitute of evidence could scarcely be made.

³¹ [N]o truths cognizable by the mind’s inward light, and grounded on intuitive evidence

pensamento. [...] Este é um dos componentes e a mais fértil fonte de pensamentos errôneos³²
(*Notes on James Mill's Analysis Of The Phenomena Of The Human Mind, XXXI: 161*).

Sobre este fundamento: a ideia de que o mundo e a mente estão sujeitos à causalidade, e que a mente opera conforme as associações entre ideias e sensações - pai e filho concordam inteiramente. É no que diz respeito às leis que devemos compreender para alcançar os fins sociais desejados que James e John Stuart Mill discordam. Onde James identificou a psicologia como conhecimento mais básico para a reforma social, John Stuart veio a argumentar que o conhecimento mais básico seria a sociológico. E onde James Mill utilizava o método “geométrico” para justificar as conclusões teóricas que orientaram a ação social, John Stuart propunha, em seu lugar, o que ele chamava método “dedutivo”³³. Ambos os métodos podem ser considerados indutivos, e ambos conformam-se aos padrões gerais dos cânones da inferência científica. Mas ainda assim, eles sugerem formas muito diferentes de ordenar as evidências empíricas (WILSON, 1998, p. 205).

1.2 O método “geométrico” de Bentham, James Mill, David Ricardo, e seus críticos.

Pode-se identificar o modo de pensamento dos utilitaristas mais velhos nos trabalhos de James Mill sobre governo. Em seu “*Essay on Government*” (1820), ele argumentava que o efeito de ampliar o sufrágio e eliminar as distorções representativas seria um governo mais responsivo aos interesses de todos, que serviria melhor à utilidade geral. A tese de que estas ações teriam estes efeitos se justificava por uma dedução que assumia como princípio axiomático a disposição em cada pessoa para maximizar o seu próprio prazer (SHAPIRO, 2006, p. 26–7). Prazer, aqui, era entendido em um sentido relativamente estreito: bem estar material. Conforme James Mill, a maior felicidade é alcançada quando cada pessoa recebe o resultado completo do retorno do seu trabalho (WILSON, 1998, p. 205):

Se você dá mais a um homem do que o produto do seu trabalho, você apenas pode fazê-lo tomando do produto do trabalho de algum outro homem. A maior felicidade possível da sociedade é atingida, portanto, garantindo-se a cada homem a maior quantidade possível do produto do seu trabalho³⁴ (MILL, 1978, p. 57)

Dada a premissa sobre a natureza humana, as pessoas seriam inclinadas a tomar dos outros para satisfazer seus próprios desejos: “é óbvio que cada homem que não possua todos os objetos do seu desejo é instigado a tomá-los de qualquer outro homem que seja mais fraco que ele³⁵”. Para impedir isto, e para que garantir que cada pessoa recebesse a maior quantidade

³²There are innumerable cases of Belief for which no cause can be assigned, except that something has created so strong an association between two ideas that the person cannot separate them in thought. [...] [T]his is one of the component and most fertile sources of erroneous thought.

³³ Para Mill o conhecimento inferencial é indutivo, o que quer dizer que a evidência está toda ela contida na coleção de objetos particulares observados, e a reunião destas observações pode, em dadas condições, ser agrupada em uma máxima universal. As ciências dedutivas exibiriam cadeias de raciocínios silogísticos por meio dos quais estendemos uma indução a casos em que não se pode observar diretamente a semelhança com os casos que constituíram aquela indução (MASSELLA, 1999, p. 14, 16.).

³⁴ [I]f you give more to one man than the produce of his labour, you can do so only by taking it away from the produce of some other man's labour. The greatest possible hapiness of society is, therefore, attained by insuring to every man the greatest possible quantity of the produce of his labour

³⁵ [I]t is obvious that every man, who has not all the objects of his desire, has inducement to take them from any other man Who is weaker than himself

possível do produto do seu trabalho, as pessoas deveriam acordar em delegar a um pequeno numero o poder necessário para a proteção de todos. O governo é o grupo para quem este poder seria delegado. (WILSON, 1998, p. 206)

O fim a ser obtido, por meio do governo, é fazer aquela distribuição dos materiais escassos da felicidade, que garantiriam a maior soma dela aos membros da comunidade, tomados conjuntamente, impedindo qualquer indivíduo, ou combinação de indivíduos, de interferir com esta distribuição, ou fazendo com que qualquer homem tenha menos do que a sua parte³⁶ (MILL, 1978, p. 56).

Para garantir que os representantes agissem no interesse da comunidade vista como um todo, o eleitorado deveria consistir em amplas parcelas da comunidade: “é bastante evidente, que se a própria comunidade fosse o corpo eleitoral, o interesse da comunidade e aquele do corpo eleitoral seria o mesmo³⁷” (MILL, 1978, p. 79). Assim, James Mill, como Bentham, defendia um sufrágio amplo, com poucas qualificações (WILSON, 1998, p. 207).

A premissa central deste argumento é uma tese sobre a natureza humana que afirma os seres humanos como movidos primariamente pelo desejo auto interessado de prazer material. Essa premissa tomava a forma de uma lei sobre as motivações humanas e, a partir deste axioma, deduziam-se as conclusões supramencionadas. Esse método veio a ser chamado de “geométrico” pelos oponentes de James Mill; nomenclatura que John Stuart também também passou a usar para descrever o método do pai (WILSON, 1998, p. 208).

O *Essay on Government* foi fortemente criticado pelo polemista *Whig* e historiador T.B Macaulay em um artigo de jornal chamado “*Mill’s Essay On Government: Utilitarian Logic and Politics*”. Ele atacava as conclusões, mas mais importante, atacava também o método: nenhuma conclusão poderia ser considerada sólida se o método geométrico fosse usado nas ciências sociais. Macaulay enfatizava que ciência política e em particular a ciência do governo eram ciências sociais e lidavam com grandes números de pessoas. Para que se pudesse discutir a questão da melhor forma de governo, seria necessário um bom entendimento das motivações humanas. Assumir apenas o auto interesse material já seria falso de um único indivíduo (WILSON, 1998, p. 208), mas:

[q]uando a questão é proposta de maneira geral sobre toda a espécie, a impossibilidade de uma resposta é ainda mais evidente. O homem difere do homem, cada geração da seguinte, e cada nação da outra. Educação, posição, sexo, idade, associações accidentais, produzem infinitos tons de variedade³⁸ (MACAULAY, 1978, p. 126–7)

³⁶ [T]he end to be obtained, through government as the means, is, to make that distribution of the scanty materials of happiness, which would ensure the greatest sum of it in the members of the community, taken altogether, preventing any individual, or combination of individuals, from interfering with the distribution, or making any man to have less than his share.

³⁷ . It is very evident, that if the community itself were the choosing body, the interest of the community and that of the choosing body would be the same

³⁸ But when the question is propounded generally about the whole species, the impossibility of answering is still more evident. Man differs from man; generation from generation; nation from nation. Education, station, sex, age, accidental associations, produce infinite shades of variety.

Dado o fato de que estes muitos indivíduos interagem, não é possível deduzir a partir de leis psicológicas sobre indivíduos as leis para o fenômeno do grupo. Ou seja, dado o fato da interação, o método geométrico é inapropriado para as ciências sociais. Na ausência de um método adequado - e dada a confiança em um método não confiável - “não é de surpreender que James Mill tivesse chegado a conclusões equivocadas e recomendações de políticas públicas potencialmente desastrosas” (WILSON, 1998, p. 209)

James Mill afirmou, por um lado, que “a maior felicidade possível da sociedade é (...) alcançada garantindo-se a cada homem a maior quantidade do produto do seu trabalho³⁹” e, por outro, que “é óbvio que cada homem, que não possua todos os objetos do seu desejo, sente-se induzido a toma-lo de qualquer outro homem que seja mais fraco que ele”⁴⁰. Macaulay argumentou que este nivelamento resultaria não na manutenção da segurança da propriedade, mas no roubo dos ricos (WILSON, 1998, p. 210).

Não se pode fingir que não é do interesse imediato do povo pilhar os ricos. Portanto, mesmo se ele estivesse absolutamente certo de que, no longo prazo, o povo iria, como um corpo, perder fazendo isto, não se seguiria necessariamente que o medo das más consequências remotas superaria o desejo de aquisição imediata. Cada indivíduo pode se estimular de que a punição não recairia sobre si⁴¹. (MACAULAY, 1978, p. 119)

Conforme Macaulay, as premissas utilitaristas sobre a natureza humana conduzem à conclusão de que qualquer ampliação do eleitorado levaria inevitavelmente a um nivelamento desastroso na sociedade. Nos fundamentos do próprio James Mill, estender o direito ao sufrágio poderia resultar em um desastre.

Macaulay, por outro lado, oferecia uma explicação sobre porque os pobres não roubam os ricos: a maioria das pessoas tem sentimentos que os refreiam de prejudicar os outros (WILSON, 1998, p. 211).

As pessoas seriam de fato movidas por sentimentos morais, e estes seriam frequentemente fortes o suficiente para refrear as inclinações em violar as normas de propriedade. As pessoas em geral não pilhariam os ricos, pois sentem que é errado fazê-lo. James Mill não apresentara apenas um método inadequado, mas o iniciara a partir de uma premissa falsa sobre a natureza humana. As pessoas, na verdade, não seriam movidas apenas pelo auto interesse material. Tais premissas criaram um problema que nos termos do próprio James Mill seria insolúvel, mas que de fato seria facilmente solucionado se uma visão mais adequada da humanidade fosse adotada: se conhecêssemos que há motivos, sentimentos morais em particular, assim

³⁹ the greatest possible happiness of society is (...) attained by insuring to every man the greatest possible quantity of the produce of his labour

⁴⁰ It is obvious that every man, Who has not all the objects of his desire, has inducement to take them from any other man Who is weaker than himself (...)

⁴¹ It cannot be pretended that it is not for the immediate interest of the people to plunder the rich. Therefore, even if it were quite certain that, in the long run, the people would, as a body, lose by doing so, it would not necessarily follow that the fear of remote ill consequences would overcome the desire of immediate acquisitions. Every individual might flatter himself that the punishment would not fall on him

como sentimentos estéticos, que não são apenas assuntos de autointeresse ou questões materiais de prazer e dor (WILSON, 1998, p. 211).

O economista político Richard Jones, e o cientista e filósofo da ciência William Whewell criticaram a economia de David Ricardo de forma semelhante à de Macaulay contra James Mill. Eles apontavam que a economia requer que se considere as instituições sociais, e isto requer uma orientação histórica. A afirmação, novamente, era de que o método geométrico não era apropriado para a economia. Para Whewell e Jones, instituições sociais tais como o regime de propriedade, que determina a natureza da distribuição na economia, estariam enraizadas em sentimentos morais. Seriam estes sentimentos que moveriam as pessoas a se conformar com as regras que governam tais instituições. Jones e Whewell concluíram, tal como Macaulay, que a descrição utilitarista do ser humano era simplesmente inadequada. Ela não levaria em consideração os sentimentos morais. As regras morais não seriam apenas de prudência adotadas por pessoas com motivos auto interessados, como James Mill e Ricardo afirmaram. A conformidade com normas morais seria uma questão de sentimentos morais irreduzíveis àqueles motivos (WILSON, 1998, p. 212). Whewell e Jones defendiam que estes sentimentos morais não eram apreendidos pela psicologia associacionista, mas inatos (WILSON, 1998, p. 213–14).

John Stuart Mill concordou substancialmente com o conteúdo destas críticas e, em 1833, escreveu sobre a ênfase que seu pai dava a uma “natureza comum e universal”:

Nós raramente vemos Mr. Mill [*Analysis of the Phenomena of the Human Mind*] compreender quaisquer das variedades da natureza humana; e, na verdade, elas entram muito pouco nos seus cálculos, exceto onde ele as reconhece como aberrações ao padrão o qual, em sua opinião, todos deveriam se conformar (...). Eu acredito que as diferenças naturais e necessárias entre a humanidade são tão grandes, que qualquer visão prática da vida humana que não as leve em consideração deve, a não ser que se limite a generalidades, conter ao menos tantos erros quanto verdades; e que qualquer sistema de cultura mental, recomendada por uma teoria tão imperfeita na proporção em que se adequa às naturezas de uma classe, será inteiramente inadequada para todas as outras⁴² (*Appendix to Bulwer's England and the English, I, p. 591*)

Base para o pensamento dos velhos utilitaristas, o método investigativo de Bentham consistia em “nunca raciocinar sobre o todo antes deste ter sido resolvido nas suas partes, nem sobre abstrações até que elas tenham sido traduzidas em realidades” (*Bentham, X, p. 86*). Ele, em razão desse método analítico que reduzia todos os “todos inteiros” (*wholes*) em partes, “veio a acreditar que não havia valor intrínseco em nada” (WILSON, 1998, p. 214). John Stuart explica que Bentham:

⁴² We seldom learn from Mr. Mill [*Analysis of the Phenomena of the Human Mind*] to understand any of the varieties of human nature; and, in truth, they enter very little into his own calculations, except where he takes cognizance of them as aberrations from the standard to which, in his opinion, all should conform (...) I believe the natural and necessary differences among mankind to be so great, that any practical view of human life which does not take them into account, must, unless it stop short in generalities, contain at least as much errors as truth; and that any system of mental culture, recommended by such imperfect theory in proportion as it is fitted to natures of one class, will be entirely unfitted for all others.

(...) tinha uma frase, expressiva da visão que ele apresentava quanto a toda especulação moral a qual o seu método não tinha sido aplicado, ou (o que ele considerava a mesma coisa) não fundada no reconhecimento da utilidade como padrão moral; esta frase era “generalidades vagas”. O que quer que se apresente a ele nesta forma, ele desconsiderava como indigno de nota, ou se aprofundava apenas para denunciar como absurdo. Ele não atentava, ou talvez a natureza da sua mentalidade impedisse que lhe ocorresse, que estas generalidades continham a totalidade da experiência não analisada da raça humana⁴³ (*Bentham*, X, p. 86).

Na visão de seu pai sobre a psicologia humana, as pessoas buscavam maximizar o seu prazer, e o método da análise psicológica revelaria este fato. A análise revelaria que esses sentimentos surgem a partir do processo de associação, que são complexos mentais cujas partes, de um lado, são os fins buscados, e de outro, os prazeres associados a estes fins. Essa visão dos motivos humanos para as ações morais reduzia as últimas a padrões de comportamento adaptados como meios para maximizar nossos prazeres materiais (WILSON, 1998, p. 213).

Macaulay, por outro lado, recomendava a observação do estado atual do mundo e das épocas passadas, instigando o pesquisador a pesar a evidência dos fatos, a contrastar e combinar aqueles que são autênticos e a remeter a teoria assim construída ao teste de novos fatos (MASSELLA, 1999, p. 20). Dever-se-ia proceder indutivamente, “pacientemente, diligentemente, candidamente”, esperando formar um sistema “muito inferior em pretensão e muito superior em real utilidade, do que a solução charlatã (*pill of the advertising quack*)” oferecida por James Mill (WILSON, 1998, p. 209).

Contrastando essas duas opiniões na autobiografia, Stuart Mill conta que:

[P]areceu-me, que tanto Macaulay quanto meu pai estavam errados: um em assimilar o método de filosofar na política pelo método puramente experimental da química: enquanto o outro, ainda que correto em adotar um método dedutivo, escolheu o tipo errado, adotando como o tipo de dedução não o processo apropriado, dos ramos dedutivos da filosofia natural, mas o método inapropriado da geometria pura, que não sendo absolutamente uma ciência da causação, não requeria ou admitia a adição dos efeitos. Uma fundação para os capítulos principais daquilo que eu depois publiquei na “Lógica das Ciências Morais” estava assentada; e minha posição a respeito do meu antigo credo político estava bastante esclarecida na minha mente⁴⁴ (*Autobiography*, I, p. 167)

⁴³ had a phrase, expressive of the view he took of all moral speculations to which his method had not been applied, or (which he considered as the same thing) not founded on a recognition of utility as the moral standard; this phrase was vague generalities. Whatever presented itself to him in such a shape, he dismissed as unworthy of notice, or dwelt upon only to denounce as absurd. He did not heed, or rather the nature of his mind prevented it from occurring to him, that these generalities contained the whole unanalysed experience of the human race.

⁴⁴ It thus appeared, that both Macaulay and my father were wrong: the one in assimilating the method of philosophizing in politics to the purely experimental method of chemistry: while the other, though right in adopting a deductive method, had made a wrong selection of one, having taken as the type of deduction, not the appropriate process, that of the deductive branches of natural philosophy, inappropriate method of pure geometry, which not being a science of causation at all, did not require or admit of the summation of effects. A foundation was thus laid in my thoughts for the principal chapters of what I afterwards published on the Logic of the Moral Sciences; and my position in respect to my old political creed was now to my own mind quite cleared up.

1.2 O propósito do *System of Logic*.

Stuart Mill nunca rejeitou a reivindicação associacionista do seu pai e dos outros utilitaristas, de que nossos sentimentos morais e estéticos são, na maior parte, respostas adquiridas pelo processo da associação. Ainda, ele nunca abandonou a noção de que a análise revelaria as origens genéticas do fenômeno. Contudo, ele veio a perceber que tais fenômenos mentais são mais do que a soma de quaisquer partes que a análise venha a revelar; são “todos inteiros” com qualidades que não estão presentes nas partes.

Para Mill, estados de consciência se combinam para produzir novos estados de consciência, com um caráter qualitativo intrínseco e completamente novo. Na associação, uma espécie de química mental ocorreria, na qual o produto do processo teria propriedades que não estavam presentes nos seus antecedentes - como a água possui propriedades que não estão presentes nem no hidrogênio nem no oxigênio. Esta noção de química mental deu a Mill uma clara distinção entre a análise filosófica do conteúdo de um conceito e a análise psicológica da sua origem. Portanto, se a análise psicológica pretende revelar origens genéticas, não poderia ser uma questão de decompor o fenômeno nas suas partes constituintes (WILSON, 1998, p. 217). Para que o jovem Mill pudesse defender a sua posição, a doutrina associacionista do seu pai deveria ser repensada para permitir que, nestes processos, “as ideias simples gerem, e não componham, as ideias complexas⁴⁵” (WILSON, 1998, p. 215).

Deste modo, nossas respostas estéticas e nossos sentimentos morais podem, por um lado, ser tomados como coisas maiores do que as meras conjunções de ideias com sentimentos de prazer, tal como Jones e Whewell insistiram. Elas são de fato prazeres, conforme os utilitaristas, mas prazeres qualitativamente distintos - e nesse sentido, irreduzíveis aos prazeres físicos, seus antecedentes associativos. Esta ideia aponta para uma concepção da natureza humana que é mais rica do que aquela da primeira geração de utilitaristas. (WILSON, 1998, p. 218).

Ainda assim, da visão “irremediavelmente superficial da motivação humana” dos primeiros Benthamitas (SHAPIRO, 2006, p. 71) não se segue que os sentimentos morais devem ser tomados como inatos. Foi precisamente esta inferência que intuicionistas tais como Whewell e antes, Thomas Reid, fizeram, que o Mill estava disposto a contestar. E contestar esta inferência era concordar com o seu pai, contra os intuicionistas, que nossos sentimentos morais e estéticos são adquiridos pelo aprendizado.

Mill pretendeu tomar o programa reformista da geração anterior de utilitaristas, mas fazê-lo baseando-se em uma teoria social mais sociológica que psicológica, fundado em um método mais sólido do que aquele usado pelo seu pai e por David Ricardo (WILSON, 1998, p. 218).

A crise mental que sofrera aos vinte anos, da qual se recuperou a partir da descoberta da literatura romântica de Wordsworth, Carlyle, Coleridge e Goethe, o ajudou a desenvolver

⁴⁵ the simple ideas generate, rather than that they compose, the complex ones

novos aspectos do seu caráter e pensamento (MACLEOD, 2018): A doutrina benthamita continha “apenas um lado da verdade” (*Autobiography*, I, p. 169), o outro consistindo na importância do cultivo da cultura e dos sentimentos. “Qualquer teoria geral ou filosofia da política pressupõe uma teoria do progresso humano⁴⁶” (*Autobiography*, I, p. 169). Os românticos ofereceram uma teoria do progresso humano mais ampla que aquela dos utilitaristas. E “quem quer dominasse as premissas, e pudesse conciliar os métodos de ambos (utilitaristas e românticos), possuiria toda a filosofia inglesa da sua época (*Coleridge*, X, p. 121)”

Assim, o desafio para a sua teoria do conhecimento seria o de formular um método investigativo integralmente indutivista que pudesse, ainda assim, contemplar “o valor intrínseco” de determinadas disposições humanas, morais e estéticas. O *System of Logic*, como se verá, consiste no desenvolvimento do projeto empirista dos seus predecessores Benthamitas contra os “intuicionistas”, aqueles que professavam a “visão alemã, ou ontológica do conhecimento humano e de suas faculdades⁴⁷” (*Autobiography*, I, p. 232).

O *System of Logic* é uma tentativa de defender o empirismo epistemológico em seu ponto mais vulnerável: a matemática. Mas sua preocupação em desacreditar as teorias do conhecimento apriorístico não era apenas teórica (MASSELLA, 1999, p. 11). Na autobiografia, Mill afirma que a noção de que as verdades externas à mente humana podem ser conhecidas por intuição ou introspecção, independente da observação ou experiência serviria naquele tempo como o apoio intelectual sobre qual os *tories* - conservadores e adversários políticos dos radicais utilitaristas com quem Mill se identificava - defendem suas “falsas doutrinas e instituições perniciosas”. “Com a ajuda desta filosofia” disse ele, “toda crença inveterada e cada sentimento forte, do qual sua origem artificial não é lembrada, fica dispensado da obrigação de se justificar pelas evidências ou pela razão, e fica erigida em sua própria justificação suficiente⁴⁸. A principal força desta “falsa filosofia, na moral, política, e religião, reside no apelo ao qual está acostumada a fazer quanto a existência da matemática e dos braços cognatos das ciências físicas. Expulsar ela destes, é retirá-la da sua fortaleza⁴⁹”. (*Autobiography*, I, p. 233).

2. Filosofia da linguagem e o vazio do raciocínio puramente dedutivo.

Mill é um empirista no sentido de que sustenta que nenhuma asserção genuinamente informativa sobre o mundo pode se dar apenas por raciocínios dedutivos, *a priori*. O seu *System of Logic* visa oferecer “uma redução do processo indutivo a regras estritas e a um teste

⁴⁶ That any general theory, or philosophy of politics supposes a previous theory of human progress

⁴⁷ The German, or ontological view of human knowledge and of the knowing faculties

⁴⁸ By the aid of this philosophy every inveterate belief and every strong feeling, of which the artificial origin is not remembered, is dispensed from the obligation of justifying itself by evidence or reason, and is erected into its own sufficient justification

⁴⁹ And the chief strength of this false philosophy in morals, politics, and religion, lies in the appeal which it is accustomed to make to the existence of mathematics and of the cognate branches of physical science. To expel it from these, is to drive it from its stronghold.

científico, da mesma maneira que o silogismo o faz para o raciocínio dedutivo⁵⁰” (*Autobiography*, I, p. 215) (SKORUPSKI, 1998b, p. 35).

Ainda que Mill admita que algum conhecimento humano seja possível sem a linguagem, em “casos complicados [o conhecimento] não pode tomar lugar por nenhum outro caminho⁵¹” (*System of Logic*, VII, p.19). Desta forma, um estudo dos métodos pelas quais podemos conhecer o mundo demanda clareza quanto ao uso deste “instrumento fundamental do pensamento” (*System of Logic*, VIII, p. 663).

O objeto da lógica, tal qual definido no capítulo de introdução do livro I do *System of Logic*, é asseverar como chegamos àquela porção do nosso conhecimento que não é intuitiva, e por quais critérios podemos, nos assuntos que não são autoevidentes, distinguir entre coisas provadas e coisas não provadas, entre o que é digno ou não de crença. A lógica diz respeito às crenças não intuitivas, que só podem ser resolvidas por evidências. Mas é preciso investigar quais questões são concebíveis, quais pode-se esperar obter uma resposta. E este ponto é melhor trabalhado analisando-se proposições (*System of Logic*, VII, p. 20)

O quê, por uma aplicação equivocada de termo abstrato, podemos chamar Verdade, significa simplesmente uma Proposição Verdadeira; (...) na proposição Ouro é Amarelo, a qualidade amarelo é afirmada da substância ouro. Na proposição Franklin não nasceu na Inglaterra, o fato expresso pelas palavras nascido na Inglaterra é negado do homem Franklin. (...) Eu posso dizer, por exemplo, “o sol”. A palavra possui um significado, e sugere esse significado à mente de qualquer um que me ouça. Mas suponha-se que eu lhe pergunte se é verdade: se ele acredita nisso? Ele não pode responder. (...) mas se eu digo “o sol existe”, “meu pai existe” ou “um quadrado redondo existe” eu requeiro uma crença; e devo, na primeira das três instâncias, respondê-la; na segunda, com crença ou descrença, conforme o caso; na terceira, com descrença, (...) toda proposição consiste de dois nomes e cada proposição afirma ou nega um desses nomes do outro⁵². (*System of Logic*, VII, p. 20-3)

2.1 Denotação e conotação:

A relação entre a linguagem e o mundo depende, antes de tudo, daquilo que se pode denotar e conotar de uma palavra. Palavras denotam os objetos dos quais elas são verdadeiras e conotam os atributos específicos destes objetos. A palavra “homem”, por exemplo, denota - ou é verdadeira de - todos os homens: “Pedro, Paulo, João, e um número indefinido de outros

⁵⁰ [A] reduction of the inductive process to strict rules and to a scientific tests, such as the syllogism is for ratiocination

⁵¹ [I]n complicated cases [it] can take place in no other way

⁵² What, by a convenient misapplication of an abstract term, we call a Truth, means simply a True Proposition; (...) in the proposition, Gold is yellow, the quality yellow is affirmed of the substance gold. In the proposition, Franklin was not born in England, the fact expressed by the words born in England is denied of the man Franklin. (...) I may say, for instance, "the sun." The word has a meaning, and suggests that meaning to the mind of any one who is listening to me. But suppose I ask him, Whether it is true: whether he believes it? He can give no answer. (...) but if I say, "the sun exists," "my father exists," or "a round square exists," I call for belief; and should, in the first of the three instances, meet with it; in the second, with belief or disbelief, as the case might be; in the third, with disbelief. (...) every proposition consists of two names; and every proposition affirms or denies one of these names, of the other. Now what we do, what passes in our mind, when we affirm or deny two names of one another, must depend on what they are names of

indivíduos⁵³” (*System of Logic*, VII, p. 31). Mas ela conota os atributos em virtude dos quais a palavra “homem” se aplica a estes indivíduos: “corporeidade, vida animal, racionalidade, e certa forma externa, que por distinção chamamos de humana⁵⁴” (*System of Logic*, VII, p. 31). A conotação determina a denotação no seguinte sentido: conhecer a conotação de uma palavra é conhecer as condições necessárias e suficientes⁵⁵ para determinar se um dado objeto é denotado ou não por esta palavra (MACLEOD, 2018).

Nem todas as palavras possuem conotação. Mill aponta que palavras podem ser singulares ou gerais. “Cícero”, por exemplo, é um nome singular que se aplica a um único objeto: a saber, Cícero. “Romano”, por contraste, é um nome geral que se aplica a muitos objetos, incluído Cícero, mas também a Augusto, Nero e muitos outros. Enquanto “todos os nomes gerais concretos são conotativos⁵⁶” (*System of Logic*, VII, p. 32), o mesmo não pode ser dito de nomes singulares. Alguns nomes singulares são conotativos. Por exemplo, “o autor de *De Re Publica*” é uma descrição definida, que pinça um indivíduo por meio do apontamento dos seus atributos. Mas nem todos são. O nome “Cícero” não conota nenhum atributo, mas é um nome próprio e serve simplesmente como uma etiqueta para aquele indivíduo.

A proposição “S é P” pode ser entendida, no caso de P ser um termo conotativo, como a afirmação de que o objeto denotado por S tem o atributo conotado por P. “A cúpula do *Chimborazo* é branca” afirma que o objeto denotado pelo nome “cúpula do *Chimborazo*” tem o atributo conotado pelo nome “branco” (*System of Logic*, VII, p. 97). A proposição “S é P”, onde P é um termo não conotativo, pode ser compreendida no sentido de que o objeto denotado por S é o mesmo objeto denotado por P. “Marco Túlio é Cícero”, por exemplo, afirma meramente o fato de que estes nomes “Marco Túlio” e “Cícero” referem ao mesmo objeto (MACLEOD, 2018).

2.2 Proposições reais e proposições verbais:

A distinção que Mill faz entre proposições reais e verbais depende da sua teoria de denotação e conotação. Termos singulares e gerais, ou como ele chama “nomes”, denotam coisas e conotam atributos de coisas. “Proposições”, no uso que Mill faz, são sentenças que possuem um significado (um ‘importe’⁵⁷). Sua preocupação é explicar como as conotações e

⁵³ Peter, Paul, John, and an indefinite number of other individuals

⁵⁴ [C]orporeity, animal life, rationality, and a certain external form, which for distinction we call the human

⁵⁵ **Condições Necessárias e Suficientes:** Uma característica F é condição suficiente para uma característica G se e somente se qualquer coisa que contenha F também contenha G; uma característica F é condição necessária para G se e somente se qualquer coisa que não contenha F também não contenha G. (...) Por exemplo, ser o elemento mercúrio é condição suficiente para ser um metal, mas não é condição necessária para ser um metal. Similarmente, ser um metal é condição necessária para ser mercúrio, mas não é condição suficiente para ser mercúrio. É claro, algumas condições necessárias são também condições suficientes. Ser mercúrio é tanto necessário quanto suficiente para ser um elemento metálico que seja líquido a vinte graus centígrados. (SINNOTT-ARMSTRONG; FOGELIN, 2010, p. 233–4)

⁵⁶ [A]ll concrete general names are connotative

⁵⁷ [A]n import

denotações dos nomes contribuem para o importe, ou o sentido das proposições (SKORUPSKI, 1998b, p. 35).

Proposições verbais,

[N]ão se relacionam com qualquer questão de fato, no sentido próprio do termo, mas com o significado dos nomes. Como os nomes e suas significações são completamente arbitrários, tais proposições não estão, estritamente falando, suscetíveis a juízos de verdade ou falsidade, mas apenas aos de conformidade e desconformidade com os usos e convenções; e toda a prova da qual são capazes, é prova sobre o seu uso; prova de que as palavras foram empregadas por outros em aceitação com o desejo que o falante ou o escritor tem para elas⁵⁸ (*System of Logic*, VII, p.109).

Não aprendemos nada de novo sobre o mundo quando aprendemos que a proposição “Marco Túlio é Cícero” é verdade⁵⁹. Esta proposição não transmite nenhum fato sobre como as coisas são, mas apenas sobre nossas convenções linguísticas de nomeação e sobre a língua na qual própria asserção repousa (SKORUPSKI, 1998b, p. 36). A proposição é, nos termos de Mill, meramente verbal. Tais proposições são importantes para entender a natureza não informativa do raciocínio *a priori*.

Proposições reais, por outro lado,

[P]redicam de uma coisa algum fato não envolvido no significado do nome pelo qual a proposição o chama; algum atributo não conotado pelo nome [...] Quando me dizem que todos, ou mesmo alguns objetos, possuem certas qualidades, ou posicionam-se em certas outras relações, eu aprendo um novo fato desta proposição, um fato não incluído no meu conhecimento do significado das palavras, nem mesmo da existência de coisas respondendo ao significado destas palavras. É esta classe de proposições a única que é por si só instrutiva, ou pela qual qualquer instrução pode ser inferida⁶⁰ (*System of Logic*, VII: 115-16).

Mill não reivindica que proposições *a priori* tais como “cada homem é um ser vivo” são meras asserções sobre nossas convenções de nomeação, exatamente como “Marco Túlio é

⁵⁸ [D]o not relate to any matters of fact, in the proper sense of the term, at all, but to the meaning of names. Since names and their signification are entirely arbitrary, such propositions are not, strictly speaking, susceptible of truth or falsity, but only of conformity or disconformity to usage or convention; and all the proof they are capable of, is proof of usage; proof that the words have been employed by others in the acceptance in which the speaker or writer desires to use them.

⁵⁹ O empirismo de Mill o leva a defender que quaisquer proposições afirmadas normalmente carregam uma assunção tácita de que os objetos denotados pelo nome do sujeito existem (*System of Logic*, VII:113). Quem fala, afirma explícita ou tacitamente que há objetos denotados pelo nome do sujeito e assevera que eles possuem atributos conotados pelo nome predicado - se não há tais objetos, o falante falhou em fazer qualquer asserção (sobre objetos) (SKORUPSKI, 1998b, p. 37).

⁶⁰ [P]redicate of a thing some fact not involved in the signification of the name by which the proposition speaks of it; some attribute not connoted by name [...] When I am told that all, or even that some objects, which have certain qualities, or stand in certain other relations, have also certain other qualities I learn from this proposition a new fact; a fact not included in my knowledge of the meaning of the words, nor even of the existence of things answering to the signification of those words. It is this class of propositions only which are in themselves instructive, or from which any instructive propositions can be inferred

Cícero”⁶¹. Mas ele argumenta que ambas as proposições não transmitem nenhuma informação genuína sobre o mundo, pois a conotação de “homem” (os atributos que a palavra sinaliza) já inclui a conotação de “ser vivo”. Para alguém que já sabe o significado do termo “homem”, nada é dito sobre como o mundo é, quando lhe dizem que “todo homem é um ser vivo” (MACLEOD, 2018).

2.3 O silogismo, por si só, não oferece nenhum novo conhecimento:

O raciocínio puramente dedutivo ou *a priori*, Mill acredita, é similarmente vazio. Ele vê o raciocínio dedutivo primariamente em termos de silogismo, e raciocínio silogístico não pode trazer à tona nenhuma verdade nova sobre como o mundo é: “nada nunca foi, ou pode ser, provado pelo silogismo, que não fosse sabido ou assumido como sabido, antes”⁶² (*System of Logic*, VII, p. 183)

Examine-se o seguinte silogismo: “Todos os homens são mortais; o duque de Wellington é homem”. Conclui-se então que “o duque de Wellington é mortal” a partir da proposição de que “todos os homens são mortais”.

Em inferências silogísticas padrão, para que argumentos sejam válidos, a conclusão já deve ter sido afirmada nas premissas. Por exemplo, no argumento acima, a conclusão já deve estar afirmada na premissa - a proposição de que todos os homens são mortais deve incluir a proposição que o duque de Wellington é mortal para que o argumento seja válido. Nenhum novo conhecimento, portanto, é adquirido ao se raciocinar da premissa para a conclusão (REALE; ANTISERI; STORNILO, 2005, p. 308).

Mill diz que uma inferência é aparente, e não real, quando “a proposição inferida ostensivamente de outra, aparece, sob análise, como sendo meramente a repetição da mesma, ou parte da mesma asserção, que estava contida na primeira.”⁶³ (*System of Logic*, VII: 158).

Em tais casos não há realmente nenhuma inferência; não há na conclusão nenhuma verdade nova, nada além do que já tinha sido asseverado nas premissas, que é óbvio para quem quer que as aprenda. O fato asseverado na conclusão é ou o exato mesmo fato, ou parte do fato, asseverado na proposição original⁶⁴ (*System of Logic*, VII, p. 160).

⁶¹ Esta é uma proposição de identidade na qual há um nome próprio sem conotação. Ela é verbal no sentido de que a única informação trazida é sobre o próprio nome. Cícero denota o mesmo objeto que Marco Túlio. Em outras palavras: não há nenhum fato extralinguístico sobre o mundo ao qual Marco Túlio é Cícero corresponda - entender tal proposição não é uma questão de compreender como o mundo deve ser para que isto seja verdade. Skorupski aponta uma dificuldade que Mill falha em perceber, sobre o conhecimento de que Cícero é Marco Túlio não ser *a priori*. Não podemos saber se a proposição é verdadeira apenas refletindo no significado destes nomes. E de acordo com Mill, proposições verbais podem ser assim entendidas (SKORUPSKI, 1998b, p. 38).

⁶² [N]othing ever was, or can be proved by syllogism which was not known, or assumed to be known, before

⁶³ the proposition ostensibly inferred from another, appears on analysis to be merely a repetition of the same, or part of the same, assertion, which was contained in the first

⁶⁴ In such cases there is not really any inference; there is in the conclusion no new truth, nothing but what was already asserted in the premisses, and obvious to whoever apprehends them. The fact asserted in the conclusion is either the very same fact, or part of the fact, asserted in the original proposition

O silogismo, então, é estéril, pois não aumenta nosso conhecimento: o fato do duque de Wellington ser mortal é uma verdade que já está incluída na premissa segundo a qual todos os homens são mortais (REALE; ANTISERI; STORNILO, 2005, p. 308).

A sugestão que o raciocínio dedutivo não pode levar a nenhum novo conhecimento suscita duas perguntas. Se não serve ao progresso do conhecimento, qual é a função do raciocínio silogístico? E; O que devemos dizer de raciocínios aparentemente dedutivos que manifestamente nos levam a novo conhecimento? (MACLEOD, 2018)

À primeira pergunta, Mill responde que o raciocínio silogístico nos permite “testar” nosso comprometimento com proposições gerais (*System of Logic*, VII, p. 196). Com silogismos como o apresentado acima, não podemos adquirir nenhum novo conhecimento, mas as implicações de sustentar uma premissa geral ficam mais claramente demonstradas pelo raciocínio silogístico, e isto, em certas instâncias, pode causar uma reavaliação do nosso compromisso com aquela premissa (MACLEOD, 2018).

À segunda questão, Mill afirma que onde nós ganhamos genuinamente novo conhecimento - nos casos da matemática e da geometria, por exemplo - nós devemos, em algum nível, estar raciocinando indutivamente. Mill procura explicar que porque os raciocínios matemáticos e geométricos efetivamente informam-nos, não podem ser completamente *a priori*. (MACLEOD, 2018).

No caso do silogismo apresentado acima, no qual a conclusão de que “o duque de Wellington é mortal” é derivada da premissa de que “todos os homens são mortais”, sabemos que todos os homens são mortais porque vimos a morte de Pedro, Paulo, João e tantos outros, e porque nos contaram terem visto morrer outras pessoas. Assim, é da experiência que se pode extrair a verdade da proposição “todos os homens são mortais”, e a experiência nos faz observar apenas casos individuais. Por isso, a tese fundamental de Mill é a de que toda inferência é de particular para particular, ao passo que a única justificação do “isso será” é o “isso foi”(REALE; ANTISERI; STORNILO, 2005, p. 308).

3. Fundamentos da razão teórica.

A *História das Ciências Indutivas*, de William Whewell, forneceu a Mill uma considerável fonte para pesquisa e elaboração das suas ideias sobre a história e o presente estado das ciências. A objeção central de Mill a Whewell era que ele representava a visão Kantiana, ou *a priori* do conhecimento humano e das faculdades do conhecimento, e era, portanto um inimigo da tradição empirista à qual ele mesmo pertencia. Whewell sustentava que o conhecimento científico, como todos os outros, apenas era possível porque a mente fornecia *ideias* fundamentais que conectam os dados dos sentidos - no contexto científico, ideias de tempo, espaço, números, força, massa, causalidade, entre outras. Mill e Whewell, seguiram debatendo por anos, e as trocas entre os dois levantam questões profundas não apenas sobre a metodologia das ciências, mas sobre a natureza do conhecimento em geral (SCARRE, 1998, p. 115–16).

3.1 O método indutivo.

Mill afirma que conhecimento pode ser obtido apenas pela observação empírica e pelo tipo de raciocínio que tem lugar sobre tais observações. Este princípio está situado no centro do seu empirismo radical. As percepções dos sentidos são “os dados originais, ou premissas definitivas do nosso conhecimento⁶⁵” (*System of Logic*, VII, p.7), e o conhecimento dos maiores níveis de complexidade é alcançado apenas por inferências a partir destes dados originais. Como veremos, para Mill a “Inferência, conseqüentemente toda Prova, e toda a descoberta de verdades não autoevidentes, consiste de induções, e interpretações de induções⁶⁶” (*System of Logic*, VII, p. 283) (MACLEOD, 2018).

Indução propriamente chamada (...) pode (...) ser resumidamente definida como Generalização da experiência. Ela consiste em inferir a partir de alguma instância individual no qual se observa que um fenômeno ocorre, que ele em todas as instâncias de certa classe; a saber, em todas que *lembram* a anterior, naquilo que se consideram as circunstâncias materiais⁶⁷ (*System of Logic*, VII, p. 306).

Ele pretende desmistificar o papel das proposições universais no raciocínio. Se todas as inferências se dão do particular para o particular, o valor das generalizações é apenas psicológico. Generalizações ou proposições universais atuam como registros sumários de todas as induções que observamos, e facilitam os "trens de raciocínio⁶⁸". Assim, generalizações não passam de “coleções de particulares” (SCARRE, 1998, p. 113). Psicologicamente eles são grande acréscimo para nossa memória e poder de raciocínio, mas o seu valor termina aí. Assim, uma proposição universal é na verdade a expressão de uma regra de inferência⁶⁹, e não está no silogismo como uma premissa (SKORUPSKI, 1998b, p. 42).

O procedimento pelo qual induções mais fracas são conectadas a induções mais fortes chama-se Lógica da Prova. Sua estratégia consiste em tentar mostrar, com respeito a qualquer inferência indutiva, que ou esta é verdadeira ou uma indução mais forte deve admitir exceção. Caso isso possa ser feito, aquela indução mais fraca adquire toda a força contida na mais forte. (MASSELLA, 1999, p. 16)

⁶⁵ original data, or ultimate premises of our knowledge

⁶⁶ Inference, consequently all Proof, and all discovery of truths not self-evident, consists of inductions, and the interpretation of inductions

⁶⁷ Induction properly so called [...] may [...] be summarily defined as Generalization from Experience. It consists in inferring from some individual instances in which a phenomenon is observed to occur, that it occurs in all instances of a certain class; namely, in all which resemble the former, in what are regarded as the material circumstances.

⁶⁸ Trains of reasoning

⁶⁹ Considere a inferência Tudo é F para a é F. É uma inferência real ou verbal? Um racionalista poderia dizer que é uma inferência real que requer um insight a priori. Mas é impossível sustentar que seja real se alguém deseja argumentar que inferências reais são a posteriori. Um modo de encará-la como verbal que está aberta para Mill, é afirmar que a é F e b é F e... Mill parece aproximar-se desta visão da generalização. Outra abordagem é negar que Tudo é F é uma proposição - e afirmar ao invés que ela expressa uma regra: aceitar, de qualquer dado objeto, que ele é F. Nesta visão a relação entre Tudo é F e a é F não é uma inferência de uma premissa para a conclusão. (SKORUPSKI, 1998b, p. 42–3)

Mill nota que, observando-se que $X_1, X_2, X_3 \dots X_n$, são P, os seres humanos estão dispostos a formar a crença de que similarmente X_{n+1} é P. Sobre a observação de que dez cisnes são brancos, por exemplo, tendemos a acreditar que um décimo primeiro cisne também o será (MACLEOD, 2018). Ele via o papel da lógica indutiva como a identificação das regras para a produção de generalizações causais sólidas, e o conhecimento científico como o conjunto de tais generalizações, hierarquicamente arranjados (SCARRE, 1998, p. 114).

Uma teoria científica da indução deve procurar conferir precisão a este procedimento. O primeiro passo dessa estratégia é investigar se há uma indução mais forte à qual podemos submeter outras induções. Mill acredita que a lei da causalidade, entendida apenas como invariabilidade de sucessão entre fenômenos, cumpre este papel. As regularidades de sucessão estarão assim provadas se pudermos afirmar que ou elas são verdadeiras ou a lei de causalidade é falsa; ou ainda, se pudermos afirmar, para uma relação regular de sucessão entre um fenômeno A e um fenômeno B, que ou o fenômeno A é causa de B ou B não tem causa. A segunda opção nos obrigaria a abrir mão de outra indução ainda mais forte: a própria lei da causalidade (MASSELLA, 1999, p. 16).

Ao ampliarmos a extensão de uma inferência, estamos aumentando o número das possíveis circunstâncias falseadoras e, portanto, submetendo-a a um teste mais rigoroso. A questão da causalidade emerge justamente de analisar em que condições uma coleção de casos particulares observados nos autoriza a inferir o mesmo para novos casos. A noção de indução implicaria, segundo Mill, uma suposição sobre o “curso da natureza”. Entretanto esta proposição a respeito da uniformidade da natureza não possui a precisão exigida pela linguagem filosófica, pois, a rigor, o curso da natureza não seria apenas uniforme, mas também “infinitamente variado”. Além dos fenômenos que sempre ocorrem sob as mesmas circunstâncias, há na natureza fenômenos cujas regularidades são inesperadamente contrariadas e fenômenos que parecem “caprichosos” (MASSELLA, 1999, p. 14).

Não nos sentimos autorizados a esperar constância em relação a todos e quaisquer fenômenos: ninguém esperaria, por exemplo, “ter os mesmos sonhos repetidos todas as noites” (*System of Logic*, VII, p. 311). Não estamos, portanto autorizados a inferir uma conclusão geral sempre que a experiência nos fornece alguma uniformidade, apesar de termos esta propensão. Da mesma forma, não depositamos a mesma confiança em todas as generalizações obtidas a partir da indução por enumeração simples: não recusaríamos o testemunho de que há cisnes negros, mas não acreditaríamos em alguém que afirmasse a existência de homens com a cabeça embaixo dos ombros, pois há “menos constância na cor dos animais do que na estrutura geral da sua anatomia⁷⁰” (*System of Logic*, VII, p. 319).

Questão da lógica indutiva, tal como Mill a entende, parte justamente do reconhecimento dos vários graus de uniformidade que a natureza pode apresentar (MASSELLA, 1999, p. 14–5): “por que uma única instância, em alguns casos, é suficiente para uma indução completa, enquanto em outros, miríades de instâncias concorrentes, sem uma única exceção conhecida

⁷⁰ there is less constancy in the colours of animals, than in the general structure of their anatomy

ou presumida, caminham tão pouco para o estabelecimento de uma proposição universal?⁷¹” (*System of Logic*, VII, p. 314).

Mill não via nada questionável na noção de que o passado oferece um guia bastante confiável para o futuro. As previsões passadas feitas sobre um futuro que se tornou presente podem ser verificadas pela experiência. O tratamento que dá a essa questão mostra claramente sua insensibilidade quanto ao problema de Hume (SCARRE, 1998, p. 120).

“Temos [...] a garantia de uma indução rígida para considerar provável, em um grau indistinguível da certeza, que as condições existentes para o nascer do sol existirão amanhã⁷²” (*System of Logic*: VII, p. 551)

A refutação ao problema de Hume não foi um objetivo para Mill, ainda que ele considere a si mesmo no livro III do *System of Logic* como oferecendo uma justificação para a inferência indutiva. O comentador Scarre aponta que Mill parece não ter compreendido, exatamente qual foi o problema proposto por Hume (SCARRE, 1998, p. 115). A questão de Hume quanto à indução é a seguinte: quando fazemos projeções indutivas a partir de uma amostra, o que garante que os particulares posteriores se parecerão com aqueles já examinados? Em outras palavras, o que garante que as uniformidades percebidas serão sustentadas? Na visão de Hume, nada. Scarre aponta que não havia muito interesse pelo problema da indução de Hume antes das edições de Green e Grose dos seus trabalhos em 1874 - e nesta data Mill já estava morto (SCARRE, 1998, p. 117)

A principal preocupação de Mill era explicar como a inferência de particulares para particulares - o padrão para o raciocínio válido - era a única forma de inferência que a ciência precisaria ou poderia admitir. Ele firmemente dispensa a ideia de que relações causais envolvem necessidade, e insiste que a experiência dá suporte apenas à análise de conjunções constantes da causalidade. Ele rejeita qualquer distinção metafísica entre verdades necessárias e contingentes. Acredita que o tipo mais alto de necessidade é a necessidade natural (SKORUPSKI, 1998b, p. 45). A causa do fenômeno é a soma total das condições contingentes. Apesar da sua reivindicação de que efeitos normalmente dependem não de um único fator, mas de um complexo de fatores agindo conjuntamente, os famosos métodos da sua investigação experimental buscam especificamente localizar, por meio de raciocínio eliminativo, uma condição saliente que precede ou acompanha o fenômeno “com o qual ele esteja realmente conectado por uma lei invariável⁷³” (*System of Logic*, VII, p. 388).

3.2 A autojustificação da indução pelo “primitivo-normativo”.

⁷¹ Why is a single instance, in some cases, sufficient for a complete induction, while in others, myriads of concurring instances, without a single exception known or presumed, go such a very little way towards establishing a universal proposition?

⁷² We have [...] the warrant of a rigid induction for considering it probable, in a degree indistinguishable from certainty, that the known conditions for the sun's rising will exist to-morrow

⁷³ with which it is really connected by an invariable law

Qual a garantia para todas as nossas inferências a partir da experiência? Segundo Mill, essa garantia está no princípio da uniformidade. Trata-se do axioma geral de toda indução (REALE; ANTISERI; STORNILO, 2005, p. 309): “O universo, até onde sabemos, é constituído de tal maneira, que o que quer que seja verdade em um caso, será verdadeiro em todos os casos de uma certa descrição⁷⁴” (*System of Logic*, VII: 306).

O princípio da uniformidade confunde-se, inclusive, com princípio da indução, pois ele próprio consiste em uma grande generalização baseada em generalizações precedentes. A uniformidade na natureza é algo que não sabemos nem poderíamos saber *a priori*, mas apenas ela própria como uma “instância da indução” (*System of Logic*, VII, p. 307). Neste sentido, a indução suporta a si mesma. “Uma vez formulado, esse princípio foi proposto como fundamento das generalizações indutivas; estas, depois de descobertas, atestam o princípio da uniformidade” (REALE; ANTISERI; STORNILO, 2005, p. 309).

Mill tendia a falar quase intercaladamente entre o princípio da uniformidade e a lei da causalidade, pois ele considerava os padrões da uniformidade na natureza como dependentes da relação causal generalizada pela lei da causalidade. A associação entre um e outro é natural para um empirista como Mill, que não acreditava na existência da necessidade causal (*System of Logic*, VII, p. 326-27). Para ele, a relação causal consiste em alguma variedade de conjunção constante do fenômeno, enquanto a uniformidade da natureza, como um todo, é simplesmente a soma destas uniformidades (SCARRE, 1998, p. 119).

Esta justificação é circular, como Mill reconhece. Só se está justificado em acreditar que a indução é em geral uma boa forma de raciocinar na medida em que nossas induções passadas sejam elas mesmas consideradas boas inferências. A questão então é saber como estas induções podem ser formas justificadas de inferência.

Muitas das uniformidades que existem por entre os fenômenos são tão constantes, e tão abertas para a observação, de modo que forcem a si mesmas no sentido de um reconhecimento involuntário⁷⁵ (*System of Logic*, VII, p. 318).

Nós somos naturalmente inclinados a raciocinar indutivamente, e sob uma inspeção crítica, atos de indução nos parecem “merecedores de confiança⁷⁶” (*System of Logic*, VII, p.317). Nós adotamos a indução “espontaneamente” como um método de raciocínio - e sob uma consideração livre, parece razoável fazê-lo (*System of Logic*, VII, p. 317). Como Mill pontua, a convicção da existência da uniformidade geral é secundária à descoberta de uniformidades em contextos particulares. A tarefa é explicar como induções justificadas podem ser feitas sem uma consciência explícita do princípio que as justifica (SCARRE, 1998, p. 124).

As mais óbvias leis da natureza foram entendidas e aceitas como verdades gerais antes mesmo do desenvolvimento da linguagem. A descoberta de que o fogo queima, que a água molha etc.

⁷⁴ [t]he universe, so far as known to us, is so constituted, that whatever is true in any one case, is true in all cases of a certain description

⁷⁵ Many of the uniformities existing among phenomena are so constant, and so open to observation, as to force themselves upon involuntary recognition.

⁷⁶ deserving of reliance

já sugeria o princípio da uniformidade da natureza. (REALE; ANTISERI; STORNILO, 2005, p. 309)

Estamos naturalmente dispostos a acreditar em generalizações indutivas, e tais crenças, quando as observamos, nos "batem" como razoáveis e críveis. Não há nenhuma justificção adicional das nossas propensões naturais de raciocínio para além do fato de que, sob inspeção crítica, parecem-nos corretas. Trata-se de uma abordagem antropológica para o normativo, tipicamente naturalista (MACLEOD, 2018). Ele acredita que se for possível mostrar que uma disposição cognitiva age de maneira (que Skorupski denomina) "primitivamente normativa" no nosso pensamento, então estará legitimada a sua normatividade (SKORUPSKI, 1998c, p. 8).

Não podemos saber o que constitui bom raciocínio *a priori*, e assim "as leis das nossas faculdades racionais, como aquelas de todas as outras agências naturais, são apenas apreendidas observando-se o agente trabalhar"⁷⁷ (*System of Logic*, VIII, p. 833).

O procedimento mais científico não pode ser mais do que uma forma melhorada daquilo que era primitivamente perseguido pelo entendimento humano ainda não dirigido pela ciência⁷⁸ ... (*System of Logic*: VII, p. 318-19)

A partir daqui, a validação por repetição pode aumentar nossa confiança de que estamos autorizados a raciocinar indutivamente: mais induções apoiando-se sobre outras induções podem melhorar nossas habilidades de raciocínio estabelecendo com mais e mais precisão as circunstâncias nas quais movimentos indutivos são adequados. De fato, este processo de lapidação do raciocínio indutivo pela "revisão ulterior de (...) generalizações espontâneas"⁷⁹ (*System of Logic*, VII, p. 319) é central para o processo do pensamento científico (MACLEOD, 2018).

Mill tomou uma atitude hostil quanto ao ceticismo Humeano, adotando, quanto à normatividade, uma postura que remete à tradição do "senso comum" naturalista, influenciada por Thomas Reid (SKORUPSKI, 1998c, p. 7–8). As respostas são de conteúdo normativo na medida em que são respostas sobre o que, em um dado contexto, temos razões para acreditar. Que são primitivas, é aparentemente uma base suficiente para aceitá-las como sólidas. Ele sustenta que a única forma de raciocínio primitivo é a indução enumerativa (depois também reconhece disposições primitivas para aceitar proposições do passado via memória). É sobre esta base austera que Mill desenvolve sua ciência da lógica indutiva e sua explicação da lógica e da matemática como ciências indutivas. (SKORUPSKI, 1998c, p. 9).

No *System of Logic*, a disposição tomada como primitivamente normativa é a disposição para generalizar pela experiência. Métodos de indução que não a enumerativa não são fontes independentes para novas verdades. A malha de conhecimento que emerge a partir do que ele

⁷⁷ The laws of four rational faculty, like those of every other natural agency, are only learnt by seeing the agent at work .

⁷⁸ The most scientific proceeding can be no more than an improved form of that which was primitively pursued by human understanding, while undirected by science

⁷⁹ ulterior revision of (...) spontaneous generalizations

chama “processo indutivo” estabelece a si própria na medida em que confirma, estende e refina, ao invés de minar as normas de indução enumerativa primitivamente justificadas (SKORUPSKI, 1998c, p. 9)

Seu método psicológico reduz os “dados da consciência” ao número mínimo de elementos que podem, por princípios associacionistas, ser mostrados capazes de gerar o resto. Em termos amplos, pode-se dizer que para Mill uma disposição formadora de crença que possa ser “explicável” pela associação não é primitivamente normativa. (SKORUPSKI, 1998c, p. 9–10).

A validação inicial do princípio da indução é diretamente paralela ao argumento de Mill em favor do princípio da utilidade. Como se verá, estamos naturalmente inclinados a desejar prazer, e tais desejos, quando os observamos, nos "batem" como razoáveis - como sendo desejáveis. (MACLEOD, 2018)

4. Filosofia da ciência:

Todo o conhecimento inferencial genuíno que temos do mundo, então, é justificado pelo uso da simples indução enumerativa. O raciocínio que se dá no nosso engajamento científico com o mundo, Mill afirma, é simplesmente a aplicação de uma versão particular e refinada dessa modalidade de indução (MACLEOD, 2018). O melhoramento do método indutivo se dá a partir do autoexame reflexivo da razão teórica, ou seja, de uma consideração indutiva sobre a própria indução.

A experiência dá o testemunho, que entre as uniformidades que ela exhibe ou parece exhibir, algumas são mais confiáveis que outras [...] Este modo de corrigir uma generalização por meio de outra, uma generalização mais estreita por uma mais ampla, que o senso comum adota na prática, é o tipo real de Indução científica⁸⁰ (*System of Logic*, VII, p. 319).

A afirmação de que a indução é a única forma real de inferência, e que um único conjunto de regras indutivas serve-nos dentro e fora da ciência, tem como implicação a ideia de que não há nada fundamentalmente distintivo na metodologia das ciências. Há uma continuidade entre os modos de investigação científica e a obtenção de conhecimentos da vida diária. A ciência se difere das preocupações do dia-a-dia não pelos seus métodos, mas pelo seu objeto: a ciência visa à descoberta e prova das leis da natureza (SCARRE, 1998, p. 113).

A história da ciência, como Mill a vê, é a história do crescimento do nosso conhecimento por meio da razão indutiva, mas também o crescimento do nosso conhecimento sobre a própria razão indutiva. Na medida em que aprendemos mais sobre o mundo, a indução torna-se mais e mais estabelecida, e com isto, ela torna-se mais autocrítica e sistemática.

⁸⁰ Experience testifies, that among the uniformities which it exhibits or seems to exhibit, some are more to be relied on than others [...] This mode of correcting one generalization by means of another, a narrower generalization by a wider, which common sense suggests and adopts in practice, is the real type of scientific Induction.

“Podemos descobrir, pela mera observação sem experimento, uma uniformidade real na natureza⁸¹” (*System of Logic*, VII, p.386). Onde é possível, contudo, engajar-se em atividade experimental, esta é a forma mais direta de descobrir as relações causais entre os eventos, pois ela permite-nos “encontrar-se com alguns dos antecedentes separados do resto, e observar o que segue deles; ou alguma das conseqüências, e observar o que lhes precede⁸²” (*System of Logic*, VII: 381). Mill afirma que, com o progresso da ciência, quatro métodos emergiram como bem sucedidos em isolar as causas do fenômeno observado (*System of Logic*, VII: 388 - 406).

Para distinguir as circunstâncias essenciais das não essenciais, ou seja, tendo em vista “escolher, entre as circunstâncias que precedem ou que se seguem a um fenômeno, aquelas às quais realmente está ligado por lei invariável”, Mill propõe o que chama de “os quatro métodos de indução” (REALE; ANTISERI; STORNILO, 2005, p. 308).

4.1. Os métodos da indução.

a) O Método do Acordo: onde instâncias do fenômeno A são sempre acompanhadas por *a*, mesmo quando outras circunstâncias acompanhando A variam, nós temos razões para acreditar que A e *a* são causalmente relacionados (MACLEOD, 2018). “Se duas ou mais instâncias do fenômeno sob investigação possuem apenas uma circunstância em comum, a circunstância em que, sozinha, todas as instâncias estão de acordo, é a causa (ou efeito) do dado fenômeno⁸³” (*System of Logic*, VII, p. 390)

b) O Método da Diferença: onde a única característica distinta marcando situações nas quais o fenômeno *a* ocorre ou não ocorre é a presença ou ausência do fenômeno A, aí, há razão para pensar que A é uma parte indispensável da causa de *a*.

Se percebermos, via método do acordo, que em todas as instâncias de A, *a* está presente, podemos pelo método da diferença, onde possível, sistematicamente retirar A para determinar se A é a causa de *a*. Mill chama esse procedimento de Método Conjunto de Acordo e Diferença. “se uma instância na qual o fenômeno sob investigação ocorrer, e uma instância na qual ela não ocorre, possuem todas as circunstâncias em comum salvo uma, esta uma ocorrendo apenas na primeira; a circunstância que sozinha é aquela na qual as instâncias diferem, é o efeito, ou a causa, ou uma parte indispensável da causa, do fenômeno⁸⁴” (*System of Logic*, VII, p. 391)

⁸¹ [W]e may discover, by mere observation without experiment, a real uniformity in nature

⁸² meet with some of the antecedents apart from the rest, and observe what follows from them; or some of the consequents, and observe by what they are preceded

⁸³ if two or more instances of the phenomenon under investigation have only one circumstance in common, the circumstance in which alone all the instances agree, is the cause (or effect) of the given phenomenon

⁸⁴ if an instance in which the phenomenon under investigation occurs, and an instance in which it does not occur, have every circumstance in common save one, that one occurring only in the former; the circumstance in which alone the two instances differ, is the effect, or the cause, or an indispensable part of the cause, of the phenomenon

c) O Método Residual: contra o conhecimento de que A é a causa de *a*, e B é a causa de *b*, onde ABC causa *abc*, e AB causa meramente *ab*, podemos (eliminando-se que *c* seja efeito da conjunção de AB) ter que C é a causa de *c* (MACLEOD, 2018). “subtraído de qualquer fenômeno tal parte que seja conhecida se o efeito de certos antecedentes por induções anteriores, e o resíduo do fenômeno é o efeito dos antecedentes remanescentes⁸⁵” (*System of Logic*, VII, p.401).

d) O Método de Variações Concomitantes: sempre que *a* varia quando A varia de alguma maneira particular, *a* pode ser pensado como casualmente conectado a A. (MACLEOD, 2018) “Qualquer fenômeno que varie de alguma maneira quando quer que outro fenômeno varie em alguma maneira particular, ele é ou uma causa ou um efeito deste fenômeno, ou está conectado com ele por meio de algum fato ou causação⁸⁶” (*System of Logic*, VII, p. 401)”.
Variando-se cuidadosamente as condições, Mill afirma que nós podemos isolar causas e revelar as leis que governam o fenômeno natural. Aprendemos primeiro a explicar eventos individuais mostrando que eles são eventos de leis casuais, e então “de maneira similar, uma lei ou uniformidade na natureza é dita como explicada, quando outra lei ou leis são apontadas, das quais aquela lei, ela própria, é o caso⁸⁷” (*System of Logic*, VII, p. 464).

Pela continuação aplicada dos Cânones da Indução, as Leis mais gerais da Natureza podem ser averiguadas - este é o objetivo último da ciência. “A expressão, Leis da Natureza, não significa nada além das uniformidades que existem por entre o fenômeno natural⁸⁸” (*System of Logic*, VII, p. 318).

4.2 O método hipotético, tomado independentemente, não é legítimo:

Mill afirma não apenas que a indução enumerativa é um princípio válido, mas que é o único princípio pelo qual está justificada a inferência de fatos não observados sobre o mundo. Particularmente, Mill rejeita a validade independente do “Método Hipotético”, ou da inferência à melhor explicação (*System of Logic*, VII, p. 492). Uma hipótese:

Não deve ser recebida como provavelmente verdadeira porque ela dá conta de todo o fenômeno conhecido; uma vez que essa condição é muitas vezes preenchida toleravelmente por duas hipóteses conflitantes⁸⁹ (*System of Logic*, VII, p. 500).

Isto não é negar totalmente o papel da hipótese na investigação, contudo. Mill reivindica que a hipótese sobre entidades não observadas feitas em um esforço para explicar observações

⁸⁵ subduct from any phenomenon such part as is known by previous inductions to be the effect of certain antecedents, and the residuo of the phenomenon is the effect of the remaining antecedents .

⁸⁶ Whatever phenomenon varies in any manner whenever another phenomenon varies in some particular manner, is either a cause or an effect of that phenomenon, or is connected with it through some fact or causation .

⁸⁷ in a similar manner, a law or uniformity in nature is said to be explained, when another law or laws are pointed out, of which that law itself is but a case

⁸⁸ The expression, Laws of Nature, means nothing but the uniformities which exist among natural phenomena

⁸⁹ is not to be received probably true because it accounts for all the known phenomena; since this is a condition sometimes fulfilled tolerably well by two conflicting hypotheses.

empíricas pode oferecer sugestões úteis, mas a legitimidade para acreditar só pode ser estabelecida pelo raciocínio baseado no princípio da indução enumerativa (MACLEOD, 2018).

Mill via os seus métodos indutivos como os princípios retores dos primeiros três estágios nos quais um raciocínio científico sólido poderia ser dividido: 1. Indução; 2. Raciocínio silogístico (*ratiocination*); 3. Verificação. Neste quadro, o estágio indutivo inicial verifica a lei das causas; o segundo, racionalização silogística, computa dedutivamente daquelas leis “como as causas vão operar na combinação particular que se sabe existir no caso em questão⁹⁰”; enquanto o terceiro passo, verificatório, compara “este efeito calculado com o próprio fenômeno⁹¹” (*System of Logic*, VII, 491-92). Tal modelo representa, na visão de Mill, o formato ideal para a descoberta e justificação da ciência: um processo indutivo apropriado fornece afirmações gerais da lei causal a partir da qual, com premissas adequadas sobre circunstâncias particulares, conclusões empiricamente verificáveis sobre instâncias individuais podem ser inferidas; estas instâncias verificáveis então corroboram as afirmações originais da lei.

Mas Mill reconhece que processos indutivos não dirigidos ou aleatórios raramente levam à descoberta de leis causais significantes: portanto o cientista deve começar com uma hipótese, uma conjectura plausível sugestiva de observações frutíferas e experimentos. (SCARRE, 1998, p. 127) “sem tais assunções, a ciência nunca poderia ter atingido o seu estado presente: eles são passos necessários no progresso em direção a algo mais certo; e quase tudo o que é agora teoria um dia foi hipótese⁹²”. (*System of Logic*, VII, p. 496).

Scarre aponta que Mill nunca se decidiu inteiramente sobre o papel apropriado da hipótese na ciência. A ideia da ciência como um palpite perspicaz e imaginativo sobre a relação causal merecedora de teste às vezes dá lugar, no *System of Logic*, a uma perspectiva diferente, onde a hipótese não é meramente uma preliminar valiosa ao uso dos métodos indutivos, mas um primeiro estágio alternativo no processo de três fases na aferição de prova. (SCARRE, 1998, p. 128) O que Mill chamou de “o método hipotético”.

Suprime o primeiro dos três estágios, a indução para asseverar a lei; e se contenta com as duas outras operações, raciocínio silogístico e verificação; a lei que é raciocinada, sendo assumida ao invés de provada⁹³ (*System of Logic*, VII, p. 492).

Mas dessa maneira, o método indutivo ao qual Mill devotou uma atenção tão cuidadosa parece correr o risco de tornar-se redundante: a ciência pode, logicamente, admiti-la, como historicamente o fez. Mas neste ponto Mill opõe uma condição extra para o Método Hipotético: para que a conclusão a qual se chegue pelo método hipotético possa ser

⁹⁰ how the causes will operate in the particular combination known to exist in the case in hand

⁹¹ this calculated effect with the actual phenomenon

⁹² Without such assumptions, science could never have attained its present state: they are necessary steps in the progress towards something more certain, and nearly everything which is now theory was once hypothesis.

⁹³ suppresses the first of the three steps, the inductions to ascertain the law; and contents itself with the other two operations, ratiocination and verification; the law which is reasoned from, being assumed, instead of proved.

considerada aceitável, ele sugeriu que ela deve ser capaz de ser verificada pelo método da diferença (*System of Logic*, VII, p. 492-93).

O problema com este rigoroso modo de verificação, como Mill reconheceu, é que a partir de qualquer hipótese em qualquer grau dissimilar a princípios familiares, é muito difícil inferir com certeza qual o resultado que se sustenta e qual não se sustenta. Consequentemente ele concluiu que uma hipótese aceitável deve sempre ser uma hipótese simples que carregue um forte grau de analogia com princípios já bem estabelecidos (SCARRE, 1998, p. 128).

Para clarificar a noção de analogia desejável entre princípios conhecidos, Mill distingue entre hipóteses sobre agentes causais e hipótese sobre leis de operação das causas:

ou o fenômeno assinalado como a causa é real, mas a lei de acordo com a qual ele age, meramente suposta; ou a causa é fictícia, mas supostamente produz seus efeitos de acordo com leis similares àquelas de alguma classe conhecida de fenômeno (*System of Logic*, VII, p. 490).

Hipóteses dos dois tipos são, na visão de Mill, teoricamente capazes de confirmação ou falseamento; mas uma linha deve ser traçada ante as hipóteses que postulam uma nova causa e concomitantemente uma nova lei de operação. Das duas variedades de hipóteses toleráveis, contudo, ele preferia fortemente aquelas que postulam uma lei ‘fictícia’ a uma causa conhecida àquelas que postulam uma lei conhecida a uma causa fictícia. É mais simples, Mill acredita, observar ou experimentar em causas que já são conhecidas para nós, do que deduzir os efeitos, com base em leis conhecidas. Uma vez que hipóteses como essa não podem ser efetivamente verificadas ou falseadas pelo raciocínio da diferença, é melhor que sejam evitados (SCARRE, 1998, p. 129)

Confrontado pela evidência histórica, Mill é forçado a conceder que muitos dos grandes avanços na ciência dependeram da “grande assistência temporária⁹⁴” oferecida pelo método hipotético (*System of Logic*, VII, p. 496). Ainda assim, sua aversão a qualquer coisa que parecesse remotamente com *apriorismo* fez com que rejeitasse todo processo de raciocínio ou qualquer proposição que não pudesse ser rigorosamente confirmada pela observação ou pelo uso dos métodos indutivos.

Na visão de Mill - sem dúvida influenciado por Bacon e Newton - uma hipótese é sempre culpada até que se prove inocente. Mill percebeu que o fato lógico simples, mas vital, de que uma hipótese se encaixar nos dados observados não faz dela, por isto, provada verdadeira. Pode haver um número indefinido de hipóteses alternativas incompatíveis que se encaixariam nos mesmos dados. (SCARRE, 1998, p. 129–30).

Whewell, diferentemente,

[N]ão reconhece absolutamente nenhum modo de indução além do de tentar hipótese após hipótese até encontrar uma que se encaixe no fenômeno; a qual, quando encontrada, deve ser assumida verdadeira (...) E isto sem a menor distinção entre os casos em que se pode saber de antemão que duas hipóteses diferentes não podem levar ao mesmo resultado, e aquelas em que

⁹⁴ large temporary assistance

pelo que podemos saber, a gama de suposições igualmente consistentes com o fenômenos, podem ser infinitas⁹⁵. (*System of Logic*, VII, p. 503)

Whewell, profundamente influenciado por Kant, tomava a realidade tal qual a conhecemos como uma construção da mente humana. Nesta concepção, os dados dos sentidos, incluindo as observações experimentais, precisam ser moldados e organizados por ideias “apropriadas” e “fundamentais”, ou categorias conceituais, antes de representarem para nós um mundo exterior compreensível. Seria precisamente essa a tarefa da hipótese. A hipótese não era, para ele, como era pra Mill, meramente um “chute” sofisticado sobre a natureza da realidade, mas “uma operação crucial pela qual impomos forma e ordem aos dados disformes e desordenados da investigação científica” (SCARRE, 1998, p. 131).

Mill permitia que hipóteses ainda não confirmadas merecessem investigação adicional se elas parecessem explicar fatos conhecidos e predissessem bem sucedidamente novos fatos não conhecidos: pois “qualquer suspeita, não importa o quão pequena, que ponha uma pessoa engenhosa a trabalhar em um experimento, ou sustenta uma razão para tentar um experimento no lugar de outro pode ser de grande benefício para a ciência⁹⁶” (*System of Logic*, VII, p. 503). Mas o sucesso da previsão, assim, serve para confirmar premissas alcançadas indutivamente, mas não hipoteticamente, que requerem o passo adicional do raciocínio pela diferença para demonstrar que os casos previstos não aconteceriam caso uma hipótese alternativa fosse verdadeira (SCARRE, 1998, p. 133).

Algumas pessoas “por genialidade extraordinária, ou pela aquisição acidental de um bom conjunto de hábitos intelectuais⁹⁷” pode lucrativamente trabalhar sem princípios pré-ordenados, mas “o grosso da humanidade requer ou compreender a teoria daquilo que está fazendo, ou ter regras dispostas para eles por aqueles que entendem a teoria” (*System of Logic*, VII, p. 11).

A discordância entre Mill e Whewell sobre a natureza do progresso científico é ilustrada pela sua disputa sobre a descrição correta da teoria da órbita elíptica dos planetas de Kepler. Mill afirmou que o avanço de Kepler nem ao menos seguira uma instância adequada do raciocínio indutivo, que ele meramente maquinara ante as cuidadosas observações sobre a posição dos planetas em certos intervalos de tempo, e então ligou-as por meio do desenho de uma elipse (*System of Logic*, VII, p. 292-94). Whewell, por outro lado, diz que Kepler buscou inúmeras construções geométricas antes de ser “iluminado” pela hipótese de desenhar uma elipse.

A questão central é a origem da ideia da órbita elíptica. Se ela foi, conforme Mill, simplesmente descoberta por Kepler observando os dados, ou, conforme Whewell, “imposta”

⁹⁵ He recognizes absolutely no mode of induction that of trying hypothesis after hypothesis until one is found which fits the phenomena; which one, when found, is to be assumed true (...) And this without the slightest distinction between the cases in which it may be known beforehand that two different hypothesis cannot lead to the same result, and those in which for aught we can ever know, the range suppositions, all equally consistent with the phenomena, may be infinite

⁹⁶ any suspicion, however slight, that sets an ingenious person to work to contrive an experiment, or affords a reason for trying one experiment rather than another may be of the greatest benefit for science

⁹⁷ by extraordinary genius, or by the accidental acquisition of a good set of intellectual habits

sobre os dados, em um ato de construção interpretativa, por uma operação mental especial. (SCARRE, 1998, p. 133–35). Para Mill,

Kepler não pôs o aquilo que concebeu nos fatos, mas viu isto neles. Uma concepção implica, e corresponde a, algo concebido: e mesmo que a concepção não esteja ela mesma nos fatos, mas nas nossas mentes, ainda se ela deve transmitir qualquer conhecimento relacionado a eles, deve ser uma concepção de algo que realmente esteja nos fatos, alguma propriedade que eles realmente possuam, e que ela manifestaria aos nossos sentidos, se nossos sentidos fossem hábeis a tomar consciência deles⁹⁸ (*System of Logic*, VII, p. 295).

5. Aritmética, geometria e lógica.

5.1 A natureza definitivamente indutiva de todas as ciências.

Dentre as leis da natureza aprendidas pelo raciocínio indutivo estão as leis da geometria, da lógica e da aritmética (SKORUPSKI, 1998b, p. 45). As proposições gerais utilizadas nas deduções próprias a esses domínios não são mais do que “resumos convenientes” das induções individuais relevantes às respectivas investigações. Não passam de “um memorando da natureza das conclusões que estamos preparados a provar⁹⁹” (*System of Logic*: VII, p. 207). O que Mill quer dizer, é que as deduções lógicas, aritméticas e geométricas só podem ser tão fortes quanto a justificação indutiva que lhes dá suporte (MACLEOD, 2018).

5.2 Aritmética:

Mill afirma que proposições matemáticas asseveram fatos genuínos. Que “há em cada passo do cálculo aritmético ou algébrico uma indução, uma inferência real de fatos a partir de fatos¹⁰⁰” (*System of Logic*, VII, p. 254).

No centro da sua justificação da aritmética e da geometria está uma tentativa de compreender essas ciências como ciências referentes às propriedades físicas das coisas que efetivamente existem; e compreender o conhecimento matemático como um conhecimento construído sobre as percepções do ser humano com o mundo natural. Aqui, a matemática não oferece nenhum tipo de “certeza especial” independente da experiência.

Na medida em que nos envolvemos na atividade de coleta de qualquer coisa, percebemos regularidades de instâncias que servem como base indutiva para generalizações. (KITCHER, 1998, p. 69).

⁹⁸ Kepler did not put what he had conceived into the facts, but saw it in them. A conception implies, and corresponds to, something conceived: and though the conception itself is not in the facts, but in our mind, yet if it is to convey any knowledge relating to them, it must be a conception of something which really is in the facts, some property which they actually possess, and which they would manifest to our senses, if our senses were able to take cognizance of it.

⁹⁹ a memorandum of the nature of the conclusions which we are prepared to prove

¹⁰⁰ [T]here is in every step of arithmetical or algebraically calculation a real induction, a real inference of facts from facts

Três pedrinhas em duas parcelas separadas, e três pedrinhas em uma parcela, não causam a mesma impressão sobre os nossos sentidos; e a asserção de que as exatas mesmas pedrinhas podem, por uma alteração de arranjo e lugar, produzir um ou outro conjunto de sensações, ainda que seja uma proposição bastante familiar, não é idêntica. É uma verdade conhecida a nós por uma experiência constante e primeira: uma verdade indutiva; e tais verdades são a fundação da ciência dos Números. As verdades fundamentais desta ciência todas repousam sobre a evidência dos sentidos; elas são provadas mostrando-se aos nossos olhos e dedos que qualquer número de objetos, dez bolas por exemplo, podem por separação e rearranjo exibir aos nossos sentidos todos os diferentes conjuntos de número a qual a soma é igual a dez. Todos os métodos desenvolvidos de ensinar aritmética para crianças procede sobre o conhecimento deste fato. Todos aqueles que desejam conduzir a mente da criança junto da sua no aprendizado da aritmética; todos que desejam ensinar números, e não meras cifras - agora a ensinam por meio da evidência dos sentidos, da forma que descrevemos¹⁰¹. (*System of Logic*, VII: 256-7)

Mill aponta que o conhecimento aritmético é comumente fundado sobre uma aprendizagem mecânica. A criança aceita a prática de seus professores e a reforça por meio de exercícios, que envolvem a manipulação de pequenos grupos de objetos similares. (KITCHER, 1998, p. 61-2).

Mas qual a ontologia dos números? A que objetos no mundo eles se referem? Para Mill referem às características agregáveis de coisas:

O que o nome de um número conota é a maneira na qual objetos individuais de um dado tipo devem ser ajuntados, de modo a produzir aquele agregado particular¹⁰².

Toda proposição aritmética, todo pronunciamento sobre o resultado de uma operação aritmética, é um pronunciamento sobre um dos modos de formação de um dado número. Ele afirma que um certo agregado foi formado, juntando certos outros agregados, ou retirando certas porções de algum agregado, e por isso, por consequência, nós podemos reproduzir esses agregados, a partir dele, revertendo o processo¹⁰³ (*System of Logic*, VII, p. 611).

A reivindicação sobre os agregados é um “um atalho conveniente para que se discutam os processos pelos quais nós tornamos salientes aspectos anteriormente despercebidos sobre

¹⁰¹ Three pebbles in two separate parcels, and three pebbles in one parcel, do not make the same impression on our senses; and the assertion that the very same pebbles may by an alteration of place and arrangement be made to produce either the one set of sensations or the other, though a very familiar proposition, is not an identical one. It is a truth known to us by early and constant experience: an inductive truth; and such truths are the foundation of the science of Number. The fundamental truths of that science all rest on the evidence of sense; they are proved by showing to our eyes and our fingers that any number of objects, ten balls for example, may by separation and re-arrangement exhibit to our senses all the different sets of numbers the sum of which is equal to ten. All the improved methods of teaching arithmetic to children proceed on a knowledge of this fact. All who wish to carry the child's mind along with them in learning arithmetic; all who wish to teach numbers, and not mere ciphers- now teach it through the evidence of the senses, in the manner we have described.

¹⁰² What the name of number connotes is the manner in which single objects of the given kind must be put together, in order to produce that particular aggregate

¹⁰³ Every arithmetical proposition, every statement of the result of an arithmetical operation, is a statement of one of the modes of formation of a given number. It affirms that a certain aggregate might have been formed by putting together certain other aggregates, or by withdrawing certain portions of some aggregate, and that, by consequence, we might reproduce those aggregates from it by reversing the process.

entidades familiares”. É possível reconstruir a ideia sobre o conteúdo das afirmações aritméticas vendo os números como propriedades dos atos humanos de agregar e desagregar (KITCHER, 1998, p. 67).

Kitcher sugere que o *insight* de Mill é que aquilo que podemos chamar de “a estrutura matemática da realidade”, consiste na forma que a natureza permite os rearranjos humanos. Podemos pensar nessa estrutura como uma disposição para que os objetos sejam coletados, manipulados, ordenados e rearranjados de algumas maneiras, mas não de outras. Adaptando a frase que diz respeito ao fenomenalismo milliano (que será examinado posteriormente), “aritmética diz respeito às possibilidades permanentes de rearranjo” (KITCHER, 1998, p. 69).

As propriedades do Número, junto de todos os fenômenos conhecidos, são no sentido mais rigoroso propriedades de todas e quaisquer coisas. Todas as coisas não são coloridas, ou ponderáveis, ou mesmo estendidas; mas todas as coisas são numeráveis. (...) Proposições, portanto, a respeito de números, possuem a notável peculiaridade de que são proposições a respeito de todas e quaisquer coisas; todos os objetos, todas as existências de todos os tipos, conhecidas para a nossa experiência¹⁰⁴. (*System of Logic*, VII, p. 221, 255)

Os mais simples tipos de atividade coletora envolvem a manipulação de objetos físicos. O objetivo destas manipulações é nos ajudar a alcançar certos tipos de representações, ver os objetos “juntos” e “separados” de todo resto.

Mas a noção de coleção deve ser libertada da dependência na manipulação física. Ainda que o rearranjo físico seja uma ferramenta útil nos estágios iniciais da atividade coletora, as pessoas rapidamente se tornam hábeis a pensar matematicamente sem auxílio do mundo físico, coletando objetos apenas no pensamento.

Portanto, quando dizemos que o cubo de 12 é 1782, o que afirmamos é o seguinte: que se, havendo número suficiente de pedrinhas ou quaisquer outros objetos, nós os colocarmos juntos no arranjo particular de parcelas ou agregados a que chamamos de dozes; e colocarmos juntos estes próprio em coleções similares; e, finalmente, fizermos doze destas parcelas maiores: os agregados assim formados serão tais que poderemos chamar de 1728, quer dizer, aqueles quais (tomando-se os modos de formação mais familiares) podem ser feitos juntando-se a parcela chamada de mil pedrinhas, a parcela chamado setecentas pedrinhas, a parcela chamada vinte pedrinhas e a parcela chamada oito pedrinhas¹⁰⁵. (*System of Logic*, VII, p. 611-12).

¹⁰⁴ The properties of Number, alone among all known phenomena, are in the most rigorous sense, properties of all things whatever. All things are not coloured, or ponderable, or even extended; but all things are numerable. (...) Propositions, therefore, concerning numbers have remarkable peculiarity that they are propositions concerning all things whatever; all objects, all existences of every kind, known to our experience.

¹⁰⁵ Thus, when we say that the cube of 12 is 1782, what we affirm is this: that if, having a sufficient number of pebbles or any other objects, we put them together into the particular sort of parcels or aggregates called twelves; and put together these themselves into similar collections; and, finally, make up twelve of these largest parcels: the aggregates thus formed Will be such a one as we call 1728; namely, that which (to take the most familiar of its modes of formation) may be made by joining the parcel called a thousand pebbles, the parcel called seven hundred pebbles, the parcel called twenty pebbles, and the parcel called eight pebbles.

A explicação sobre como se adquire conhecimento aritmético mais complexo do que aquele baseado em manipulações e imagens é ganho a partir do uso das definições de numerais e dos símbolos das operações aritméticas (KITCHER, 1998, p. 72).

A perspectiva de Mill sobre definições é útil aqui. Em particular a visão de que definições carregam com elas uma “questão de fato associada”. Deve haver uma concordância com a forma como a definição dos termos científicos respondem às novas descobertas, pois o principal propósito das definições científicas:

é servir como o marco divisório da classificação científica. E uma vez que as classificações em quaisquer ciências são constantemente modificadas na medida em que o conhecimento científico avança, as definições nas ciências também estão constantemente variando¹⁰⁶ (*System of Logic*, VII, p. 139).

No vocabulário kantiano, o empirismo de Mill rejeita não apenas os juízos sintéticos *à priori*, mas também os analíticos *a priori*. A linguagem fica sujeita a avaliação do quão bem ela serve aos propósitos de investigação. O termo “solteiro”, assim, corresponderá ao “não casado”, não automática ou analiticamente, mas apenas na medida em que essa correspondência tiver uma justificação.

Dessa forma, seria uma visão apenas superficial aquela na qual o apelo a uma definição cederia conhecimento *a priori*. Se a analiticidade é a chave para o conhecimento *a priori*, então este é um conhecimento “dado de graça”. Uma vez percebido que, virtualmente, qualquer tese pode ser construída de modo que seja uma consequência das definições, torna-se aparente que qualquer tentativa de justificar nossas crenças a partir de definições deve depender de o quão justificáveis são as convenções linguísticas que empregamos. Se às vezes estão justificados os apelos às definições, é apenas porque podemos de maneira justificável adotar essa linguagem como um meio apto aos propósitos da nossa investigação (KITCHER, 1998, p. 73–4).

Uma vez que Mill não vê possibilidade de nenhuma justificação “transcendental” para os nossos conceitos, ele afirma que a aparente independência que a matemática tem da experiência é uma ilusão, fortalecida por uma concepção míope da justificação.

Mill têm dificuldade em afirmar precisamente quais as condições para a legitimidade das definições. Primeiramente, ele sugere que a linguagem científica legítima deve ser referencial, (KITCHER, 1998, p. 76).

Todas as definições são apenas nomes; mas em algumas definições é claro e aparente que não se intenciona nada senão explicar o sentido da palavra. Enquanto em outros casos, além de explicar o

¹⁰⁶ is to serve as the landmarks of scientific classification. And since the classifications in any science are constantly modified as scientific knowledge advances, the definitions in the sciences are also constantly varying.

sentido da palavra, se intenciona implicar que existe uma coisa correspondente no mundo¹⁰⁷ (*System of Logic*, VII, p. 143).

Todavia, de acordo com as opiniões aqui apresentadas, de que Definições são próprias apenas de nomes, e não de coisas, não se segue que essas definições são arbitrárias. Como definir um nome pode não apenas ser um assunto de considerável dificuldade e complexidade, mas pode envolver considerações profundas sobre a natureza das coisas que são denotadas pelo nome¹⁰⁸. (*System of Logic*, VII, p. 150).

A epistemologia empirista de Mill para a matemática é dividida em duas partes. A primeira consiste em reconhecer as formas óbvias de confirmação dos julgamentos sobre regularidades na atividade coletora, atingindo assim um corpo de identidades aritméticas simples. Foi dessa maneira que nossos predecessores ganharam conhecimento desta pré-aritmética. O passo crucial para ir além dessa situação foi o começar a subsumir das regularidades mais simples, por meio da linguagem. As definições, convenções, ou regras semânticas assim construídas desenvolvem as ciências (KITCHER, 1998, p. 76):

Acreditamos que cinco e dois é igual a sete sobre a evidência dessa lei indutiva (a lei de que a soma de iguais é igual), combinada com as definições destes números. Nós chegamos àquela conclusão (como todos lembram de ter aprendido pela primeira vez) adicionado uma unidade simples de cada vez. $5 + 1 = 6$, portanto $5 + 1 + 1 = 6 + 1 = 7$: e novamente $2 = 1 + 1$, portanto $5 + 2 = 5 + 1 + 1 = 7$ ¹⁰⁹. (*System of Logic*, VII, p. 613).

Mill acredita que é possível transformar ciências experimentais em sistemas dedutivos introduzindo definições que se somam às regularidades indutivamente confirmadas. Ele toma a matemática como responsável por um importante papel nessa transformação em razão da universalidade das propriedades com as quais a matemática se preocupa: “todas as coisas numeráveis”(KITCHER, 1998, p. 76).

5.3 Geometria:

O conhecimento da geometria também envolve a aquiescência a praticas. Os estudantes aprendem os axiomas pelos livros, lhes é dito como provar teoremas a partir destes axiomas, e, na medida em que ganham confiança, eles podem se emancipar o suficiente para aceitar novos teoremas sobre a derivação daquilo que construíram (KITCHER, 1998, p. 80).

¹⁰⁷ All definitions are of names only; but, in some definitions, it is clearly apparent that nothing is intended except to explain the meaning of the word. While in other cases, besides explaining the meaning of the word, it is intended to be implied that exists a thing correspondng in the world.

¹⁰⁸ Although, according to the opinions here presented, Definitions are properly of names only, and not of things, it does not follow from this that definitions are arbitrary. How to define a name, may not only be a matter of considerable difficulty and intricacy, but may involve considerations going deep into the nature of the things which are denoted by the name

¹⁰⁹ We believe that Five and two are equal to seven on the evidence of this inductive law [the law that the sums of equals are equal], combined with the definitions of those numbers. We arrive at that conclusion (as all remembers how they first learned it) by adding a single unit at a time; $5 + 1 = 6$, therefore $5 + 1 + 1 = 6 + 1 = 7$: and again $2 = 1 + 1$, therefore $5 + 2 = 5 + 1 + 1 = 7$.

Mill visa repudiar a abordagem kantiana de Whewell, que postula uma ontologia de entidades ideais. Kant desenvolveu uma perspectiva sobre a geometria na qual o processo de construir figuras mentais e inspecionar suas propriedades supostamente ofereceria conhecimento geométrico *a priori*, não por expor os conceitos constituintes, mas por ir revelando a estrutura do espaço, concebida na forma de uma intuição exterior.

Hume já afirmara que podemos obter certo conhecimento dos axiomas geométricos pela atividade de exibirmos para nós mesmos as relações entre os seus conceitos. Ele via este processo como um de inspeção das propriedades de imagens mentais. Mas, apontou que estes tipos de “percepções interiores” não são mais acuradas que “percepções exteriores” (KITCHER, 1998, p. 82).

Respondendo à Whewell, Mill desenvolveu o argumento de Hume de que a inspeção que a mente faz das propriedades das figuras geométricas desenhadas pelo pensamento não podem construir aquilo que não seja alcançável pela percepção ordinária (KITCHER, 1998, p. 82).

É incontestável que as entidades físicas cujas propriedades são estabelecidas por meio de raciocínio geométrico não se conformam estritamente às definições das entidades geométricas às quais são comparadas. Nesse ponto, Mill aponta a perspectiva sobre a legitimidade da linguagem, segundo a qual termos cientificamente justificáveis devem corresponder a objetos reais ou possíveis.

Não existem pontos sem magnitude; linhas sem largura; nem perfeitamente retas, nenhum círculo com seu raio exatamente igual, nem quadrados com seus ângulos perfeitamente retos. Será talvez dito que as assunções não se estendem ao efetivo, mas apenas às existências possíveis de tais coisas. Respondo que, conforme qualquer teste que podemos fazer, eles nem são possíveis. Sua existência, até onde podemos formar algum juízo, pareceria inconsistente com a composição física do nosso planeta ao mesmo, se não do universo¹¹⁰ (*System of Logic*, VII, p. 225).

Para Mill é suficiente reivindicar que as verdades da geometria não gravam precisamente as propriedades dos objetos físicos, pois a sua preocupação imediata é com os erros da tradição filosófica rival. Aqueles que querem defender a visão de que a geometria é uma ciência exata cujos primeiros princípios são certos precisam encontrar objetos que respondem às definições de termos geométricos, e que possam ser localizadas em algum lugar onde será plausível sustentar que temos acesso *a priori* a eles. (KITCHER, 1998, p. 81).

Podemos raciocinar sobre uma linha como se ela não tivesse largura; pois temos um poder, que é a fundação de todo o controle que podemos exercitar sobre a operação de nossas mentes; o poder de que quando uma percepção está presente para os nossos sentidos ou uma concepção

¹¹⁰ There exists no points without magnitude; no lines without breadth; nor perfectly straight, no circles with all their radii exactly equal, nor squares with all their angles perfectly right. I Will perhaps be Said that the assumptions does not extend to the actual, but only to the possible existence of such things. I answer that, according to any test we have of possibility, they are not even possible. Their existence, so far as we can form any judgement, would seem to bem inconsistent with the physical composition of our planet at least, if not of the universe.

para os nossos intelectos, tratarmos de apenas uma parte dessa percepção ou concepção ao invés do todo. Mas não conseguimos conceber uma linha sem largura; não podemos formar nenhuma imagem mental de tal linha; todas as linhas que possuímos nas nossas mentes são linhas que possuem largura. Se alguém duvidar disso, podemos referi-lo a sua própria experiência. Eu muito questiono se alguém que imagina que possa conceber a chamada linha matemática, o pensa a partir da evidência da sua consciência: eu suspeito que seja mais porque ele supõe que a não ser que essa concepção seja possível, matemática não pode existir como ciência: uma suposição que não terei dificuldade em mostrar totalmente infundada¹¹¹ (*System of Logic*. VII, p. 225).

A ontologia e a epistemologia a qual muitos filósofos creditaram a geometria, então, é uma ficção, estranha à experiência subjetiva e introduzida apenas para salvar uma teoria filosófica.

Ao invés, Mill sugere que nós introduzimos uma linguagem que não se aplica efetivamente a nada no mundo, e que a tratamos como aplicável aos objetos externos e imagens similarmente, abstraindo-se algumas das características que eles efetivamente apresentam. A geometria idealiza as propriedades de objetos físicos ordinários. (KITCHER, 1998, p. 83).

(...) nada resta se não considerar geometria como que tratando de tais linhas, ângulos, e figuras que realmente existem; e as definições, como são chamadas, devem ser vistas como algumas das nossas mais óbvias generalizações concernentes àqueles objetos naturais. A correção dessas generalizações, como generalizações, é sem falhas: a igualdade de todos os raios de um círculo é verdade de todos os círculos, na medida em que sejam verdadeiros de um; mas não é exatamente verdade de qualquer círculo¹¹². (*System of Logic*, VII, p. 225-26)

O que os geômetras fizeram foi se libertar das investigações confusas e contingentes envolvendo igualdades aproximadas, ao introduzir uma língua que estritamente falando não se aplica a nada, mas que funciona muito bem para o estudo das propriedades das coisas reais. O uso da linguagem repousaria sobre o fundo de experiências que nos familiarizam com sua efetividade.

¹¹¹ We can reason about a line as if it had no breadth; because we have a power, which is the foundation of all the control we can exercise over the operation of our minds; the power when a perception is present to our senses or a conception to our intellects, of attending to a part only of that perception or conception instead of the whole. But we cannot conceive a line without breadth; we can form no mental picture of such a line; all the lines which we have in our minds are lines possessing breadth. If any one doubts this, we may refer him to his own experience. I much question if any one who fancies that he can conceive what is called a mathematical line, thinks so from evidence of his consciousness: I suspect it is rather because he supposes that unless such a conception were possible, mathematics could not exist as a science: a supposition which will be no difficulty in showing to be entirely groundless.

¹¹² (...) nothing remains but to consider geometry as conversant with such lines, angles, and figures as really exist; and the definitions, as they are called, must be regarded as some of the first and most obvious generalisations concerning those natural objects. The correctness of those generalizations, as generalizations, is without a flaw: the equality of all radii of a circle is true of all circles, so far as it is true of any one: but is not exactly true of any circle; it is only nearly true; so nearly that no error of any importance in practice will be incurred by feigning it to be exactly true.

Geometria, então, seria uma ciência empírica cuja justificação última repousa sobre as regularidades as quais os objetos físicos se aproximam, transformadas em definições idealizadas (KITCHER, 1998, p. 84).

Podemos supor um animal imaginário, e trabalhar por dedução, das leis conhecidas da psicologia, sua história natural; ou de uma comunidade imaginária e dos elementos que a compõem traçar a partir de hipóteses puramente arbitrárias que podem formar um exercício intelectual altamente útil: mas na medida em que eles apenas podem ensinar-nos o que seriam as propriedades dos objetos que não existem realmente, eles não constituiriam qualquer adição ao nosso conhecimento da natureza: enquanto, ao contrário, se a hipótese meramente despe um objeto real de alguma porção das suas propriedades vestindo-o com algumas falsas, as conclusões sempre expressarão, sujeita à correção, verdade efetiva¹¹³. (*System of Logic*, VII, p. 229).

Se por um lado Mill sustentava contra Whewell que não há procedimentos para o ganho de conhecimento independente da experiência:

Eles (os whewellianos) não podem, todavia, deixar de conceder que a verdade do axioma, que duas linhas retas não podem cercar um espaço, mesmo se evidente independente da experiência, também é evidente a partir da experiência. Qualquer que seja o axioma, que careça de confirmação ou não, recebe confirmação a quase todo instante das nossas vidas, uma vez que não podemos olhar para quaisquer linhas retas que se interseccionam sem perceber que a partir deste ponto elas continuarão a divergir mais e mais. A prova experimental se amontoa sobre nós em tal profusão sem fim, e sem uma instância na qual não pode haver nem a suspeição de uma exceção à regra, que devemos logo ter fundamentos mais fortes para acreditar no axioma, mesmo como uma verdade experimental, do que temos por quase qualquer das verdades gerais que nós confessadamente aprendemos da evidência dos nossos sentidos¹¹⁴ (*System of Logic*, VII: 231-32).

Por outro, concede que seja possível, de fato, testar proposições geométricas na nossa imaginação. E ainda vai além, sugerindo que o escrutínio de imagens mentais pode ter um papel importante na justificação de algumas reivindicações geométricas (KITCHER, 1998, p. 87).

¹¹³ We might suppose an imaginary animal, and work out by deduction, from the known laws of physiology, its natural history; or an imaginary commonwealth, and from the elements composing it might draw from purely arbitrary hypotheses might form a highly useful intellectual exercise: but as they could only teach us what would be the properties of objects which do not really exist, they would not constitute an addition to our knowledge of nature: while, on the contrary, if the hypothesis merely divests a real object of some portion of its properties without clothing it on false ones, the conclusions will always express, under known liability to correction, actual truth.

¹¹⁴ They cannot, however, but allow that the truth of the axiom, Two straight lines cannot enclose a space, even if evident independently from experience, is also evident from experience. Whatever the axiom needs confirmation or not, it receives confirmation in almost every instant of our lives, since we cannot look at any two straight lines which intersect one another without seeing that from that point they continue to diverge more and more. Experimental proof crowds in upon us in such endless profusion, and without one instance in which in which there can be even a suspicion of an exception to the rule, that we should soon have stronger ground for believing the axiom, even as an experimental truth, than we have for almost any of the general truths which we confessedly learn from evidence of our senses.

O quê diz o axioma? Que duas linhas retas não podem cercar um espaço; que depois de terem interseccionado uma vez, se elas se prolongarem ao infinito elas não se encontrarão, mas continuarão a divergir uma da outra. Como pode isso, em qualquer caso, ser provado por efetiva observação? Nós podemos seguir as linhas por qualquer distância que quisermos; mas não podemos segui-las até o infinito: pelo quê nossos sentidos podem testemunhar, eles podem, imediatamente além do ponto mais longínquo o qual o traçamos, começar a se aproximar até finalmente se encontrar. A não ser, portanto, que tivéssemos alguma prova da impossibilidade outra que aquela que a observação nos oferece, não devemos, em absoluto, ter fundamentos para acreditar no axioma¹¹⁵ (*System of Logic*, VII, p. 233)

Figuras geométricas desenhadas na mente servem aos propósitos da justificação geométrica tão bem quanto figuras desenhadas no papel. O principal argumento de Mill contra a corrente apriorista é o de que nosso conhecimento das propriedades que discernimos nas imagens mentais também pode ser encontrado (ou ao menos aproximadamente) em objetos reais, empiricamente fundamentados, e que, portanto essa imaginação só é útil como um auxílio para a justificação empírica. Que sua confiabilidade é positivamente avaliada em termos empíricos (KITCHER, 1998, p. 87).

Sem negar, portanto, a possibilidade de nos convenceremos que duas linhas retas não podem cercar um espaço meramente pensando em linhas retas sem efetivamente olhar para elas; eu debato que nós não acreditamos nessa verdade sobre o fundamento da intuição imaginária simplesmente, mas porque nós sabemos que as linhas imaginárias parecem exatamente com as linhas reais, e que podemos concluir a partir delas para linhas reais com quase tanta certeza quanto concluirmos de uma linha real para outra¹¹⁶ (*System of Logic*, VII, p. 234).

Repousar a transição de figuras mentais para objetos da experiência sobre necessidade de justificação empírica abre espaço para uma tréplica kantiana, a de que uma vez que o caráter da experiência exterior é propriamente entendido, não há mais necessidade para tal justificação.

Mas mesmo na imaginação, nós somos limitados. Até o mais ardente transcendentalista teria de admitir que imagens mentais são efetivamente inferiores à nossa observação diária, conforme a crítica de Hume da imaginação geométrica. Os aprioristas a quem Mill se opôs esperavam apelar à imaginação geométrica para dar conta da exatidão especial e certeza do conhecimento geométrico. Ironicamente, a partir deste argumento, a experiência ordinária mostra-se com maior poder probatório (KITCHER, 1998, p. 88).

¹¹⁵ What says the axiom? That two straight lines cannot enclose a space; that after having once intersected, if they are prolonged to infinity they do not meet, but continue to diverge from one another. How can this, in any single case, be proved by actual observation? We may follow the lines to any distance we please; but we cannot follow them to infinity: for aught our senses can testify, they may, immediately beyond the farthest point to which we have traced them, begin to approach, and at last meet. Unless, therefore, we had some other proof of the impossibility than observation affords us, we should have no ground for believing the axiom at all

¹¹⁶ Without denying, therefore, the possibility of satisfying ourselves that two straight lines cannot enclose a space, by merely thinking of straight lines without actually looking at them; I contend that we do not believe this truth on the ground of the imaginary intuition simply, but because we know that the imaginary lines exactly resemble real ones, and that we may conclude from them to real ones with quite as much certainty as we could conclude from one real line to another.

Mill acredita que nossas experiências diárias estão repletas de dramáticas confirmações de verdades matemáticas. Mas o seu principal argumento é que a invocação da necessidade da matemática repousa sobre uma confusão entre o que se pode imaginar e o que pode ser. A sua preocupação naturalista o informa que aquilo que podemos ou não conceber se dá em razão de acidentes históricos e psicológicos (KITCHER, 1998, p. 99).

Agora eu não posso senão imaginar que tanta força esteja colocada sobre as circunstâncias da inconcebibilidade, quando há tal ampla experiência mostrando que nossa capacidade ou incapacidade de conceber uma coisa tem muito pouco a ver com a possibilidade da coisa em si, mas é na verdade muito mais um caso ou acidente, e depende da história passada e dos hábitos das nossas mentes. Não há fato mais geralmente conhecido na natureza humana do que a extrema dificuldade que é primeiramente sentida em conceber como possível algo que está em contradição com uma experiência longamente estabelecida e familiar, ou mesmo com velhos hábitos familiares de pensamento¹¹⁷. (*System of Logic*, VII, p. 238)

“Não podemos dizer como um mundo não-aritmético seria”. Dada a tese de que somos bombardeados com experiências que dão suporte às leis matemáticas, Mill “cumprimenta o fenômeno que se apresenta para ele com equanimidade” (KITCHER, 1998, p. 100).

5.4 Lógica

Mill também argumenta que a lógica contém inferências e proposições reais. Ele sustenta que o princípio da não contradição e do terceiro excluído são proposições reais - e, portanto *a posteriori*. “a mesma proposição não pode ser ao mesmo tempo falsa e verdadeira”. “Não posso olhar para isso (...) como uma proposição meramente verbal. Eu considero que esta seja (...) uma nas nossas primeiras e mais familiares generalizações a partir da experiência¹¹⁸” (*System of Logic*, VII, p. 277).

Mill faz apontamentos análogos sobre o princípio do terceiro excluído. O argumento é que se não fosse assim, se a lógica não contivesse inferências reais, todo raciocínio dedutivo seria uma petição de princípio¹¹⁹. Se todas as deduções válidas fossem meramente verbais, então a

¹¹⁷ Now I cannot but wonder that so much stress should be laid on the circumstances of inconceivableness, when there is such ample experience to show that our capacity or incapacity of conceiving a thing has very little to do with the possibility of the thing in itself, but is in truth very much an affair or accident, and depends on the past history and habits of our own minds, There is no more generally acknowledged fact in human nature than the extreme difficulty at first felt in conceiving anything as possible which is in contradiction to long-established and familiar experience, or even to old familiar habits of thought.

¹¹⁸ the same proposition cannot at the same time be false and true [...] I cannot look upon this [...] as a merely verbal proposition. I consider it to be [...] one of four first and most familiar generalizations from experience

¹¹⁹ **Petição de princípio:** podemos dizer que um argumento faz uma petição de princípio se e somente se (1) ele depende de uma premissa que não é sustentada por nenhuma razão independente da conclusão, e (2) há uma necessidade para uma razão independente da conclusão. [...] Esta falácia é frequentemente difícil de detectar, porque ela é tanto afetada pelo contexto quanto porque existem muitas maneiras de esconder o fato de que a premissa depende da conclusão. Consequentemente, as pessoas frequentemente usam argumentos que fazem petições de princípio quando elas não tem nada melhor para dizer, especialmente a respeito de algum assunto controverso. É comum, por exemplo, ouvir um argumento tal qual o que se segue: P_M. É sempre errado assassinar

conclusão de qualquer dedução válida estaria asseverada nas premissas. Ela não poderia produzir nenhum novo conhecimento. Ainda assim, a dedução claramente produz novo conhecimento. Então a lógica deve conter inferências reais (SKORUPSKI, 1998b, p. 42).

Os Lógicos persistiram em representar o silogismo como um processo de inferência ou prova; ainda que nenhum deles tenha esclarecido a dificuldade que emerge da inconsistência entre esta asserção, e o princípio, de que se já qualquer conclusão que já não está nas premissas, o argumento é vicioso¹²⁰ (*System of Logic*, VII, p. 185).

É impossível atribuir qualquer valor científico sério para tal mero subterfúgio, como a distinção traçada entre estar envolvido por implicação nas premissas e ser diretamente asseverada por elas¹²¹ (*System of Logic*, VII, p.185).

Mill sustenta que a lógica é a mais geral das ciências empíricas, e é “universalmente verdadeira de todos os fenômenos¹²²” (*An examination on Sir William Hamiltons Philosophy*, IX, p. 380-81). Uma vez que a lógica é a “ciência de todos os fenômenos¹²³” e os fenômenos são tudo o que podemos conhecer, “estamos bastante seguros em olhar para elas como leis da Existência¹²⁴” (*An examination on Sir William Hamiltons Philosophy*, IX, p. 382). As leis da lógica são também as leis do pensamento, no sentido de que são os princípios nos termos dos quais não podemos deixar de pensar. Nós violamos estes termos frequentemente no nosso pensamento, é claro, mas nunca o fazemos sabendo que o fazemos. Pois “violá-los conscientemente é impossível¹²⁵” (*An examination on Sir William Hamiltons Philosophy*, IX, p. 373).

Mill nega que a sua estatura como leis da existência possa ser deduzida do fato de que elas codificam as leis do pensamento. Provar que “uma contradição é impensável¹²⁶” não é provar que ela é “de fato impossível¹²⁷” (*An examination on Sir William Hamiltons Philosophy*, IX, p. 382). E é essa última afirmação que é requerida para se sustentar o “processo do pensamento”. “Nossos pensamentos são verdadeiros quando eles correspondem com o

seres humanos; P_m: Punição Capital envolve assassinar seres humanos; C: Punição Capital é errada. Aqui a premissa maior é verdadeira por definição, já que chamar alguém de assassino implica que se trata de uma morte moralmente condenável. A premissa menor, todo caso, incorre em petição de princípio, pois chamar a punição capital de assassinato assume o ponto em questão - que a punição capital é errada. Como resultado, qualquer um que apresente objeção à conclusão levantaria ou deveria levantar a exata mesma objeção quanto à segunda premissa, a quem argumenta não poderia dar qualquer razão adequada para a premissa menor sem primeiro argumentar o mesmo na conclusão. (SINNOTT-ARMSTRONG; FOGELIN, 2010, p. 371–72)

¹²⁰ logicians have persisted in representing the syllogism as a processo f inference or proof; though none of them has cleared up the difficulty which arises from the inconsistency between that assertion, and the principle, that IF there be anything int the conclusion which was not already in the premisses, the argument is vicious

¹²¹ It is impossible to attach any serious scientific value to such a mere salvo, as the distinction drawn between being involved by implication in the premisses and being directly asserted in them

¹²² universally true of al phaenomena

¹²³ laws of all phaenomena

¹²⁴ we are quite safe in looking upon them as laws of Existence

¹²⁵ knowingly to violate them is impossible

¹²⁶ a contradiction is unthinkable

¹²⁷ impossible in point of fact .

Fenômeno¹²⁸” (*An examination on Sir William Hamiltons Philosophy*, IX, p; 384) (SKORUPSKI, 1998b, p. 47). Se

[H]ouve-se qualquer lei necessitando-nos pensar uma relação entre o fenômeno que não existe de fato entre o fenômeno, então certamente o processo do pensamento seria provado inválido, porque nos deveríamos ser compelidos a pensar verdadeiro algo que seria na verdade falso¹²⁹. (*An examination on Sir William Hamiltons Philosophy* IX, p. 383)

Mill afirma que a

“Lógica não é a teoria do Pensamento como Pensamento, mas do Pensamento válido; não do ato de pensar, mas do ato de pensar corretamente [...] Não é uma ciência distinta, e coordenada com a Psicologia. Na medida em que é propriamente uma ciência, é uma parte, ou ramo, da Psicologia; diferindo dela, por um lado como uma parte se difere do todo, e por outra, como uma arte se difere de uma ciência. Seus fundamentos teóricos são totalmente emprestados da Psicologia, e incluem o tanto desta ciência quanto é requerido para justificar as regras da arte (*An examination on Sir William Hamiltons Philosophy*, IX, p. 359)¹³⁰”.

Mill não está, nessa passagem, repudiando a visão de que a lógica repousa completamente em verdades empíricas universais. Mas ele acredita que a função principal do lógico não é a tarefa científica de descobrir tais verdades (uma vez que elas são tão óbvias); a tarefa do lógico é avançar a arte do pensamento formulando regras claras de raciocínio. Ele deve formular estas regras de uma forma que elas sejam as mais úteis o possível para os investigadores, e devem embasar-se na psicologia do pensamento para fazê-lo. Como promover da melhor maneira possível a arte do pensamento claro é em parte uma questão psicológica. Ainda assim, “as leis, no sentido científico do termo, do Pensamento como Pensamento”, não pertencem a Lógica, mas à Psicologia; e é apenas a validade do pensamento que a Lógica toma conhecimento¹³¹” (*An examination on Sir William Hamiltons Philosophy*, IX, p.359) (SKORUPSKI, 1998b, p. 48–9).

Quando a lógica é considerada um conjunto de verdades, então a sua visão dela, como sua visão da matemática, é universalista e empirista. A geometria formula as leis do espaço físico, aritmética as leis da agregação, e lógica as leis da própria verdade. Se “Nossos pensamentos são verdadeiros apenas quando eles são feitos de modo a corresponder com o Fenômeno”, então como podemos saber que eles são verdadeiros de outra maneira que não pela evidência indutiva que mostra que eles correspondem com o fenômeno? E isto inclui nossos pensamentos lógicos, uma vez que eles também são verdadeiros quando pensados de modo a corresponder com o fenômeno (SKORUPSKI, 1998b, p. 49).

¹²⁸ Our thoughts are true when they are made to correspond with Phaenomena

¹²⁹ there was any law necessitating us to think a relation between phaenomena which does not in fact exist between the pahenomena, then certainly the thinking process would be proved invalid, because we should be compelled by it to think true something wich would really be false

¹³⁰ Logic is not the theory of Thought as Thought, but of valid Thought; not of thinking, but of correct thinking [...] It is not a Science distinct from, and coordinate with Psychology. So far as it is a science at all, it is a part, or branch, of Psychology, differing from it, on the one hand as the part differs from the whole, and on the other, as na Art differs from a Science. Its theoretic grounds are whollu borrowed from Psychology, and include as much of that science as is required to justify the rules of the art.

¹³¹ the laws, in the scientific sense of the term, of Thought as Thought - do not belong to Logic, but to Psychology: and it is only the validity of thought which Logic takes cognisance of

6. As ciências morais: psicologia, etologia e a questão da necessidade.

O último livro do Sistema de Lógica: “Lógica das Ciências Morais”, representa uma tentativa de fundamentar o estudo dos fenômenos sociais como ciência. Para Mill, não haveria, a rigor, uma lógica própria às ciências sociais, e sim - descontadas algumas diferenças quanto ao grau de complexidade dos seus fenômenos - continuidade entre os princípios metodológicos adotados por elas. As ciências sociais seriam parte das ciências naturais, suas possibilidades enquanto ciência sendo garantidas, como a de qualquer outra ciência, pela existência de padrões regulares de manifestação dos fenômenos que estuda. Os fenômenos da ação humana apresentariam tais regularidades e constituiriam, assim, um objeto de estudo passível de investigação científica. As regularidades, no caso da ação humana, envolvem, de um lado, as circunstâncias externas e os motivos entendidos como ocorrências mentais e, de outro lado, as ações específicas que daí resultam (MASSELLA, 1999, p. 12).

6.1 Psicologia.

Por trás de toda teoria ou "escola" de psicologia repousa uma teoria sobre como a mente humana funciona, as operações que ela realiza, as causas e efeitos dos estados mentais e atividades, *etc.* No caso de John Stuart Mill e de seu pai, essa teoria era o Associacionismo (BALL, 2017, p. 146).

A principal obra de James Mill em psicologia é a sua *Analysis of the Phenomena of the Human Mind*, publicada em dois grandes volumes em 1829. Sua *Analysis* é uma tentativa de sintetizar e sistematizar uma pesquisa científica que iniciou com Locke no *Essay Concerning Human Understanding* (1690), e continuou com Hartley no *Observations on Man* (1749). No coração do seu programa de pesquisa esta um conceito desenvolvido por Locke da “associação de ideias”.

A ideia de “humano” era analisada na soma lógica das partes mais simples “animal” e “racional”. A ideia de “casa” consistiria na soma das várias partes de uma casa: chão, paredes, *etc.* Uma ideia complexa surgiria gradualmente, por meio de um processo de associação que unificaria o precedente causal e as partes lógicas mais simples em um todo complexo. A análise psicológica revelaria como foi que os fenômenos mentais vieram a ser por meio do processo de aprendizagem associativa. Sob essa perspectiva, o fenômeno mental aprendido seria um grupo de partes separáveis, e a análise deles consistiria em localizar as partes que definem o conceito (WILSON, 1998, p. 215–6).

Durante a sua crise mental, Mill veio a perceber que fenômenos psicológicos como as respostas estéticas à poesia, ou os sentimentos morais, seriam mais do que a mera soma de quaisquer partes que a análise revela. Seriam “todos unificados”, com qualidades que não estão presentes nas partes. Para Mill, estados de consciência combinam-se causalmente de modo a produzir novos estados de consciência com um caráter qualitativo ou intrínseco totalmente novo. Na associação, uma espécie de “química mental” ocorreria, na qual o produto do processo vem a apresentar propriedades não presentes nos seus antecedentes

genéticos. Similarmente a maneira como a água tem propriedades que não estão presentes nem no hidrogênio nem no oxigênio.

Portanto, se a análise psicológica deve revelar as origens genéticas do fenômeno, não se trata de decompor o fenômeno nas suas partes constituintes. Ainda, falar de antecedentes genéticos é falar das causas, e causas não podem ser descobertas *a priori*. Isso significa reconhecer que nenhuma análise psicológica pode proceder *a priori*, decompondo o evento mental nas partes reais da qual ele deveria ser a soma lógica (WILSON, 1998, p. 217).

A análise psicológica, conforme concebida por Mill, envolve primeiro dar atenção ao fenômeno mental como um todo, fenomenologicamente, e então dar atenção a ele analiticamente, de modo a trazer a atenção para as partes anteriormente ausentes à consciência. Se A e B tornaram-se associados para produzir C, então igualmente haverá uma associação entre C e os seus antecedentes genéticos A e B: cada um é necessário e suficiente para o outro. A análise psicológica é um processo que usa essa associação para trazer à consciência os antecedentes genéticos do fenômeno mental (“ideia”) com o qual se está ocupado.

O produto da análise é o conhecimento de uma associação. Uma vez que uma ação é uma regularidade, a análise procede empiricamente, conforme os métodos das ciências empíricas, e não *a priori*. As partes metafísicas que a análise revela não estão lá como partes reais, ainda que possam, por meio da associação, ser recuperadas. Em geral não haverá razão para assumir que as partes analíticas, isto é, as partes que são recuperadas durante a análise, os antecedentes genéticos, são as partes lógicas. A análise assim revela o processo de aprendizagem pelo qual o último fenômeno mental surgiu, mas agora entendido que isso não requer que pensemos esse fenômeno como literalmente redutível a essas partes. Ao invés, no processo associativo de aprendizado, os elementos interagem como que quimicamente, ao invés de mecanicamente, para produzir o fenômeno que é qualitativamente diferente desses elementos (WILSON, 1998, p. 217).

Macleod aponta essas modificações na sua herança associacionista como, em parte, uma reação a apontamentos feitos pela escola Romântica, Germano-Coleridgeana. Sua perspectiva, contudo, permanece firmemente dentro da tradição do empirismo britânico - e ele nunca vacila no compromisso com a afirmação de que nossa vida mental é governada por leis causais que operam de modo determinista (MACLEOD, 2018).

No momento em que James Mill assumiu a pesquisa que resultou no seu *Analysis of the Phenomena of the Human Mind*, o programa de pesquisa associacionista já tinha mais de cem anos; Hume havia despertado Kant do seu “sono dogmático” e o incitado a lançar a sua “revolução copernicana”, contra-associacionista; e uma grande quantidade de energia e atenção estavam sendo devotadas a traçar as implicações morais, psicológicas e políticas desse programa. Em outras palavras, a atenção havia mudado da teoria para a prática (BALL, 2017, p. 147).

Uma das preocupações mais importantes é a que diz respeito à forma como o caráter da pessoa é formado, desde cedo, por “trens de associação”. Uma vez que o conceito de “caráter” figura muito no trabalho dos Mills pai e filho, é preciso esclarecer o sentido do termo.

O caráter de alguém consiste em uma série ou sistema de disposições para que se pense ou aja de uma maneira característica. Em certo sentido, cada pessoa é o seu caráter. O caráter constitui o esqueleto moral, mental e intelectual de alguém. É o que mantém tudo junto, fazendo-nos quem somos. O associacionismo oferece uma explicação sobre como e porque certos tipos de caráter são formados, e com quais resultados (BALL, 2017, p. 147).

James Mill devotara tempo igualmente à teoria e à prática do associacionismo. Sua *Analysis* trata da teoria, e seus numerosos ensaios em educação, etologia, política, teoria da pena e reforma prisional, a prática. James inclusive modificou a teoria utilitarista conforme suas linhas associacionistas; ao invés de falar em “dor” e “prazer”, como Bentham o faria, falava de experiências dolorosas ou prazerosas, e sobre como formar o caráter e a conduta de qualquer pessoa é em grande medida uma questão de fazê-la associar condutas reprováveis com sensações penosas e condutas admiráveis com prazerosas (BALL, 2017).

Frequentemente, diz ele, o contrário acontece: cedo na vida as crianças aprendem a associar uma conduta ruim com sensações prazerosas. Na falta de controle dos impulsos, e preferindo gratificações imediatas a distantes, elas se tornam crianças malcomportadas que depois se tornam adultos malcomportados. Criminosos cometem crimes e condenados estão na prisão, pois possuem um caráter defeituoso; foram mal formados por experiências associativas na juventude; eles não receberam o tipo correto de educação, tal qual a educação prescrita por James Mill no seu ensaio *Education*.

Na falta disso, eles devem, enquanto estão na prisão, ficar sujeitos a um tipo de reforma educacional. Literalmente uma “re-formação” do seu caráter, que é uma tarefa muito mais difícil. Isto, pois, como o Mill mais velho nota na *Analysis* e na sua longa resenha de *A New View of Society* de Robert Owen, a educação mais eficiente é a dos muito jovens. John Stuart Mill cunhou o termo “etologia” como a ciência da formação do caráter, mas o seu pai escreveu extensivamente sobre o assunto, sob o nome de “a ciência da educação” (BALL, 2017, p. 148).

Ambos Mills, dentro de sua base naturalista comum, professam visões deterministas. Se o termo “determinista” significa apenas “alguém que sustenta que todos os fenômenos podem ser rastreados a uma explicação causal, e são de fato efeitos explicáveis invocando-se leis gerais que os ligam às causas antecedentes”, isto está correto. Mas James e John Stuart são deterministas de maneiras diferentes. James Mill acreditava que um sujeito não pode tomar parte na formação do próprio caráter, enquanto o filho acreditava que sim (e John Stuart afirma tê-lo feito consigo próprio).

Colocando de outra maneira, o pai acredita que as causas da formação do caráter são sempre e necessariamente externas ao ator, enquanto o filho sustenta que as causas da formação do caráter podem vir do seu interior (BALL, 2017, p. 148).

Na sua extensa resenha do livro de Robert Owen *New View of Society*, James Mill exaltou e endossou a teoria determinista de Owen. “Seres humanos”, escreveu o velho Mill, “são as criaturas das circunstâncias em que estão posicionados”. De fato, “quase tudo o que constitui o caráter é resultado das impressões que, a partir de fontes que não se tem controle, são feitas sobre o indivíduo” (MILL, 1813, p. 98). Ele afirma que “o caráter do homem é mau até a maior depravação, ou bom até a maior excelência, exatamente na medida em que foi operado pelas circunstâncias” nos anos formativos da infância. O caráter do criminoso mais depravado é formado na infância (BALL, 2017, p. 149):

Se o caráter de um homem, e mesmo suas opiniões, são o resultado inevitável das circunstâncias na qual ele foi colocado, ele não é o objeto de qualquer sentimento hostil em razão delas. Elas não foram produzidas por circunstâncias sobre as quais ele teve qualquer controle¹³²(MILL, 1813, p. 113).

As leis, portanto, são “substitutos imperfeitos para os defeitos de caráter”, que são quase indelevelmente inculcados na juventude. E “nenhuma lei, onde o caráter é universalmente depravado, pode salvar a sociedade da desgraça”. O caráter individual “na proporção em que é bom, realmente supre o lugar das leis”. (BALL, 2017, p. 149)

A primeira consideração de sabedoria pública é assegurar em qual grau é possível operar no melhoramento do caráter humano. Nisto repousa a fundação de tudo. Nenhuma lei ou conjunto de leis (...) pode se vangloriar de uma eficiência e compreensividade como essa. Cada outro ramo da legislação, na verdade, afunda até a insignificância em comparação¹³³ (MILL, 1813, p. 97).

Como Owen, James Mill colocara o caráter e o papel da educação infantil no centro de tudo. A mente humana não é mais nem menos do que um depósito de associações de ideias derivadas da experiência. Muito antes de Freud, o velho Mill enfatizava repetidamente que aquelas associações formadas na infância são de longe as mais fortes e profundas, e as mais determinantes para o caráter do adulto (BALL, 2017, p. 150).

Uma lei da natureza humana, que as primeiras sensações experimentadas produzam os maiores efeitos; mais especialmente, que as primeiras repetições de uma sensação depois da outra produzam o hábito mais profundo; a propensão mais forte a passar da ideia de uma para a ideia de outra. A linguagem comum confirma essa lei quando fala da suscetibilidade da mente indantil¹³⁴ (MILL, 1992, p. 175).

¹³² If a man’s character, and even his opinions, are the unavoidable results of the circumstances in which he has been placed, he is not the object of any hostile feeling on account of them. They were not produced by circumstances over which he had any control.

¹³³ The first consideration of public wisdom to ascertain in what degree it is possible to operate on the improvement of human character. This lies at the foundation of everything. No law, or set of laws (...) can boast of a comprehensiveness and efficiency equal to this. Every other branch of legislation, in truth, sinks into insignificancy in the comparison

¹³⁴ A law of human nature, that the first sensations experienced produce the greatest effects; more especially, that the earliest repetitions of one sensation after another produce the deepest habit; the strongest propensity to

Isto explica muito do esforço extraordinário de James Mill para educar seu filho John. Ainda, explica os esforços de John Stuart por quase toda a vida, em libertar-se dos efeitos duradouros do regime pesado de formação do caráter que o seu pai lhe impôs. Ainda, ilumina os motivos que levaram o filho a desenvolver uma alternativa à teoria de formação de caráter do seu pai (BALL, 2017, p. 150).

John Stuart inicia o Livro VI do *System Of Logic*, que trata da “Lógica das Ciências Morais”, lamentando o “estado atrasado das ciências morais [que] só pode ser remediado aplicando-se os métodos das Ciências Físicas, diligentemente estendido e generalizado¹³⁵” (*System of Logic*, VIII, p. 835).

Se há uma ciência da psicologia, por exemplo, deve haver leis gerais ligando as causas aos efeitos, pensamento e ação. Mas “as leis da Mente, e, até em maior grau, aquelas da sociedade, estão tão longe de lograr um estado similar [ao das ciências físicas]¹³⁶” que muito trabalho resta por fazer (*System of Logic*, VIII, p. 833).

Aqui, no livro que conclui o Sistema de Lógica, Mill apenas pode fazer rascunhos e sugestões sobre como essas leis parecem ser. O escândalo singular das ciências morais, psicologia incuida, é que lhes falta quase totalmente o conhecimento dessas leis.

A ambição de Stuart Mill é apenas o de “apontar o caminho”, esclarecendo algumas confusões lógicas e semânticas que vem impedindo o progresso das ciências morais; Ele pretende mostrar que os métodos das ciências físicas são de fato aplicáveis às ciências morais; e delinear os contornos da nova ciência, que chama de Etologia (BALL, 2017, p. 150).

Uma ciência é portanto formada, a qual eu proponho chamar de Etologia, ou a Ciência do Caráter, de *ethos* (habito), uma palavra que corresponde mais elegantemente ao termo “caráter” que eu uso aqui (...) O nome talvez aplicável etimologicamente à uma ciência inteira da nossa natureza mental e moral; mas se, como é comum e conveniente, nós empregarmos o nome Psicologia para a ciência das leis elementares da mente, Etologia servirá para a ciência ulterior que corresponde à arte da educação no senso mais amplo do termo, incluindo a formação do caráter nacional e coletivo, assim como o individual¹³⁷ (*System of Logic*, VIII, p. 869).

Mill primeiro busca mostrar que o caráter é formado causalmente pelas “circunstâncias antecedentes”, mas contrariamente ao seu pai, ele vai longe para mostrar que o fato de que o

pass immediately from the idea of the one to the idea of the other. Common language confirms this law when it speaks of the susceptibility of the tender mind.

¹³⁵ the backward state of the Moral Sciences [which] can only be remedied by applying to them the methods of Physical Science, duly extended and generalized

¹³⁶ but the laws of the Mind, and, in even a greater degree, those of society, are so far from having attained a similar state [to those of the physical sciences]

¹³⁷ A science is thus formed, to which I would propose to give the name of Ethology, or the Science of Character, from *ethos* [habit], a word more neatly corresponding to the term character as I here use it (...) The name is perhaps etymologically applicable to the entire science of our mental and moral nature; but if, as is usual and convenient, we employ the name Psychology for the science of the elementary laws of mind. Ethology will serve for the ulterior science which corresponds to the art of education in the widest sense of the term, including the formation of national or collective character as well as individual.

caráter de alguém, ao menos inicialmente, é causalmente formado por outros, não significa que essa pessoa é impotente para mudá-lo. A questão é que se “as ações dos seres humanos, como todos os eventos naturais, [estão] sujeitas a leis invariáveis¹³⁸” então a liberdade humana é uma ilusão.

Mill busca mostrar que essa reivindicação repousa sobre uma série de confusões semânticas a respeito da doutrina da “Necessidade Filosófica”. Essa doutrina

Corretamente concebida (...) é simplesmente isso: que, dados os motivos que estão presentes para a mente de um indivíduo, e dado similarmente o caráter e disposição do indivíduo, a maneira como ele agirá pode ser infalivelmente inferida; que se conhecessemos uma pessoa completamente, e conhecessemos todos os indutores que agem sobre ela, poderíamos prever sua conduta com tanta certeza quanto podemos prever qualquer evento físico¹³⁹ (*System of Logic*, VIII, p. 836-7).

Mas disso não se segue que uma pessoa é e deve manter-se escrava das causas e circunstâncias antecedentes, introduzidas na infância pelos pais e por outros. E isto se dá porque podemos mudar as circunstâncias adicionando nossos próprios desejos ou volições às condições antecedentes que determinam causalmente a forma e o conteúdo do nosso caráter. Esse desejo torna-se um antecedente que, portanto, altera o resultado da série causal de antecedentes que formam nosso caráter (*System of Logic*, VIII, p. 838). Sendo assim, somos em princípio livres para nos reformarmos, isto é, “re-formarmos” (BALL, 2017, p. 151).

Não apenas nós podemos reformar nosso caráter, como “estamos sob uma obrigação moral de buscar o melhoramento do nosso caráter moral¹⁴⁰” (*Examination of Sir William Hamilton’s Philosophy*, IX. p. 466). Ainda, nosso caráter é o produto não apenas da educação imposta sobre nós por outros, mas também por experiências não planejadas e contingentes, incluindo-se acidentes, encontros por acaso, e assim por diante. Isso constitui a possibilidade sempre presente de produzir consequências não previstas, imprevisíveis e não intencionais (BALL, 2017, p. 152).

Seja o assunto a meteorologia ou os padrões do comportamento humano, qualquer ciência genuína deve, na visão de Mill, ser capaz de oferecer explicações causais. Nós podemos explicar quaisquer eventos, seja um tornado ou uma explosão de raiva, deduzindo uma descrição do evento de premissas que incluem as leis gerais relevantes e as condições antecedentes. Portanto, se deve haver uma ciência da formação do caráter, seu padrão de explicação deve se conformar com esse modelo no qual as causas estão conectadas aos efeitos pelas leis gerais. Para Mill, a principal diferença entre as ciências físicas e as ciências morais é que, nas últimas, o desejo humano pode figurar como uma condição ou causa antecedente (BALL, 2017, p. 152).

¹³⁸ the actions of human beings, like all other natural events [are] subject to invariable laws

¹³⁹ Correctly conceived, (...) is simply this: that, given the motives which are present to an individual's mind, and given likewise the character and disposition of the individual, the manner in which he will act might be unerringly inferred; that if we knew the person thoroughly, and knew all the inducements which are acting upon him, we could foretell his conduct with as much certainty as we can predict any physical event.

¹⁴⁰ we are under a moral obligation to seek the improvement of our moral character .

Mill não oferece uma descrição detalhada dos métodos da etologia, mas apenas um contorno de como essa ciência, uma vez desenvolvida, se parecerá. Deverá ser uma ciência que faz a ponte entre a psicologia e a sociologia. Essa nova ciência está interessada nos tipos de caráter que podem ser formados por meio da associação, sob diferentes circunstâncias antecedentes. Pessoas com educações diferentes, com diferentes experiências formativas, sempre terão caracteres diferentes, e pessoas com caracteres diferentes agirão de formas diferentes, tanto individualmente quanto em conjunto com outras (BALL, 2017, p. 153).

A Etologia, Mill afirma, ainda deverá ser criada, e suas leis gerais devem ser derivadas das leis da psicologia associacionista.

A inferência dada pela teoria a respeito do tipo de caráter que pode ser formado por quaisquer dadas circunstâncias deve ser testada pela experiência específica daquelas circunstâncias, onde que sejam obeténíveis¹⁴¹ (*System of Logic*, VIII. p. 874).

6.2 Etologia.

O caráter da mente de um indivíduo, Mill afirma, está inteiramente em função idas experiências pelas quais este indivíduo passou. Neste sentido, Mill mantém-se firme na doutrina empirista setecentista da *tabula rasa*. Nas mãos de Mill, contudo, ela transforma-se em uma afirmação caracteristicamente oitocentista de que a natureza humana é ela mesma maleável. Experiências específicas inscrevem suas lições nas nossas mentes, mas condições anteriores, que diferem de cultura para cultura, tem um papel igualmente importante. Tal aculturação afeta o caráter, os desejos e as disposições dos seres humanos, que variam radicalmente dependendo na configuração de seres humanos - um ponto notado por muitos dos contemporâneos românticos de Mill, e um que influenciou a direção do seu utilitarismo. A natureza humana exhibe uma “maleabilidade impressionante¹⁴²” (*Civilization*, XVIII, p. 145) (MACLEOD, 2018).

[S]e há algumas tendências na natureza humana (...) que são as mesmas em todas as épocas e países, estas nunca formam a totalidade das tendências¹⁴³. (*The Spirit of the Age*, III [Part I] *Examiner*, XXII, p. 256-7).

Mas isto também afeta nossas crenças e nossos modos de perceber o mundo. Como Mill aponta,

Uma grande parte do que parece observação é na verdade inferência [...] Pois em quase todo ato das nossas faculdades perceptivas, observação e inferência estão intimamente misturadas. O que nós dizemos observar é normalmente um resultado composto, do qual um décimo pode

¹⁴¹ The inference given by theory as to the type of character which would be formed by any given circumstances must be tested by specific experience of those circumstances wherever obtainable

¹⁴² astonishingly pliability

¹⁴³ [I]f there are some tendencies of human nature [...] which are the same in all ages and countries, these never form the whole of the tendencies .

ser observação, e os nove décimos remanescentes inferência¹⁴⁴. (*System of Logic*, VIII, p. 641-2).

Durante e depois da sua crise mental, Mill veio a compreender que os hábitos enraizados e normas da interação social estavam envolvidos nas questões sociais, e que esses hábitos não poderiam ser facilmente transformados. Mill apresenta um crescente interesse em trabalhar dentro dos costumes e instituições existentes, em uma direção reformista, e até mesmo em respeitar essas instituições. Pessoas com hábitos não estão tão prontamente preparadas para ser transformadas, como uma visão mais mecânica da natureza humana - tal qual a de seu pai - pressupõe. Deve-se trabalhar dentro dos padrões estabelecidos, se é pretendido obter qualquer melhoramento. Mill veio a afastar-se do benthamismo mais estreito e mais mecânico para reconhecer que a forma de inspiração utilitarista apenas poderia ser bem sucedida se combinada com uma dose de conservadorismo orgânico (WILSON, 1998, p. 219):

Para determinar a forma de governo mais adequada a qualquer povo em particular devemos ser capazes de distinguir, dentre os defeitos e deficiências que pertencem àquele povo, distinguir aqueles que são impedimentos imediatos ao progresso; descobrir o que é que tende a lhes dar aquilo cuja carência lhes impede de avançar, ou avançar apenas de uma maneira falha e desajustada. Não devemos, contudo, esquecer da reserva necessária em tudo aquilo que tem como objetivo o melhoramento, ou Progresso, a saber, que ao buscar o bem que ainda é preciso, não danificar, ou o mínimo possível, aquilo que já se possui¹⁴⁵ (*Considerations on Repepresentative Government*, XIX, p. 396).

O seu entendimento sobre a complexidade da relação entre utilidade abstrata e um dado tecido da vida ética foi influenciado por Coleridge. Em contraste com Bentham, Coleridge achava que,

[A] longa duração de uma crença (...) é ao menos a prova de uma adaptação em uma ou outra porção da mente humana; e se, ao escavar até as raízes, não encontrarmos, como geralmente é o caso, alguma verdade, devemos encontrar algum desejo natural ou requerimento da natureza humana ao qual a doutrina em questão é apta a satisfazer: dentre os desejos os instintos de egoísmo e de credulidade têm um lugar, mas de jeito nenhum um lugar exclusivo. (*Coleridge*, X, p. 120).

Os pensadores franceses Saint-Simonianos e de Comte também fora de grande influência para Mill. Augusto Comte, como Coleridge, sustentava que,

Na medida em que a sociedade prossegue o seu desenvolvimento, seus fenômenos são determinados mais e mais não pelas simples tendências da uma natureza humana universal, mas pela influência acumulada de gerações passadas sobre o presente. Os seres humanos, eles

¹⁴⁴ A great part of what seems observation is really inference [...] For in almost every act of our perceiving faculties, observation and inferences are intimately blended. What we are said to observe is usually a compound result, of which one-tenth may be observation, and the remaining nine-tenths inference.

¹⁴⁵ To determine the form of government most suited to any particular people we must be able, among the defects and shortcomings which belong to that people, to distinguish those that are the immediate impediments to progress; to discover what it is which tends most to give them that for want of which they cannot advance, or advance only in a lame and lopsided manner. We must not, however, forget the reservation necessary in all things which have for their objective improvement, or Progress; namely, that in seeking the good which is needed, no damage, or as little as possible, be done to that already possessed

mesmos, sobre as leis cuja natureza os fatos dependem, não são abstratos ou universais, mas seres humanos históricos, já formados e feitos o que são pela sociedade humana¹⁴⁶ (*Auguste Comte and Positivism*, X, p. 307).

Ainda que Mill não fale nestes termos, ele vê as instituições sociais como que constituídas por papéis inter-relacionados, com pessoas agindo de formas características das instituições. Ele fala no “consenso” de grupos sociais e na sociedade como um todo, “Similar àqueles que existem entre os vários órgãos do homem e dos animais mais perfeitos, e constituindo uma das muitas analogias que tornaram universais expressões tais como ‘corpo político’ e ‘corpo natural’”¹⁴⁷ (*System of Logic*, VIII, p. 889), mas o argumento é que uma instituição não é um ajuntado de indivíduos mais do que um animal é um ajuntado de órgãos. Uma instituição é, ao invés, constituída por relações entre as partes, relações sociais, isto é, padrões de ações coordenadas e comportamentos. Estas formas de agir e se comportar são determinadas pelas normas que definem os papéis, com as pessoas sendo movidas a se conformar a essas normas pelos seus sentimentos morais: eles aprenderam a valorizar tais formas de se comportar (WILSON, 1998, p. 222).

Uma das mais simples e fundamentais instituições sociais - a qual Mill pensou consideravelmente - é a da promessa. Há dois papéis: do promitente e do promissor. Duas pessoas entram nos papéis de promitente e promissor quando uma diz à outra “eu prometo que farei X”. Os seres humanos adquirem cedo o sentimento moral de que as pessoas devem manter as suas promessas. Há um padrão geral de comportamento. Estes sentimentos morais são, é claro, apreendidos, adquiridos por meio de associação, ao invés de serem inatos (como pensadores como Whewell e Jones afirmavam); mas ainda assim, tais sentimentos estão profundamente incorporados na natureza humana.

O ponto é que o sentimento que faz as pessoas se conformar com a norma que comanda as pessoas a cumprir suas promessas faz com que as pessoas conformem o seus comportamentos a ela. Assim, quando o promitente e o promissor entram em seus papéis, um passa a sentir a obrigação moral a fazer x, que foi prometido, e também que o outro tem o direito moral de esperar que x seja feito. Similarmente, o promissor passa a sentir que o promitente está moralmente obrigado a fazer X e sentir que ele ou ela tem o direito moral de esperar que X seja feito pelo promissor.

Uma vez que sentimos que é obrigatório que todos se conformem a essa regra, cuidamos para educar as crianças de modo que elas também se conformem a essa regra; nós as colocamos em situações onde o prazer seja associado com a conformação à regra. Ainda, como sentimos que é obrigatório que todos se conformem a essa regra, quando uma promessa não é

¹⁴⁶ as society proceeds its development, its phaenomena are determined, more and more, not by the simple tendencies of universal human nature, but by the accumulated influence of past generations over the present. The human beings themselves, on the laws of whose nature the facts of history depend, are not abstract or universal but historical human beings, already shaed, and made what they are, by human society

¹⁴⁷ similar to that existing among the various organs of man and the more perfect animals, and constituting one of the many analogies which have rendered universal such expressions as the ‘body politic and ‘body natural’

cumprida, sentimo-nos responsáveis a tomar medidas para punir a violação, ou ao menos nós sentimos que é moralmente apropriado punir o violador (WILSON, 1998, p. 223).

Uma vez que sentimentos morais são de fato eficazes em motivar as pessoas, então estes sentimentos tornarão evidente que o padrão visto como obrigatório irá de fato sustentar-se dentro do grupo. Se os sentimentos ligados à regra são eficazes, então se pode generaliza-lo como uma descrição de fato das pessoas em um grupo. Tais regras oferecem modelos que as pessoas têm das suas relações sociais. Se estes modelos normativos são eficazes, então eles serão de fato modelos verdadeiros. Se a regra de cumprir promessas é um modelo na mente daqueles dentro do grupo social, eles são normativos para essas pessoas. E na medida em que fazem afirmações descritivas, por exemplo “todo promitente faz ao promissor o prometido”, essas generalizações são explanatórias do comportamento observado dos membros da sociedade (WILSON, 1998, p. 224).

Como Mill esclarece, as generalizações empíricas que são o ponto de partida de qualquer ciência social são apenas “generalizações aproximadas”; mas essas leis que não podem ser usada para dar predições firmes são ainda assim úteis: “quando quer que seja suficiente saber como a grande maioria da raça humana, ou alguma nação ou classe pessoas pesará, sentirá e agirá, essas proposições são equivalentes a proposições universais¹⁴⁸” (*System of Logic*, VIII, p. 847).

Mas por que são apenas aproximações? Por que tal modelo estrutural não se encaixa precisamente nas realidades do comportamento social? Permanece verdadeiro que as normas que definem os papéis sociais oferecem explicações para ação e comportamento humanos. Mas devemos reconhecer que nem sempre elas são eficazes. É por essa razão que os modelos não são exatamente verdadeiros. Na maior parte do tempo a maioria das pessoas mantém suas promessas, e até esse ponto a regra é eficaz, assim como sua generalização. Mas nem todas as promessas são mantidas, e assim a generalização factual sobre a manutenção das promessas se mantém - não como regras determinísticas, mas lacunosas, pois nem todas as variáveis que podem interferir no comportamento das pessoas foram mencionadas. Mill reconhece o papel de leis “lacunosas” em diversas ciências, mas particularmente nas ciências sociais.

O que elas marcam é a existência de certas variáveis que não conhecemos, mas que gostaríamos de conhecer. As lacunas representam fatores desconhecidos que, quando interferem, tornam nossas previsões fundadas sobre essas leis, falsas. Mas nós inferimos a presença de fatores que interferem e os levamos em conta pela imprecisão de nossa previsão. A falsidade da predição não falsifica a lei lacunosa, mas significa que tal lei não é tão útil para os propósitos da previsão como seria se essas lacunas fossem preenchidas. O objetivo definitivo das ciências empíricas é um conjunto de leis que tenha o mínimo de lacunas possível. Enquanto isso, devemos trabalhar com as leis lacunosas que possuímos, ou ao menos, podemos nos aproximar estatisticamente do assunto, de um modo que nos permitia estimar até qual extensão podemos esperar razoavelmente esperar sua confirmação (WILSON, 1998, p. 227–28).

¹⁴⁸ whenever it is sufficient to know how the great majority of the human race, or of some nation or class of persons will think, feel, and act, these propositions are equivalent to universal ones .

Mill viu a relevância de tais procedimentos para as ciências sociais. O ponto de partida de tais ciências são as generalizações aproximadas. Mas tais generalizações, “nas investigações sociais, para a maioria dos propósitos práticos, são equivalentes às exatas; aquilo que é apenas provável quando afirmado de um ser humano individual selecionado indiscriminadamente torna-se certo quando afirmado do caráter e da conduta coletiva das massas¹⁴⁹” (*System of Logic*, VIII, p. 847). Mill é claro sobre a natureza estatística de boa parte das ciências sociais. Ele é igualmente claro sobre a natureza imperfeita ou lacunosa de tal conhecimento, e sobre a desejabilidade de se eliminar, na medida do possível, tais lacunas (WILSON, 1998, p. 229):

A ciência da Natureza Humana pode ser dita existir, na proporção em que as verdades aproximadas, que compõem um conhecimento pratico da humanidade, possam ser exibidas como corolários das leis universais da natureza humana sobre as quais repousam; onde os limites próprios dessas verdades aproximadas fossem mostrados, estaremos aptos a deduzir outros para qualquer novo conjunto de circunstâncias, na antecipação de experiências específicas¹⁵⁰ (*System of Logic*, VIII, p. 848).

As estruturas de regras sociais que movem os indivíduos não são independentes do indivíduo ou da psicologia humana. Muitos filósofos e sociólogos argumentaram que os fatores sociais devem ser construídos como entidades básicas, irredutíveis aos indivíduos que participam dessas instituições. Todavia, o empirismo de Mill o permitirá introduzir um conceito na ciência apenas se ele se referir a coisas presentes na experiência ou que sejam definidas em termos de tais conceitos. Não vemos “A Lei”, em toda a sua majestade, condenando um ladrão, mas vemos um juiz fazê-lo. O empirismo deve reivindicar que não há nada nas instituições sociais que esteja acima dos indivíduos que dela participam e das relações sociais entre esses indivíduos (WILSON, 1998, p. 229–30).

Enquanto Mill de fato insiste que fatores sociais não existem de alguma forma acima das pessoas individuais, ele não pode ser visto como algum tipo de atomista social que sustente que não haja nada na sociedade além desses indivíduos.

Os fatores sociais podem ser entendidos em termos de indivíduos que mantem em certos tipos de relações sociais, onde essas são entendidas em termos de ações coordenadas e comportamento. Não se requer que o social seja reduzido ao não social. Mill sustenta que podemos explicar a aquisição da capacidade de participar em grupos e a se conformar às normas dos papéis sociais com referência a teoria de aprendizagem psicológica associacionista.

As pessoas são posicionadas em certos contextos nos quais elas aprendem. Os contextos para o aprendizado dos papéis sociais são claramente sociais. Eles envolvem, por exemplo, a família: ser um pai é um papel social que requer que se socialize a criança de certas maneiras;

¹⁴⁹ in social inquiries, for most practical purposes equivalent to an exact one; that which is only probable when asserted of individual human beings indiscriminately selected, being certain when affirmed of the character and collective conduct of the masses.

¹⁵⁰ the science of Human Nature may be said to exist, in proportion as the approximate truths, which compose a practical knowledge of mankind, can be exhibited as corollaries from the universallaws of human nature on which they rest; whereby the properlimits of those approximate truths would be shown, and we should be enabled todeduce others for any new state of circumstances, in anticipation of specific experience

isto é, fazer isso está nas normas que definem este papel. Também envolvem outras instituições, como escolas, igrejas, prisões, programas de treinamento, *etc.* A estrutura social, então, molda o comportamento humano. Isso acontece, pois por meio do aprendizado sentimentos morais se tornam ligados a aquelas ideias.

É precisamente porque os sentimentos morais estão incorporados nas nossas psicologias individuais que as estruturas sociais nem sempre nos movem. Como no caso do ato de fazer uma promessa: pode haver fatores que nos movam a agir contrariamente à maneira como a estrutura nos inclina a agir. Tais estruturas descrevem e explicam de fato a ação humana, mas para observar o significado completo de tais ações, deve-se posicioná-las no contexto do desenvolvimento do caráter de cada indivíduo. (WILSON, 1998, p. 230–31).

Há uma continuidade na história através de sociedades ou grupos. A estrutura, em outras palavras, se reproduz nos indivíduos. Mill veio a entender a partir de Coleridge a importância de “um sistema de educação, iniciando com a infância e continuado durante a vida, o qual, o que quer mais possa incluir, um ingrediente principal e incessante seja a disciplina refeedora¹⁵¹” (*Coleridge*, X, p. 133).

Assim, dado que nós mesmos somos movidos pelas normas que aprovam a conformidade geral ao padrão que ela expressa, somos movidos por elas a sujeitar nossas crianças ao processo de aprendizagem que garantirá que tais normas venham a ser internalizadas nas suas consciências, assim como foram nas nossas. É a instituição da família que é a mais importante no processo de aprendizado.

As normas estruturais são e vem a ser violadas de muitas maneiras diferentes. São as nossas individualidades as responsáveis pelos desvios das normas sociais, e, mais profundamente, responsáveis pela mudança social no tempo. É a individualidade que é responsável, no fim, por qualquer progresso econômico e social que tenhamos adquirido. O progresso social depende de líderes morais - como Jesus e Sócrates -, que por seus exemplos e argumentos, redesenharam os sentimentos morais da humanidade.

O princípio da utilidade, portanto, demanda que nós encorajemos os seres humanos a desenvolver a sua individualidade. Devemos, na medida em que criamos nossos filhos, fazer com que eles valorizem a sua individualidade, de modo que eles venham a cultivá-las eles mesmos, e a valorizar a individualidade dos outros, encorajando-os a desenvolverem-se também (WILSON, 1998, p. 232–33)

Por que é necessário que toda a vida humana deva apontar para um objeto, e ser cultivada em um sistema de meios para um único fim? Será que a humanidade, que no fim das contas é feita de seres humanos individuais, não obteria uma soma maior de felicidade quando cada um perseguisse o seu próprio, sob as regras e condições requeridas pelo bem do resto, do que quando cada faz do bem dos outros seu próprio objeto, e não permite a si nenhum prazer pessoal não indispensável para suas faculdades? O regime de uma cidade sitiada deve ser alegremente aceito quando um

¹⁵¹ a system of education, beginning with infancy and continued through life, of which, whatever else it might include, one main and incessant ingredient was restraining discipline

propósito elevado o requerer, mas seria essa a perfeição ideal da existência humana?¹⁵²
(*Auguste Comte and Positivism*, X, p. 332).

A necessidade utilitária não requer nem pode requerer que o teste da conduta seja o motivo exclusivo dela. Algumas pessoas, em alguns momentos, são movidos em direção ao fim do bem comum. Mas o bem comum, enquanto padrão moral definitivo, não é, na verdade, melhor servido por todas as pessoas, o tempo todo, se elas buscarem esse fim (WILSON, 1998, p. 234).

Para descobrir as leis que explicam a mudança e o desenvolvimento social, é preciso de um método adaptado para este fim. O pai de Mill e os velhos utilitaristas usavam o método geométrico para justificar as teorias sobre as quais eles baseavam suas recomendações políticas. O jovem Mill reconheceu a correção das críticas dos seus métodos por Macaulay, Jones e Whewell. Mas ele rejeitava os métodos indutivos de Bacon que esses críticos propunham como alternativa. Estes métodos de indução Baconiana são métodos de indução eliminativa. Eles visam descobrir quais entre uma série de hipóteses concorrentes é a verdadeira. Eles o fazem eliminando sucessivamente hipóteses a partir de instâncias falsificadoras. Aquela que, no fim, remanescer não eliminada é a verdadeira. Claramente esses métodos funcionarão apenas se for pressuposto que dentre as várias hipóteses, uma é verdadeira; isto é, deve-se assumir que há uma causa a ser descoberta. John Stuart Mill de fato assume isso; trata-se do princípio da causalidade universal. Ainda, não se trata de uma mera assunção: Mill argumenta que ele de fato possui boas evidências indutivas que justificam tal asserção.

Mas também, é claro que se o método da eliminação é aquele que levará à verdade, então é preciso ter uma enumeração completa das hipóteses alternativas. Este é o princípio da variedade limitada. Isto é requerido, pois, se uma alternativa não tiver sido enumerada, pode ser que seja ela a verdadeira, e não as hipóteses que até agora não foram eliminadas. O que Stuart Mill apontou aos críticos da geração anterior de utilitaristas é que na área da teoria social, que lida com grandes grupos de pessoas, simplesmente há variáveis demais para que elas sejam todas enumeradas; o princípio da variedade limitada simplesmente não pode ser alcançado. Se olharmos para as instituições sociais, nós podemos descobrir relevantes “diferenças sem nenhum limite assinalável, (...) de mais formas do que se pode enumerar ou imaginar”, e conclui que “está portanto demonstrada a impossibilidade de obter, nas investigações das ciências sociais, as condições requeridas para (...) investigação por

¹⁵² Why is it necessary that all human life should point but to one object, and be cultivated into a system of means to a single end? May it not be that the fact that mankind, who after all are made up of single human beings, obtain a greater sum of happiness when each pursues his own, under the rules and conditions required by the good of the rest, than when each makes the good of the rest his own object, and allows himself no personal pleasures not indispensable to his faculties? The regimen of a blackaded town should be cheerfully submitted when a high purpose require it, but is it the ideal perfection of human existence?

experiências específicas¹⁵³” (*System of Logic*, VIII, p, 882) A metodologia para economia política e sociologia que era proposta por Macaulay, Jones e Whewell é portanto tão defeituosa quanto o método geométrico que eles criticaram. E sobre os mesmos fundamentos: a complexidade do fenômeno social (WILSON, 1998, p. 239).

O melhor que se pode alcançar observando as relações sociais ou entre fenômenos de grupo na história é um grupo de leis meramente empíricas. Esses são padrões sobre questões de fato que podemos discernir no efetivo curso da história. A evidência para elas não é mais do que as instâncias que as ocorrências cobrem; com efeito, a evidência para eles é recolhida pela regra de indução da simples enumeração. Mas onde os fenômenos são complexos, tal método não descarta a possibilidade de que existam outros fatores causais trabalhando que não foram observados. Idealmente, devemos usar os métodos da indução eliminativa para eliminar a possibilidade de que tais fatores causais relevantes existam. Mas o fenômeno social é demasiado complexo para estes métodos. Então as leis empíricas discernidas na história são apenas debilmente fundamentadas, e como tais, dificilmente podem ser chamadas de científicas, e não podem oferecer uma base segura para recomendações sobre políticas públicas. Se, portanto, essas leis devem tornar-se científicas, elas devem ser posicionadas em uma base mais segura.

Mill propôs que as leis empíricas poderiam ser transformadas incorporando-as em uma teoria mais compreensiva que possa ser usada para distinguir quais das leis empíricas são genuinamente causais, e quais são meramente generalidades acidentais (WILSON, 1998, p. 240).

No caso da história e do fenômeno social, Mill argumentou que tal teoria existe. É a ciência da psicologia. Essa ciência lida com os motivos humanos e com as causas básicas do fenômeno social. E ele argumentou que as ciências sociais poderiam proceder dedutivamente a partir dessa ciência mais básica; especificamente, ele propôs que as ciências sociais poderiam usar aquilo que ele chamou de método “dedutivo” para deduzir se as leis observadas empiricamente realmente fluíram a partir ação e dos motivos humanos, ou seja, se elas são genuinamente causais ou não (WILSON, 1998, p. 240).

“O efeito produzido, no fenômeno social, por qualquer conjunto complexo de circunstâncias, importa precisamente na soma dos efeitos das circunstâncias tomadas individualmente¹⁵⁴” (*System of Logic*, VIII, p. 895). Isso não é verdade de cada uma das ciências; em química, por exemplo, ou na própria psicologia. Nessas, os efeitos frequentemente tem propriedades que não são redutíveis às propriedades das causas. As leis, nesses casos, são ditas leis “químicas”. Mas no caso do fenômeno social, não há nada no todo resultante que não esteja já nas partes; o todo resultante é simplesmente a soma das partes. Podemos portanto considerar cada causa que esta operando e usar a ciência da psicologia para inferir que efeitos ocorrerão. Nós

¹⁵³ differences without any assignable limit, (...) in more ways that can be enumerated or imagined ; (...) there is thus a demonstrated impossibility of obtaining, in the investigations o the social science, the conditions required for (...) inquiry by specific experience

¹⁵⁴ the effect produced, in social phenomena, by any complex set of circumstances, amounts precisely to the sum of the effects of the circumstances taken singly

podemos deduzir as leis sociais. Pois a causa social é a soma das causas individuais tomadas como partes, e o efeito social é a soma dos efeitos individuais tomados como partes. O problema com o método geométrico é que ele simplesmente assume uma causa, ao invés de levar em consideração “todas as causas que conjuntamente influenciam o efeito¹⁵⁵” (*System of Logic*, VIII, p. 895). Mas uma vez que todas as causas são consideradas, então pode-se de fato proceder dedutivamente, ao menos em princípio, tal qual James Mill e David Ricardo propuseram (WILSON, 1998, p. 241).

Onde muitas causas agindo são todas de um mesmo tipo, é possível descobrir as leis para o fenômeno de grupo simplesmente deduzindo delas a conjunção assumida das muitas causas. Isso é o que Mill chama de método “físico” ou “dedutivo concreto”. Ele pode ser usado na economia política, onde se assume que todos agem sobre o mesmo motivo: preferir um ganho maior a um ganho menor. Todavia, onde alguém está interessado no desenvolvimento no tempo, como mais geralmente se está na sociologia e na história, é necessário traçar no tempo os efeitos detalhados de todas as muitas causas. Este conjunto detalhado de inferências, todavia, está além dos poderes da computação humana. A melhor maneira que podemos fazer é começar com as leis empíricas do fenômeno social e mostrar dedutivamente que esse é o resultado provável a partir daquilo que sabemos da natureza da humanidade e das circunstâncias nas quais os muitos indivíduos então existiam. A esse método, Mill chama “dedutivo inverso” (WILSON, 1998, p. 241).

Em qualquer caso, contudo, não podemos nunca tomar como pressuposto que encontramos todas as causas operativas. Isso significa, com efeito, que devemos sempre tomar como pressuposto que as leis do fenômeno social que encontramos são, na verdade, lacunosas. A ciência social pode, portanto, nunca ser mais do que a ciência das tendências, ao invés de uma onde as predições positivas são possíveis. Isso é, de fato, o melhor que podemos fazer, dada a complexidade do fenômeno; mas mesmo assim, tal conhecimento pode ser útil na proposição de políticas públicas. Afinal, a previsão do tempo também é útil, ainda que seja uma ciência de tendências (WILSON, 1998, p. 241).

É evidente que o método proposto para as ciências sociais pode funcionar apenas se as deduções que Mill descreve forem realmente válidas. Mill, naturalmente, argumenta que elas são. Na verdade ele sustenta que elas ocorrem em outras áreas da ciência, na física por exemplo. Na mecânica, é possível deduzir as leis para sistemas complexos a partir de leis para sistemas simples. Se tivermos um sistema com três corpos, podemos conceitualmente dividi-lo em três sistemas com dois corpos, e conhecendo as forças que operariam nos sistemas de dois corpos, se eles estiverem isolados, podemos deduzir quais forças que operam no sistema de três corpos. Mill sustenta que essa dedução procede *a priori*; nestes casos, em oposição àqueles tais como os da química e da psicologia, onde o efeito é “heterogêneo” com as causas, “o efeito conjunto das causas é a soma dos seus efeitos separados¹⁵⁶” (*System of Logic*, VII, p. 373). E, enquanto sabemos a lei que separa as causa por indução, a inferência dos seus efeitos

¹⁵⁵ all the causes which conjunctly influence the effect

¹⁵⁶ the joint effect of causes is the sumo of their separate effects

conjuntos não envolve nenhuma indução adicional, mas apenas raciocínio silogístico (WILSON, 1998, p. 242).

A Ciência Social (...) é uma ciência dedutiva; não, de fato, conforme o modelo da geometria, mas que se segue das ciências físicas mais complexas. Ela infere a lei de cada efeito a partir das leis de causação sobre as quais aquele efeito depende; não, contudo, a partir da lei de uma causa meramente, como no método geométrico; mas considerando todas as causas que conjuntamente influenciam o efeito, e compondo suas umas com as outras¹⁵⁷. (*System of Logic*, VIII, p. 895)

As leis dos fenômenos da sociedade não são, nem podem ser, nada mais do que as leis das ações e paixões dos seres humanos unidos no estado social. Os homens, ainda que em estado de sociedade, ainda são homens; suas ações e paixões são obedientes às leis individuais da natureza humana. Os homens não são, quando trazidos juntos, convertidos em algum outro tipo de substância, com diferentes propriedades (...) Os seres humanos em sociedade não possuem outras propriedades além daquelas derivadas das, e que podem ser resolvidas nas, leis da natureza do homem individual¹⁵⁸. (*System of Logic*, VIII, p. 879).

6.3 Necessidade e Livre Arbítrio.

Um obstáculo à constituição das ciências morais que Mill considerou, e que procurou enfrentar logo no início do Livro VI do *System of Logic*, diz respeito à possível incompatibilidade entre o ponto de vista determinista acerca da ação humana e nossas ideias sobre escolha e livre arbítrio. Se o determinismo elimina o livre arbítrio, o conhecimento científico deixaria de ser uma orientação para a ação pelo mero fato de que não poderíamos escolher então entre cursos alternativos de ação. Por outro lado, se o livre arbítrio elimina o determinismo, nenhuma política de intervenções na sociedade poderia tirar proveito das regularidades fornecidas pela ciência, já que a própria possibilidade de um estudo científico estaria assim afastada (MASSELLA, 1999, p. 14).

Compreender o mundo humano cientificamente - compreendendo-o como parte do mundo natural - por óbvio, tensiona com a noção de que os seres humanos são, em qualquer sentido real, livres. Mill é claro sobre como as ações humanas podem ser “infalivelmente inferidas” se os seus antecedentes forem todos conhecidos, mas ainda assim mantém que essa instância determinista não “conflita no menor grau com o que é chamado de nosso sentimento de liberdade” (*System of Logic*, VIII, p. 837).

¹⁵⁷ The Social Science (...) is a deductive science; not, indeed, after the model of geometry, but after that of the most complex physical sciences. It infers the law of each effect from the laws of causation on which that effect depends; not, however, from the law merely of one cause, as in the geometrical method; but by considering all the causes which conjunctly influence the effect, and compounding their laws with one another.

¹⁵⁸ The laws of the phenomena of society are, and can be, nothing but the laws of the actions and passions of human beings united together in the social state. Men, however, in a state of society, are still men; their actions and passions are obedient to the laws of individual human nature. Men are not, when brought together, converted into another kind of substance, with different properties (...) Human beings in society have no properties but those which are derived from, and may be resolved into, the laws of the nature of individual men.

Quando diz que nossas ações são causalmente determinadas e concomitantemente que somos livres. Mill adota a perspectiva compatibilista da liberdade humana: mesmo sendo verdade que nosso caráter e desejos, em combinação com um conjunto de circunstâncias, causalmente cria uma ação particular; não é verdade que sobre um caráter ou conjunto de desejos alternativo a mesma causa geraria uma ação igual. Operando sobre um caráter diferente, uma mesma causa geraria uma ação diferente.

Isto, Mill concede, seria de pouca consolação se nosso caráter e desejos estivessem além do nosso controle e influência individual. Mas, ele aponta, nós podemos influenciar nosso caráter e desejos. Podemos nos posicionar em circunstâncias que modificam o nosso caráter, e podemos praticar hábitos melhores (MACLEOD, 2018).

[S]e examinarmos rigorosamente, descobriremos que este sentimento, de sermos capazes de modificar nosso próprio caráter se o desejamos, é ele próprio um sentimento de liberdade moral do qual somos conscientes¹⁵⁹. (*System of Logic*, VIII, p. 841).

Na resposta que oferece a William Hamilton na sua *Examination*, Mill diz que a consciência não pode nos dar conhecimento direto da nossa liberdade, pois a liberdade é uma habilidade e a consciência oferece acesso direto apenas aos episódios, e não àquilo que somos capazes de fazer. Há um sentimento comum de livre arbítrio, mas o que quer que ele seja, não é capaz de estabelecer uma teoria metafísica do livre arbítrio como autodeterminação (BEROFSKY, 2014, p. 135).

Mill afirma que o sentimento de liberdade é apenas o conhecimento de que se pode alterar a própria vontade, se desejar-se fazer isso. E que são necessárias experiências passadas para obter conhecimento desse tipo de fato. É verdade que nós às vezes parecemos agir contra os nossos desejos mais fortes, por exemplo, quando nos restringimos de pecar, o que sugere uma expressão contracausal do nosso livre arbítrio, mas confirme Mill, nós estamos na verdade mostrando que a nossa consciência, assim como nosso desejo de fazer a coisa certa, prevaleceu neste caso como o desejo verdadeiramente mais forte. E que mais uma vez instanciamos, e não transcendemos a lei da causalção (BEROFSKY, 2014, p. 135)

Para Mill, o necessitarismo, ou a doutrina da necessidade, ao menos reconhece que a vontade cai sob a mesma ordem natural dos outros eventos. Já a tendência a inferir dessa doutrina que não somos livres é baseada em associações confusas com o conceito de necessidade. Passamos ilicitamente da ideia de necessidade para a de uma ligação forte (*stronger tie*), uma que nos leva a pensar erroneamente que nossas ações intencionais são feitas sob alguma compulsão ou irresistibilidade (BEROFSKY, 2014, p. 137). (*System of Logic*, VIII, p. 837-38).

O que se segue do fato de que nossas vontades causam nossas ações? Primeiramente, não se pode dizer que a vontade necessariamente causa a ação, pois um ato de vontade nunca é causalmente suficiente para ação, sempre há outras condições necessárias, tais como o funcionamento de uma neuromusculatura. Mas a vontade é uma parte do conjunto de

¹⁵⁹ if we examine closely, we shall find that this feeling, of our being able to modify our own character if we wish, is itself the feeling of moral freedom which we are conscious of

condições que coletivamente causa uma ação. Pode-se dizer que a ação ocorrerá a não ser que se interfira com ela, significando que se a causa total variar em relação à situação anterior, se ou as circunstâncias ou a vontade mudarem, então o tipo de ação que se seguirá pode muito bem ser diferente. Uma lei é apenas uma declaração de uniformidade ou regularidade (BEROFSKY, 2014, p. 138).

7. A diferença entre as artes e as ciências: A “Arte da Vida”

Enquanto Mill aceita a natureza paradigmática das ciências da natureza, ele apresenta dúvidas sérias sobre uma perspectiva estritamente positivista do conhecimento. Ele também rejeitara a ideia de uma natureza humana permanente, sujeita a leis exatas e invariantes: essa fora a falácia bentamita. A natureza humana não é a mesma em todos os momentos e em todos os lugares. Enquanto o utilitarismo revisado ou corrigido de Mill não descartava a busca pelo conhecimento sistemático da natureza humana, ele implicava uma distinção aguda entre verdades e regras; entre proposições da ciência e preceitos da arte. Se a política e a moral devem ser consideradas artes práticas, então é necessário que se caracterizem pela proposição de muitos fins diferentes. As regras ou preceitos apropriados a eles não são uma questão científica; são irremediavelmente provisionais e imperfeitas, amarradas às contingências do tempo, lugar e circunstância. Ainda, a proposição dos fins, que é a característica que define algo como arte, pressupõe a liberdade de consciência e o direito a fazer e promulgar o próprio julgamento de cada um sobre o que é certo ou errado. (HALLIDAY, 2004, p. 62–63).

Mill inicia sua discussão sobre a “Arte da Vida” distinguindo tudo o que veio antes, no Sistema de Lógica, do novo enfoque do restante do trabalho:

No capítulo precedente nós nos esforçamos em caracterizar o presente estado daqueles que dentre os ramos do conhecimento são chamados Morais, que são ciências no único sentido próprio do termo, isto é, investigações sobre o curso da natureza. É costumeiro, todavia, incluir sob o termo conhecimento moral, e até mesmo (ainda que impropriamente) sob ciências morais, uma investigação cujos resultados não são expressos no modo indicativo, mas no imperativo, ou em perífrases equivalentes; o que se chama conhecimento do dever; ética prática ou moralidade¹⁶⁰ (*System of Logic*, VIII, p. 943)

Essa passagem introduz a mudança de foco do teórico ao prático, da “ciência natural” para a “ciência moral”. A reivindicação de Mill aqui parece ser de que como um campo de investigação, a ética prática deve ser distinguida (ao menos em parte) pelo modo como as suas conclusões são expressas, a saber, do modo imperativo ao invés de indicativo. Mill deixa claro imediatamente que essa característica da ética prática é uma consequência de uma

¹⁶⁰ In the preceding chapter we have endeavored to characterize the present state of those among the branches of knowledge called Moral, which are sciences in the only proper sense of the term, that is, inquiries into the course of nature. It is customary, however, to include under the term moral knowledge, and even (though improperly) under that of moral science, an inquiry the results of which do not express themselves in the indicative, but in the imperative mood, or in periphrases equivalent to it; what is called the knowledge of duty; practical ethics, or morality.

distinção mais geral entre arte (do qual a ética é uma parte) e ciências (FLETCHER, 2017, p. 298):

Agora, o modo imperativo é característico da arte, tal como é distinta da ciência. O que quer que se fale sobre regras, ou preceitos, não em asserções a respeito das questões de fato, é arte; e a ética, ou a moralidade, é propriamente uma porção da arte correspondente às ciências da natureza humana e da sociedade¹⁶¹ (*System of Logic*, VIII, p. 943).

A distinção entre arte e ciência aparece muitas vezes nos escritos de Mill. Foi afirmada sistematicamente pela primeira vez no “*On the Definition of Political Economy*”, ensaio escrito entre 1831 e 1833. Ainda que esse ensaio tenha formado a base do tratamento de Mill sobre a relação entre ciência e arte no livro final do Sistema de Lógica, foi publicado depois desse, em 1844. Mill inicia notando, assim como Coleridge já tinha feito, que a prática precede a teoria. A definição de uma ciência segue invariavelmente a criação dessa ciência; “como a muralha de uma cidade, que normalmente é erguida, não para ser um receptáculo dos edifícios que podem depois ser erguidos, mas para circunscrever uma agregação que já existe¹⁶²”.

Em comum com muitas outras ciências, a economia política carecia de uma definição adequada. A noção vulgar do assunto, “que a Economia Política é uma ciência que ensina, ou professa ensinar, de que maneira uma nação pode tornar-se rica¹⁶³” estava aberta a uma objeção conclusiva (HALLIDAY, 2004, p. 65). Essa definição:

Confunde as essencialmente distintas, ainda que conectadas, ideias da ciência e da arte. Essas duas ideias diferem uma da outra assim como o entendimento difere da vontade, ou como o modo indicativo na gramática difere do modo imperativo. Um lida com fatos, outro com preceitos. A ciência é uma coleção de verdades; a arte, um corpo de regras, ou direções para a conduta. A linguagem da ciência é, Isto é, Isto não é, Isso acontece, ou Isso não acontece. A linguagem da arte é, Faça isso, Evite aquilo. A ciência toma conhecimento de fenômeno e se empenha em descobrir sua lei, a arte propõe para si um fim, e busca os meios para torná-lo eficiente¹⁶⁴. (*Essays in Economics and Society*, IV, p. 312).

Ele assume a exata mesma formulação no Sistema de Lógica. Lá Mill também argumenta que os chamados primeiros princípios são comumente os últimos a ser encontrados, e que a investigação científica nunca começa com a definição dos termos. Apenas mais tarde neste processo de investigação e descoberta que convergimos nas definições. Se a história das

¹⁶¹ Now, the imperative mood is the characteristic of art, as distinguished from science. Whatever speaks in rules, or precepts, not in assertions respecting matters of fact, is art; and ethics, or morality, is properly a portion of the art corresponding to the sciences of human nature and society

¹⁶² like the wall of a city, it has usually been erected, not to be a receptacle for such edifices as might afterwards spring up but to circumscribe an aggregation already in existence

¹⁶³ that Political Economy is a science which teaches, or professes to teach, in what manner a nation may be made rich

¹⁶⁴ confounds the essentially distinct, though closely connected, ideas of science and art. These two ideas differ from one another as the understanding differs from the will, or as the indicative mood in grammar differs from the imperative. The one deals in facts, the other in precepts. Science is a collection of truths; art, a body of rules, or directions for conduct. The language of science is, This is, or This is not, This does, or does not happen. The language of art is, Do this; Avoid that. Science takes cognizance of a phenomenon and endeavours to discover its law; art proposes to itself an end, and looks out for means to effect it

ciências é inicialmente marcada pela acumulação de explicações e leis parciais que não passam de guias de conduta do que leis da natureza, de modo que os primeiros princípios de qualquer ciência particular surjam apenas mais tarde na história, pode-se conceber por analogia que muito da nossa moralidade consistirá em preceitos que são regularizados depois. “Arte” como a referência à palavra grega *technê* sugere, consiste em instruções a serem seguidas para que se alcance um fim ou outro, baseado no conhecimento oferecido pela ciência correspondente (RYAN, 2014, p. 250).

O princípio de classificação na ciência “mais convenientemente segue a classificação das causas, enquanto as artes devem necessariamente ser classificadas conforme a classificação dos efeitos, a produção que é o seu fim apropriado ¹⁶⁵.” O defeito dos “doutrinadores” é que eles tentam deduzir regras detalhadas para práticas a partir de uma premissa simples, onde o que é necessário é uma instrução que considere todas as ocasiões onde uma regra *prima facie* precisa ser suplementada ou ignorada. No Sistema de Lógica este pensamento sustenta o argumento de que uma arte não pode ser dedutiva. (RYAN, 2014, p. 249).

Mill via o utilitarismo como uma doutrina “progressista”, em distinção com o conservadorismo das éticas intuitivas, comprometidas com a existência de verdades morais fixas, conhecíveis ou por um sentimento moral, ou por serem de falsidade inconcebível. O fato de que o utilitarismo era “indutivo” estava conectado na mente de Mill com o fato de que era “progressista” (RYAN, 2014, p. 246)

Mill dá enfoque a um assunto que se liga diretamente a ideia de uma moralidade progressista. Ele observa que em muitos casos, o que devemos fazer não é obedecer a uma regra simples. Às vezes somos como juízes aplicando regras, outros, somos como legisladores; no último caso, devemos nos guiar pelos méritos do caso (*System of Logic*, VIII, p. 944).

A ciência diz respeito a como o mundo é, e arte diz respeito a outra coisa:

Proposições da ciência asseveram uma questão de fato: uma existência, uma coexistência, uma sucessão ou similaridade. A proposição da qual falamos agora [isto é, arte] não assevera que qualquer coisa seja, mas ordena ou recomenda que algo deve ser. É uma classe própria. Uma proposição na qual o predicado é expresso pela palavra deve, é genericamente diferente de uma expressa por é, ou será¹⁶⁶ (*System of Logic*, VIII, p. 949)

Logo depois de fazer observações sobre a diferença entre “dever ser” (*ought*) e “ser” (*is*), ele escreve:

É verdade que, no senso mais amplo dos termos, mesmo essas proposições aferem algo que é uma questão de fato. O fato afirmado neles é este, que a conduta recomendada excita na mente do falante o sentimento de aprovação. Isto, todavia, não leva ao fundo da questão; pois a

¹⁶⁵ most conveniently follows the classification of causes, while arts must necessarily be classified according to the classification of the effects, the production of which is their appropriate end

¹⁶⁶ Propositions of science assert a matter of fact: an existence, a coexistence, a succession, or a resemblance. The propositions now spoken of [i.e., Art] do not assert that anything is, but enjoin or recommend that something should be. They are a class by themselves. A proposition of which the predicate is expressed, by the words ought or should be, is generically different from one which is expressed by is, or will be

aprovação do falante não é razão suficiente pela qual outras pessoas devem aprovar; nem deve essa ser uma razão conclusiva mesmo para ele próprio¹⁶⁷ (*System of Logic*, VIII, p.949).

No sentido mais amplo, Mill permite que as proposições da arte afirmem algo factual, a saber, que a conduta excita em quem fala algum sentimento de aprovação (presumivelmente aprovação ou desaprovação, dependendo do julgamento) (FLETCHER, 2017, p. 301).

O que constitui a Arte da Vida de Mill? Sua discussão inicial sugere que ela contém apenas moralidade, mas logo se torna claro que a Arte da Vida possui três departamentos: moralidade, prudência e estética - “o correto, o apropriado/prudente (*expedient*), e o belo ou nobre¹⁶⁸” (*System of Logic*, VIII, p. 949)

Mill criticava Bentham por apenas focar na avaliação moral. Bentham

É acusável (...) de erro, ou mesmo da unilateralidade (...) de tratar a visão moral das ações e caracteres, que são inquestionavelmente os primeiros e mais importantes modos de se olhar para eles, como se fossem o único: onde na verdade se trata de apenas um de três, todos pelos quais nossos sentimentos quanto ao ser humano podem ser, devem ser, e não podem deixar de ser, sem inteiramente esmagar nossa própria natureza, materialmente influenciados¹⁶⁹. (*Bentham*, X, p. 112)

Mill enuncia um número de características diferentes e altamente significativas da Arte da Vida em geral. Primeiro, ele acredita que deve haver primeiros princípios de conduta que nos mostrarão “a bondade ou maldade, absoluta e comparativa, dos fins ou objetos de desejo¹⁷⁰” (*System of Logic*, VIII, p.951). Ele também descreve tais primeiros princípios como oferecendo-nos premissas gerais “que determinam os objetos próprios de aprovação e (...) a ordem própria de precedência entre esses objetos¹⁷¹” (*System of Logic*, VIII, p. 949).

Tais princípios - aos quais Mill explicitamente refere como os princípios da razão prática em geral - e as conclusões principais a ser delineadas a partir deles, tratam do que ele quer dizer com a “Arte da Vida” (*System of Logic*, VIII, p. 949-50).

É importante notar aqui que Mill repetida e explicitamente reivindica que os primeiros princípios são sobre o valor dos objetos de desejo e aprovação. Portanto os primeiros princípios são axiológicos - sobre valor - ao invés de deonticos ou diretivos (FLETCHER, 2017, p. 302).

¹⁶⁷ It is true that, in the largest sense of the words, even these propositions assert something as a matter of fact. The fact affirmed in them is, that the conduct recommended excites in the speaker's mind the feeling of approbation. This, however, does not get to the bottom of the matter; for the speaker's approbation is no sufficient reason why other people should approve; nor ought it to be a conclusive reason even with himself.

¹⁶⁸ the right, the expedient, and the beautiful or noble

¹⁶⁹ is chargeable (...) for the ‘error, or rather one-sidedness (...) of treating the moral view of actions and characters, which is unquestionably the first and most important mode of looking at them, as if it were the sole one: whereas it is only one of three, by all of which our sentiments towards the human being may be, ought to be, and without entirely crushing our own nature cannot but be, materially influenced.

¹⁷⁰ the goodness or badness, absolute and comparative, of end or objects of desire

¹⁷¹ determining the proper objects of approbation, and [...] the proper order of precedence among those objects

Ainda, Mill deixa claro que todas as artes que não aquelas que compõem a Arte da Vida - Mill menciona arquitetura e medicina como exemplos - são subordinadas à Arte da vida de tal modo que apenas a Arte da Vida pode adjudicar e declarar os objetos de tais artes subordinadas como desejáveis ou dignas de ser perseguidas. (FLETCHER, 2017, p. 303) Todas as outras artes são, portanto “o resultado conjunto das leis da natureza reveladas pela ciência, e os princípios gerais da teleologia, ou a doutrina dos fins¹⁷²” (*System of Logic*, VIII, p.949).

Em terceiro lugar, Mill acredita que há de fato um princípio, um princípio teleológico definitivo da razão prática, que governa todos os compartimentos da Arte da Vida - moralidade, prudência/adequação e estética. (FLETCHER, 2017, p. 303) Ele menciona que aqueles que sugerem que possuímos uma faculdade moral inata que nos permite determinar os princípios morais corretos:

Ofereceriam apenas para aquela porção do campo da conduta que é propriamente chamado moral. Para o resto da prática da vida algum outro princípio geral, ou padrão, ainda deve ser buscado; e se este princípio for corretamente escolhido, ele (...) servirá tão bem para o ultimo padrão da Moralidade, quanto para o da Prudência, Sagacidade ou Gosto¹⁷³,” (*System of Logic*, VIII, p. 951.)

Portanto, o princípio definitivo de Mill apenas é corretamente compreendido como tanto distinto de, como fundacional da, sua teoria da moralidade, prudência e estética, ao invés de ser idêntico ou se confundir com eles (FLETCHER, 2017, p. 303).

Mill acredita que este único princípio, capaz de servir como uma fundação para todos os compartimentos da Arte da Vida, é tal que:

Todas as regras da prática devem se conformar, e o teste pelo qual devem ser examinados, é o da sua condutividade à felicidade da humanidade, ou ainda, de todos os seres sensíveis¹⁷⁴ (*System of Logic*, VIII, p. 951).

Este princípio fundamental de teleologia, que justifica todas as regras práticas ou artes, é o “o princípio da Maior Felicidade” ou, dando-lhe seu outro nome, é o “Princípio da Utilidade” de Mill. Nós podemos constatar isto a partir da sua introdução do princípio como o princípio definitivo da teleologia, antes de adicionar em uma nota de rodapé: “Para uma discussão expressa e uma justificação desse princípio, ver o pequeno volume chamado “Utilitarismo¹⁷⁵” (*System of Logic*, VIII, p. 951).

Assim, o princípio teleológico (ou de razão prática) supremo de Mill é o princípio da utilidade. O princípio avalia a desejabilidade dos objetos de desejo e avalia regras práticas

¹⁷² a joint result of laws of nature disclosed by science, and of the general principles of teleology, or the doctrine of ends

¹⁷³ [W]ould provide only for that portion of the field of conduct which is properly called moral. For the remainder of the practice of life some other general principle, or standard, must still be sought; and if that principle be rightly chosen, it will (...) serve quite as well for the ultimate standard of Morality, as for that of Prudence, Policy or Taste

¹⁷⁴ all rules of practice ought to conform, and the test by which they should be tried, is that of conduciveness to the happiness of mankind, or rather, of all sentient beings

¹⁷⁵ For an express discussion and vindication of this principle, see the little volume entitled ‘Utilitarianism’

baseadas na desejabilidade ou valor dos seus objetos. O princípio é a fundação para a moralidade, prudência e estética e avalia estas e outras regras práticas, apenas em termos da felicidade resultante para todos os seres sensíveis (FLETCHER, 2017, p. 303).

Como se viu, o princípio da utilidade de Mill é: (1) distinto de uma teoria moral, sendo a fundação para a sua teoria moral; (2) mais geral, uma vez que é o fundamento da moral, prudência e estética; (3) não é um critério para o certo por si, mas apenas sobre o valor dos objetos de desejo ou aprovação. A referência de Mill ao princípio da utilidade e a uma doutrina utilitária deve então ser compreendida de modo a referir apenas a este único princípio teleológico, um sobre o valor dos resultados ou objetos de desejo. Tudo isso é claro a partir do capítulo 4 do Utilitarismo, que contém duas passagens que esclarecem o que Mill quer dizer com “utilitarismo”. A primeira é: “A doutrina utilitária é que a felicidade é desejável, e a única coisa desejável, como um fim; todas as outras coisas sendo desejáveis como um meio para esse fim¹⁷⁶” (*Utilitarianism*, X, p. 234); e a segunda:

Este estado da vontade é um meio para o bem, não intrinsecamente um bem; e não contradiz a doutrina de que nada é um bem para os seres humanos na medida em que seja ou um prazer por si, ou um meio de obter prazer ou evitar dor. Mas se essa doutrina é verdade, o princípio da utilidade está provado¹⁷⁷ (*Utilitarianism*, X, p. 239).

Portanto, quando se lê a filosofia moral de Mill e o Utilitarismo em particular, devemos ser cuidadosos em não identificar o que Mill quer dizer com “utilitarismo” e “princípio da utilidade” com uma teoria da ação moral correta. Dessa observação, a prova de Mill sobre o princípio da utilidade supostamente funciona, sua conclusão é apenas sobre a bondade ou desejabilidade da felicidade, não sobre uma ação moral correta (FLETCHER, 2017, p. 305).

Não é tão claro como podemos entender a “prudência” entre os âmbitos da Arte da Vida. Mill descreve a segunda categoria usando os termos “*prudence*”, “*policy*” e “*the expedient*”.

No utilitarismo, Mill caracteriza moralidade como distinta da prudência e da “*expediency*”. Na sua discussão sobre moralidade e justiça:

Nós não chamamos nada de errado a não ser que queríamos dizer que uma pessoa deve ser punida por fazê-lo - se não pela lei pela opinião das criaturas que são suas semelhanças; se não pela opinião, pela reprovação da sua própria consciência. Este parece o verdadeiro ponto de virada na discussão entre moralidade e simples prudência/adequação¹⁷⁸ (*Utilitarianism*, X, p. 246).

Dever é uma coisa que pode ser exigida de uma pessoa, como alguém exige uma dívida. A não ser que pensemos que algo pode ser exigido de alguém, não pode chamar isso de seu dever (...) Existem outras coisas, ao contrário, que podemos desejar que as pessoas façam, as quais

¹⁷⁶ The utilitarian doctrine is that happiness is desirable, and the only thing desirable, as an end; all other things being only desirable as means to that end

¹⁷⁷ [T]his state of the will is a means to good, not intrinsically a good; and does not contradict the doctrine that nothing is a good to human beings but in so far as it is either itself pleasurable, or a means to attaining pleasure or averting pain. But if this doctrine be true, the principle of utility is proved.

¹⁷⁸ We do not call anything wrong unless we mean to imply that a person ought to be punished for doing it – if not by law by the opinion of his fellow creatures; if not by opinion, by the reproaches of his own conscience. This seems the real turning point of the distinction between morality and simple expediency

gostamos ou admiramos elas por fazerem, mas ainda assim admitir que elas não estão obrigadas a fazer; não é o caso da obrigação moral; nós não os culpamos, isto é, nós não pensamos que são objetos próprios para punição (...) Eu acredito que não há dúvida de que essa noção repousa no fundo das noções de certo e errado¹⁷⁹. (*Utilitarianism*, X, p. 246)

O comentarista Fletcher sugere que interpretemos as passagens sobre louvor, culpa e punição não como oferecendo um critério para a correção moral (um critério que diz quais atos são moralmente errados), mas, ao invés, que as passagens propõem uma teoria da correção de julgamentos morais, em que tais julgamentos são conceitualmente conectados com o merecimento de punição (onde “punição” é construída amplamente, de modo a abranger sentimentos de culpa autodirigidos).

As considerações de Mill sugerem uma visão da incorreção moral na qual essencialmente é ela que faz a punição ser merecida. Se essa é a forma certa de ler tal passagem, então Mill não está oferecendo uma teoria substantiva da moralidade - uma perspectiva de quais ações são certas ou erradas - mas uma forma de identificar o conteúdo distinto de julgamentos morais, em oposição a outros tipos de julgamentos práticos ou normativos. A marca distintiva da moralidade dentro da Arte da Vida são os sentimentos particulares envolvidos (FLETCHER, 2017, p. 306).

A reivindicação que Mill faz nas passagens sobre punição e dever são instrutivas em oferecer um nível extra de detalhe para a sua Arte da Vida. Nessas passagens Mill busca (1) marcar o domínio moral como distinto do domínio prudencial (e presumivelmente do estético) e (2) especificar como a justiça se distingue da moralidade mais geral. Como Mill põe: o “verdadeiro ponto de virada das discussões sobre moralidade e simples prudência/adequação é que julgamentos morais são julgamentos sobre a justificativa da punição¹⁸⁰” (*Utilitarianism*, X, p. 246). Presumivelmente, julgamentos de prudência e adequação seriam então julgamentos sobre sentimentos justificados tais como preferências gerais não morais, escolhas ou desejos de que algo fosse o caso (FLETCHER, 2017, p. 306).

No capítulo sobre a Arte da Vida, Mill sugere a visão de que as regras morais, e regras práticas em geral, são meramente balizas para a conduta (*rules of thumb*). Mill explicitamente diz que os negócios da vida prática contém:

Casos nos quais os indivíduos estão obrigados a conformar suas práticas a regras pré-estabelecidas, enquanto há outros em que é parte da sua tarefa encontrar ou contruir a regra que deverá governar sua conduta (...) O (...) prático, que segue as regras ao invés de suas razões, como os estrategistas alemães antiquados que foram derrotados por Napoleão, ou o médico que prefere que seus pacientes morram conforme a regra do que se recuperam contrariando-a, é

¹⁷⁹ Duty is a thing which may be exacted from a person, as one exacts a debt. Unless we think that it may be exacted from him, we do not call it his duty (...) There are other things, on the contrary, which we may wish that people should do, which we like or admire them for doing, but yet admit that they are not bound to do; it is not a case of moral obligation; we do not blame them, that is, we do not think that they are proper objects of punishment... I think there is no doubt that this distinction lies at the bottom of the notions of right and wrong

¹⁸⁰ real turning point of the distinction between morality and simple expediency is that moral judgments are judgments of warranted (broad) punishment

corretamente julgado como um mero pedante, e o escravo das suas fórmulas¹⁸¹ (*System of Logic*, VIII, p. 944).

Nos casos complicados da vida, e ainda mais naqueles dos estados e sociedades, regras não podem ser confiadas, sem constantemente se referir de volta às leis científicas sobre as quais elas são fundadas (...) Conforme um prático sábio, então, regras de conduta apenas serão consideradas provisoriamente¹⁸² (*System of Logic*, VIII, p. 945).

Quanto maior ainda, então, deverá ser o erro, de montar tais princípios inflexíveis, não meramente como regras universais para atingir um dado fim, mas como regras de conduta gerais; sem considerar a possibilidade, não apenas que alguma coisa modificadora possa impedir que se alcance esse dado fim pelos meios que a regra prescreve, mas que o próprio sucesso possa conflitar com algum outro fim, que pode possivelmente vir a ser mais desejável¹⁸³ (*System of Logic*, VIII, p. 946)

Cada parte do texto sugere claramente a visão de que as regras de uma arte são meramente balizas de conduta (*rules of thumb*). Em cada uma delas se reconhece que as regras são geralmente úteis, mas Mill afirma que não devemos fetichizá-las considerando-as a autoridade definitiva em qualquer caso, nem devemos ter medo de consultar suas fundações. Nessas passagens Mill claramente dá expressão à sua visão geral sobre regras, e a uma preocupação geral sobre a obediência cega às regras. A questão pode ser colocada dessa forma: se as regras foram escolhidas com base na promoção da felicidade máxima, por que devemos nos ater a elas quando desobedecê-las promoveria ainda mais felicidade? (FLETCHER, 2017, p. 308)

Pelo bem da conveniência, regras devem ser formadas a partir de algo menos do que teoria idealmente perfeita (...), pois, se todas as contingências contra ativas (...) fossem incluídas, as regras seria demasiadamente difíceis para ser apreendidas e lembradas pelas capacidades ordinárias, nas ocasiões comuns da vida¹⁸⁴ (*System of Logic*, VIII, p.945).

Mas ele também aponta que regras de conduta:

¹⁸¹ cases in which individuals are bound to conform their practice to a pre-established rule, while there are others in which it is part of their task to find or construct the rule by which they are to govern their conduct. (...) [T]he ... practitioner, who goes by rules rather than by their reasons, like the old-fashioned German tacticians who were vanquished by Napoleon, or the physician who preferred that his patients should die by rule rather than recover contrary to it, is rightly judged to be a mere pedant, and the slave of his formulas.

¹⁸² [I]n the complicated affairs of life, and still more in those of states and societies, rules cannot be relied on, without constantly referring back to the scientific laws on which they are founded...By a wise practitioner, therefore, rules of conduct will only be considered as provisional.

¹⁸³ How much greater still, then, must the error be, of setting up such unbending principles, not merely as universal rules for attaining a given end, but as rules of conduct generally; without regard to the possibility, not only that some modifying cause may prevent the attainment of the given end by the means which the rule prescribes, but that success itself may conflict with some other end, which may possibly chance to be more desirable.

¹⁸⁴ for the sake of convenience, rules must be formed from something less than this ideally perfect theory...because, if all the counteracting contingencies...were included, the rules would be too cumbrous to be apprehended and remembered by ordinary capacities, on the common occasion of life.

Sendo feitas para a maioria dos numerosos casos, ou para aqueles de ocorrência mais ordinária, elas apontam a maneira na qual será menos arriscado agir, onde o tempo ou os meios não existem para analisar as circunstâncias reais do caso, ou onde não podemos confiar em nosso julgamento para estimá-las¹⁸⁵ (*System of Logic*, VIII, p. 946).

A regra comum pode muito propriamente servir como uma advertência de que um certo modo de ação foi tido por nós e por outros como bem adaptado para os casos de ocorrência mais comum; de modo que se não for cabível ao caso em questão, a razão para que não o seja provavelmente virá de alguma circunstância não usual¹⁸⁶ (*System of Logic*, VIII, p. 946)

Essa passagem claramente sugere uma visão das regras como sendo os meios geralmente necessários para superar as limitações dos agentes ordinários, particularmente limitações epistêmicas. Mill estaria ciente das consequências desastrosas da promulgação de um princípio utilitário, inculcado e conscientemente implementado por todos. As regras podem ser corretamente vistas como derrotáveis por um participante sábio, ainda que não possa geralmente ser promulgada nesses termos (caso contrário os problemas que surgem das limitações epistêmicas ressurgiria sobre cada um de nós, pensando-nos, cada um, este praticante sábio, o que muito provavelmente nos levaria a pensar erroneamente que as regras não se aplicam no caso em tela) (FLETCHER, 2017, p. 309).

Quando Mill fala que “a promoção da felicidade é o princípio teleológico definitivo¹⁸⁷” (*System of Logic*, VIII, p. 952), ele em seguida qualifica essas afirmações dizendo que a felicidade não deveria “ser o fim de todas as ações ou mesmo todas as regras de ação. É a justificação, e deve ser a controladora de todos os fins, não ela própria o único fim¹⁸⁸” (*System of Logic*, VIII: 952)

Portanto Mill não pensa que as pessoas devem esforçar-se ao máximo para promover a felicidade em todas as ações, ele nem mesmo acredita que as regras de conduta devem ser formuladas em termos de promoção da felicidade. Mill admite que haja casos de ações virtuosas e elementos de caráter virtuosos que levam as pessoas ocasionalmente a falhar em produzir felicidade máxima, mas ele insiste que a razão fundamental pela qual estes traços são nobres e devem ser buscados pelos indivíduos é precisamente que “no todo mais felicidade existirá no mundo, se as pessoas cultivarem sentimentos, em certos casos, independentemente da felicidade¹⁸⁹” (*System of Logic*, VIII, p. 952)

¹⁸⁵ Being made for the most numerous cases, or for those of most ordinary occurrence, they point out the manner in which it will be least perilous to act, where time or means do not exist for analyzing the actual circumstances of the case, or where we cannot trust our judgment in estimating them.

¹⁸⁶ the common rule may very properly serve as an admonition that a certain mode of action has been found by ourselves and others to be well adapted to the cases of most common occurrence; so that if it be unsuitable to the case in hand, the reason of its being so will be likely to arise from some unusual circumstance. (*System of Logic*, VIII, p. 946)

¹⁸⁷ the promotion of happiness is the ultimate principle of teleology

¹⁸⁸ be the end of all actions or even of all rules of action. It is the justification, and ought to be the controller, of all ends, not itself the sole end

¹⁸⁹ (...)on the whole more happiness will exist in the world, if feelings are cultivated which will make people, in certain cases, regardless of happiness

8. A relatividade do conhecimento humano

Como vimos, Mill afirma que “grande parte do que parece observação é na verdade inferência¹⁹⁰” (*System of Logic*, VIII, p. 641). O conteúdo bruto da experiência extremamente estreito - de fato, Mill afirma, nós percebemos diretamente apenas as nossas impressões internas. “Dos meus sentidos, eu tenho apenas as sensações¹⁹¹” (*System of Logic*, VII, p.643). O que está diretamente presente para a mente não são os objetos externos, mas apenas um “conjunto de aparências”¹⁹² (*System of Logic*, VIII, p. 783). Nós temos acesso não mediado apenas às impressões que são geradas dentro de nós. Em outras palavras, estamos diretamente cientes apenas do nosso próprio conteúdo mental (MACLEOD, 2018).

8.1 Fenomenalismo: as sensações constituem a realidade

As origens do fenomenalismo - o ponto de vista que considera as sensações como os constituintes básicos da realidade, que busca construir o mundo externo a partir das sensações e das possibilidades de sensações - pode ser rastreado até Berkeley. Para Berkeley, objetos são essencialmente grupos de ideias, efetivamente, tidos ou por sujeitos humanos, ou, em algum sentido, por um sujeito divino. (HAMILTON, 1998, p. 139)

Mill aponta que Berkeley não percebeu o fato de que o elemento permanente em nossas percepções é apenas uma potencialidade de sensações não efetivamente sentidas. Berkeley já havia visto, contudo, que para nós o objeto externo não é nada além de tal potencialidade. Mas “nele mesmo, o objeto era, na sua teoria, não meramente uma potencialidade presente, mas uma existência efetivamente presente (...) na Mente Divina¹⁹³” (*Examination of Sir William Hamilton's Philosophy*. p.465).

Conforme a formulação Milliana do fenomenalismo, nós conhecemos os objetos do mundo apenas na extensão que eles nos afetam e fazem surgir impressões conscientes - e tais impressões sempre terão sua apresentação mediada pelas faculdades sensitivas (MACLEOD, 2018). Mill afirma que nós não podemos saber nada dos objetos eles mesmos, mas apenas como eles nos aparecem, a esta posição ele chama de “Relatividade do Conhecimento Humano¹⁹⁴” (*Examination of Sir William Hamilton's Philosophy*, IX: 4).

[T]odos os atributos que nós atribuímos aos objetos, consistem neles tendo o poder de excitar uma ou outra variedade de sensação na nossa mente [...] nosso conhecimento dos objetos

¹⁹⁰ great part of what seems observation is really inference

¹⁹¹ From my senses, I have only the sensations

¹⁹² a set of appearances

¹⁹³ In itself the object was, in his theory, not merely a present potentiality, but a present actual existence... in the Divine Mind

¹⁹⁴ Relativity of Human Knowledge

consiste de nada mais do que as sensações as quais eles excitam¹⁹⁵. (*Examination of Sir William Hamilton's Philosophy*, IX, p. 6).

Mill sustenta a relatividade do conhecimento de maneira inequívoca. Ele é totalmente antipático à ideia do realismo direto. Esta posição claramente se coaduna com sua rejeição da visão de que o mundo exterior é “intuitivo”. A relatividade do conhecimento exclui a possibilidade de que podemos ser diretamente, não-inferencialmente, cientes de objetos externos:

[N]ão sabemos mais sobre o que eles são, do que aquilo que os sentidos nos dizem, nem a natureza nos provê qualquer meio de saber mais (...) nosso conhecimento dos objetos (...) consiste em nada mais que nas sensações que eles excitam, ou que imaginamos eles excitando, em nós mesmos¹⁹⁶ (*Examination of Sir William Hamilton's Philosophy*. pp. 5-6).

Nosso engajamento teórico com o mundo, então, é sempre mediado por nossas faculdades condicionantes - e como tal nossas representações do mundo são sempre representações daquilo que o mundo parece ser para seres como nós (MACLEOD, 2018)

A relatividade do conhecimento humano é uma doutrina epistemológica. Mas ela vem em duas formas. De acordo com a primeira, um objeto não passa de “uma concepção complexa montada pelas leis de associação (...) não há nada real (...) apenas estas sensações”. Sensações ocorrem em grupos fixados, mas não temos evidencia de nenhum “substrato ou causa escondida das sensações”. De acordo com a segunda versão, Kantiana, da doutrina “há um universo real das “Coisas Nelas Mesmas” (...) mas tudo o que podemos saber sobre elas é meramente relativa a nós, consistindo no poder de nos afetar de certas maneiras” (*Examination of Sir William Hamilton's Philosophy*. pp. 6-7). (HAMILTON, 1998, p. 144)

A relatividade do conhecimento repousa sobre o compromisso de Mill com uma ontologia puramente de sensações. Sua visão é de que uma vez que não podemos saber nada para além das nossas sensações, nosso conhecimento do mundo exterior não pode ser conhecimento de algo “intrinsecamente distinto” da sensação (HAMILTON, 1998, p. 144)

A ideia de um mundo externo não está presente no conteúdo da experiência. Ao invés, nossa ideia de externalidade é derivada do reconhecimento de que certas sensações podem ser revisitadas (MACLEOD, 2018)

[A]inda que eu tenha cessado de vê-lo [...] eu acredito que quando novamente me posiciono nas circunstâncias nas quais tive estas sensações [...] eu devo novamente tê-las; e além disso,

¹⁹⁵ [...] all the attributes which we ascribe to objects, consist in their having the power of exciting one or another variety of sensation in our mind [...] our knowledge of objects [...] consists of nothing but the sensations which they excite.

¹⁹⁶ We know no more of what they are, than the senses tell us, nor does nature afford us any means of knowing more (...) our knowlesge of objects (...) consist(s) of nothing but the sensations which they excite, or which we imagine them exciting, in ourselves.

que não há momento a intervir no qual este não seria o caso¹⁹⁷. (*Examination of Sir William Hamilton's Philosophy*, IX: 179)

Nossa ideia de matéria é exaurida pela ideia de

[A]lgo que existe quando não estamos pensando sobre; que existiu antes que jamais tínhamos pensado e que existirá se formos aniquilados¹⁹⁸ (*Examination of Sir William Hamilton's Philosophy*, IX: 178-9).

Mas matéria, assim concebida, não é “intrinsecamente distinta¹⁹⁹” da sensação dela mesma (*Examination of Sir William Hamilton's Philosophy*, IX, p. 182).

[N]osso conhecimento da mente, como da matéria, é inteiramente relativo [...] Não temos nenhuma concepção da Mente ela mesma, como se distinta das suas manifestações conscientes²⁰⁰. (*Examination of Sir William Hamilton's Philosophy*, IX, p. 188-9)

8.2 A legitimidade das crenças irresistíveis:

A teoria “introspectiva” de William Hamilton - a quem Mill responde no *Examination* - examinava nossas crenças para chegar àquelas que fossem “irresistíveis”, portanto “inatas”, e logo “intuitivas” ou legítimas. A crença na matéria ou em um mundo externo é uma crença deste tipo. Mill rejeita o movimento de irresistível para inato, nas parece não questionar o movimento subsequente, de irresistível e inato, para legítimo.

“poderíamos tentar o experimento da primeira consciência em qualquer bebê - sua primeira recepção das impressões que chamamos de externas; o que quer que estivesse presente nesta primeira consciência seria o testemunho genuíno da consciência, e (...) haveria pouca possibilidade de desacreditá-la, como nossas sensações elas próprias²⁰¹” (*Examination of Sir William Hamilton's Philosophy* p. 140).

De acordo com Mill, crenças que parecem intuitivas - ou seja, que são “irresistíveis” - são erroneamente consideradas como intuitivas, pois a possibilidade de elas serem um produto adquirido não é considerada. A teoria “psicológica” de Mill, em contraste, mostra como uma crença, ainda que possua “a característica da necessidade”, pode ter sido adquirida pela experiência. Assim, no Capítulo IX do *Examination* Mill delineia a visão de que “as leis da associação (...) são capazes de criar, a partir daqueles dados da consciência que não são contestados [como sensações], concepções puramente mentais, que se tornam tão identificadas no pensamento com todos os nossos estados de consciência, que nós parecemos,

¹⁹⁷ [...] though I have ceased to see it [...] I believe that when I again place myself in the circumstances in which I had those sensations [...] I shall again have them; and further, that there is no intervening moment at which this would not have been the case.

¹⁹⁸ something which exists when we are not thinking of it; which existed before we had ever thought and would exist if we were annihilated.

¹⁹⁹ intrinsically distinct

²⁰⁰ [O]ur knowledge of mind, like that of matter, is entirely relative [...] We have no conception of Mind itself, as distinguished from its conscious manifestations.

²⁰¹ Could we try the experiment of the first consciousness in any infant - its first reception of the impressions which we call external; whatever was present in that first consciousness would be the genuine testimony of consciousness, and (...) there would be as little possibility of discrediting it, as our sensations themselves

e não podemos senão parecer, recebê-los por meio de intuição direta²⁰²”. A crença na matéria pode ser uma destas “concepções mentais”.

Ao contrário do que sustenta Hamilton, a crença “não é intuitiva, mas um produto adquirido” (*Examination of Sir William Hamilton's Philosophy*. p. 177). A formação de nossos julgamentos perceptivos é explicável, Mill argumenta, sem ter de assumir que percebemos qualquer coisa além de sensações. A “teoria psicológica” de Mill mostrará como, “supondo-se que nenhuma intuição sobre um mundo exterior tenha existido na consciência”, a crença em um mundo exterior inevitavelmente teria sido gerada, e tratada erroneamente como “intuitiva”. (HAMILTON, 1998, p. 147)

8.3 A externalidade do mundo é uma expectativa

Mas o que queremos dizer quando dizemos que “os objetos que percebemos são externos a nós, e não uma parte de nossos próprios pensamentos?”

“Queremos dizer, que há relacionado com nossas percepções algo que existe quando não estamos pensando sobre ele; que existiu antes de jamais termos pensado nele, e existiria se fôssemos aniquilados; e além disto, que existem coisas que nunca vimos, tocamos, ou percebemos de outra forma, e coisas que nunca foram percebidas pelo homem. Esta ideia de algo que é (...) fixo e o mesmo, enquanto nossas impressões variam (...) e que é sempre quadrado (ou alguma outra forma dada) ainda que pareça para nós quadrado ou redondo - constitui completamente nossa ideia de substância externa²⁰³,” (*Examination of Sir William Hamilton's Philosophy*. pp 178-179).

A “teoria psicológica” de Mill é baseada na premissa da expectativa. Que “depois de ter tido sensações efetivas, nós somos capazes de formar a concepção de sensações Possíveis” e “Associações de Ideias²⁰⁴” (*Examination of Sir William Hamilton's Philosophy*. pp. 177-78). O processo de associação opera sobre a ação das sensações possíveis ou contingentes para gerar a “concepção complexa” de objetos externos. A essência da associação, como Mill a vê:

“Quando dois fenômenos vêm sendo experimentados muito frequentemente em conjunção (...) é impossível pensar uma coisa desarticulada da outra” e como resultado “os fatos (...) respondendo àquelas ideias vem enfim parecer inseparáveis em existência”, e “a crença que

²⁰² the laws of association (...) are capable of creating, out of those data of consciousness which are uncontested [viz. Sensations], purely mental conceptions, which become so identified in thought with all our states of consciousness, that we seem, and cannot but seem, to receive them by direct intuition

²⁰³ We mean, that there is concerned in our perceptions something which exists when we are not thinking of it; which existed before we had ever thought of it, and would exist IF we were annihilated; and further, that there exist things which never have been perceived by man. This Idea of something which is (...) fixed and the same, while our impressions vary (...) and which is always square (or of some other given figure) wheter it appears to us square or round - constitutes altogether our idea of external substance .

²⁰⁴ after having had actual sensations, we are capable of forming the conception of Possible sensations - Association of Ideas.

temos na sua coexistência, mesmo sendo na verdade um produto da experiência, parece intuitiva²⁰⁵, (*Examination of Sir William Hamilton's Philosophy*. pp. 177-78).

O que Mill tem em mente é o seguinte: espera-se de maneira confiante, baseado em experiências passadas, que se fosse o caso de experimentar certa sequência de sensação associadas com aproximação de uma forte chama, e experimentaria então a sensação de dor ardente. Enquanto o condicional nunca poderia ser uma certeza, o ponto de Mill é que se trata de mais do que uma mera possibilidade epistêmica. “Garantido” ou “Certificado” (*guaranteed; certified*) é uma descrição melhor do que “permanente”, uma vez que as possibilidades mudam sempre que mudar o mundo externo.

Ainda, estas possibilidades certificadas ou garantidas referem-se a grupos de sensações efetivas e possíveis, entre as quais há uma ordem de sucessão fixa, que evoca a ideias de causa e efeito. Portanto, são as sensações possíveis que se tornam mais importantes: (HAMILTON, 1998, p. 148). “Minhas sensações presentes são geralmente de pouca importância e mais fugazes: as possibilidades, ao contrario, são permanentes, que é a característica que principalmente distingue nossa ideia de Substância ou Matéria de nossa noção de sensação (*Examination of Sir William Hamilton's Philosophy*. p. 180)²⁰⁶”

As possibilidades são, portanto vistas por nós como fundamentadoras de um mundo comum, público, com características objetivas. Mill evidentemente acredita que sua consideração evita a multiplicidade de mundos privados implícito no idealismo de Berkeley (HAMILTON, 1998, p. 148).

“As possibilidades permanentes são comuns a nós e às criaturas nossas semelhantes; as sensações efetivas não são (...) O mundo de Sensações Possíveis sucedendo uma à outra de acordo com leis, e se dá tanto em outros seres quanto em mim; é portanto uma existência fora de mim; é um Mundo Externo²⁰⁷” (*Examination of Sir William Hamilton's Philosophy*, pp.181-82).

Mill está então explicando como possibilidades de sensação podem vir a ser erroneamente tomadas por, ou de maneira mais neutra, vistas como, objetos externos permanentemente existentes. Uma vez dada esta explicação é que ele pode oferecer o sua definição de matéria como “Possibilidade Permanente de Sensação” (p. 183).

A inferência requerida do puro sentir para objetos físicos independentes da mente não pode ser reconhecida a partir da lógica indutiva proposta por Mill. Assim ele deve aceitar ou que não temos fundamentos para quaisquer crenças sobre objetos externos, ou devemos rejeitar a assunção de que objetos físicos são independentes da mente (HAMILTON, 1998, p. 150).

²⁰⁵ When two phaenomena have been very often experienced in conjunction (...) it imposible to think the one thing disjointed from the other ; the facts (...) answering to those ideas come at last to seem inseparable in existence ; the belief we have in their coexistence, though really a product of experience, seems intuitive

²⁰⁶ My present sensations are generally of little importance, and are moreover fugitive: the possibilities, on the contrarym are permanent, which is the character that mainly distinguishes our Idea of Substance or Matter from our notion of sensation

²⁰⁷ The permanent possibilities are ommon to us and to our fellow-creatures; the actual sensations are not (...) The world of Possible Sensations succeeding one another according to laws, is as much in other beings as it is in me; it há therefore na existence oustide me; it is na External World.

Ele próprio reconhece: “Eu estou apenas apontando para isto; e para fazer isto, eu assumo apenas a tendência, mas não a legitimidade da tendência, de estender todas as leis da nossa própria experiência para uma esfera além da nossa experiência²⁰⁸” (*Examination of Sir William Hamilton’s Philosophy*, p. 187n.). Tal legitimação iria de encontro à visão de Mill quanto à inferência indutiva.

Conforme o comentador Hamilton (que não se confunde com William Hamilton), quando “objeto externo” denota “uma causa escondida de nossas sensações”, Mill sustenta que não temos fundamento para tal crença. Em outro sentido, no qual “objetos externos” não estão em uma “esfera para além da nossa experiência”, ele sustenta que falar destes objetos não é equivocado. Simplesmente quer dizer tratar de entidades dependentes da mente, possibilidades de sensação. Conforme Hamilton, contudo, Mill é ambivalente sobre o quão dependentes da mente estes objetos são (HAMILTON, 1998, p. 150–51)

Mill argumenta que a crença em um mundo externo é adquirida, e assim não possui “autoridade objetiva”. As possibilidades permanentes das sensações nos levam a dizer que existem objetos exteriores, e isto é uma análise psicológica, não semântica. Por outro lado, Mill também reivindica que as possibilidades de sensação constituem “um Mundo Externo”, e isto sugere que ele acredite que as Possibilidades são “o que queremos dizer” quando tratamos de objetos exteriores (HAMILTON, 1998, p. 152).

Matéria, então, pode ser definida como a Possibilidade Permanente de Sensação. Se me perguntarem, se eu acredito em matéria, eu pergunto a quem me perguntou se ele aceita tal definição. Se ele aceitar, eu acredito em matéria; assim como todos os Berkleyanos. Em qualquer outro sentido que este, eu não acredito. Mas eu afirmo com confiança, que esta concepção de Matéria inclui todo o sentido ligado a ela pelo mundo comum, separado das teorias filosóficas, e às vezes teológicas. A confiança da humanidade na existência real e tangível de objetos significa confiança na realidade e permanência de Possibilidades de sensações visuais e táteis, quando nenhuma destas sensações é efetivamente experimentada (*Examination of Sir William Hamilton’s Philosophy*, p.183).

A teoria psicológica parece especificar três processos: I) expectativa gera a ideia de possibilidades de sensação; (II) por meio da associação de ideias, as possibilidades de sensação passam a ser vistas como “permanentes”; (III) a ideia perniciosa de uma “causa escondida” ou “substrato misterioso” é desenvolvida. O último destes processos implica em uma “teoria de erro”.

[Meus oponentes] esquecem que entrar em um quarto, estar dormindo ou acordado, são expressões que possuem significado na Teoria Psicológica tanto quanto na deles; que cada asserção que pode ser feita sobre o mundo externo, que significa qualquer coisa na teoria Realista, também possui um sentido paralelo na Psicológica. [A última] forma um quadro tão vasto e cheio de matizes do universo quanto pode ser tido na outra teoria; de fato, como

²⁰⁸ I assume only a tendency, but not the legitimacy of the tendency, to extend all the laws of our own experience to a sphere beyond our experience

mantenho, o mesmo exato quadro²⁰⁹ (...) (*Examination of Sir William Hamilton's Philosophy*, p; 198)

Perceba-se que nesta passagem a Teoria Psicológica está sendo contrastada com a Realista, ao invés de com a “introspectiva”, indicando uma nova direção de interesse. A teoria realista postula a substância como suporte do fenômeno, ou como uma ligação entre o que seria de outra forma, fenômenos desconectados. Tal teoria não é declarada equivocada, mas sustentadora do “mesmo quadro” da teoria psicológica. Mill, neste sentido, era um filósofo irênico (ou eclético), que buscava harmonizar posições metafísicas aparentemente rivais. Assim, as ambivalências na visão de Mill resultariam de uma distinção coerente entre o “significado literal” de afirmações sobre o mundo exterior e o seu “conteúdo prático”. No *System of Logic*, Mill está cuidando de demarcar a lógica da metafísica. Apenas por isto que lá ele pode afirmar inequivocamente que “Um corpo, de acordo com a doutrina recebida pelos metafísicos modernos, pode ser definido como a causa externa a qual atribuímos nossas sensações” (*System of Logic*, VII, p.56). (HAMILTON, 1998, p. 154–55).

Mill possui uma ontologia, todo caso: “sendo mostrado que para considerar a crença na Matéria, ou, em outras palavras, em um não-ego supostamente apresentado na ou junto da sensação, não é necessário nada além das sensações ou das possibilidades de sensações conectadas em grupos²¹⁰” (*Examination of Sir William Hamilton's Philosophy*, p. 204).

As Possibilidades Permanentes são externas a nós no único sentido em que precisamos nos preocupar com elas; elas não são construídas pela própria mente, mas meramente reconhecidas por ela, em linguagem Kantiana, elas nos são dadas, e a outros seres em comum conosco²¹¹ (*Examination of Sir William Hamilton's Philosophy*, p. 187n)

8.4 A nossa mente e as mentes dos outros.

O fenomenalista é compelido a adotar a posição de que as mentes são construídas por sensações, e, portanto deve buscar uma construção dual da matéria e da mente. No capítulo XII do *Examination* Mill argumenta quanto a esta construção, como é sugerido quando ele diz que se pode implicar um Eu da noção de expectativa, uma vez que “até este ponto não é o Eu, mas o Corpo, que eu venho empreendendo a traçar até as suas origens como uma noção adquirida²¹²” (*Examination of Sir William Hamilton's Philosophy*, p. 203). Ele nega que “a

²⁰⁹ [My opponentes] forget that to go into a room, to be asleep or awake, are expressions which have a meaning in the Psychological Theory as well as in theirs; that every assertion that can be made about the external world, which means anything on the Realistic theory, has a parallel meaning on the Psychological. [The latter] Forms as vast and variegated a Picture of the universe as can be had on the other theory; indeed, as i maintain, the very same Picture (...)

²¹⁰ shown that in order to account for the belief in Matter, or, in other words, in a non-ego supposed to be presented in or along with sensation, it is not necessaru to suppose anything but sensations and possibilities of sensations connected in groups.

²¹¹ the Permanent Possibilities are external to us in the only sense we need care about; thay are not construed by the mind itself, but merely recognized by it, in kantian Laanguage, they are givent to us, and to other beings in common with us.

²¹² up to this stage it is not Self, but Body, that i Have been eadeavouring to trace to its origin as na acquired notion

real externalidade, para nós, de qualquer coisa exceto outras mentes, seja capaz de prova²¹³” (*Examination of Sir William Hamilton’s Philosophy*. p. 187). Mill foi provavelmente um dos primeiros filósofos a propriamente reconhecer o problema da existência de outras mentes. (HAMILTON, 1998, p. 160).

Ele inicia perguntando se já temos na nossa consciência a concepção do Eu como uma existência permanente, ou se ele é formado subsequentemente:

[N]osso conhecimento da mente, como da matéria, é inteiramente relativo (...) Não temos nenhuma concepção da Mente por si, como se fosse distinta das suas manifestações conscientes. Não sabemos nem podemos imaginar, exceto como representada pela sucessão de múltiplos sentimentos aos quais os metafísicos chamam pelo nome de Estados ou Modificações da Mente. (...) um algo permanente, contrastado com o fluxo perceptual das sensações e outros sentimentos ou estados mentais com os quais nos referimos a isto (...) A crença que eu cogito que minha mente existe quando não está sentindo, nem pensando, nem consciente da sua própria existência, resolve a si mesma na crença de uma Possibilidade Permanente destes estados²¹⁴. (*Examination of Sir William Hamilton’s Philosophy*, p. 188-89).

Nós conhecemos a nós mesmos, Mill afirma, apenas como fenomenicamente aparece para nós - e nós sabemos de outros apenas pela inferência a partir do nosso próprio caso. Mill rejeita a “teoria comum da Mente, como uma assim chamada substância²¹⁵” (*Examination of Sir William Hamilton’s Philosophy*, IX, p. 206). Mas ele também resiste à redução total da mente à existência de sensações - ou mesmo à existência de sensações possíveis - sob o fundamento de que remanesce uma unidade para a percepção. Como ele aponta, uma redução de si a sensações não pode ser integralmente satisfatória, porque um sentido do si mesmo entre em muitas sensações como uma parte constituinte. Quando cada um de nós lembra de uma memória, por exemplo, a sensação é a de uma memória que tem uma parte do seu conteúdo que é “nossa memória”.

Se, portanto, falarmos da mente como uma série de sentimentos, estamos obrigados a complementar esta declaração chamando-a de uma série de sentimentos que é consciente de si como passado e futuro; e se somos reduzidos à alternativa de acreditar que a Mente, ou, Ego, é algo diferente de qualquer série de sentimentos, possibilidade deles, ou de aceitar o paradoxo de que algo que *ex hypothesi* não passa de uma série de sentimentos, possa ser ciente de si como uma série²¹⁶ (*Examination*, IX, p. 194).

²¹³ the real externality to us of anything, except other minds, is capable of truth

²¹⁴ our knowledge of mind, like that of matter, is entirely relative (...) We have no conception of Mind itself, as distinguished from its conscious manifestations. We neither know nor can imagine it, except as represented by the succession of manifold feelings which metaphysicians call by the name of States or Modifications of Mind. (...) a permanent something, contrasted with the perpetual flux of the sensations and other feelings or mental states which we refer to it (...) The belief I entertain that my mind exists when it is not feeling, nor thinking, nor conscious of its own existence, resolves itself into the belief of a Permanent Possibility of these states.

²¹⁵ common theory of Mind, as a so-called substance

²¹⁶ If, therefore, we speak of the Mind as a series of feelings, we are obliged to complete the statement by calling it a series of feelings which is aware of itself as past and future; and we are reduced to the alternative of believing that the Mind, or Ego, is something different from any series of feelings, or possibilities of them, or of accepting the paradox, that something which *ex hypothesi* is but a series of feelings, can be aware of itself as a series.

Na superfície, a motivação de Mill em direção ao idealismo é epistêmica - que nós nunca experienciamos imediatamente objetos não mentais, e não podemos estar justificados em acreditar na sua existência. Mas o argumento é mais profundo, sugerindo que não podemos nem imaginar o que seria imaginar na existência de objetos não mentais. “Mesmo um objeto imaginário não é nada além de uma concepção, tal como somos hábeis a formar, de algo que afetaria os nossos sentidos²¹⁷” (*Examination of Sir William Hamilton's Philosophy*, IX, p. 6). De fato, Mill às vezes sugere uma versão semântica do argumento, que estabeleceria que o próprio sentido das palavras - determinado, como é, pela experiência, nos obstrui de referir a qualquer coisa além da experiência (MACLEOD, 2018).

Seria, não há dúvidas, absurdo assumir que nossas palavras exaurem as possibilidades de Ser. Pode haver modos inumeráveis inacessíveis às nossas faculdades, e que conseqüentemente nós não conseguimos nomear. Mas não devemos falar destes modos de Ser por quaisquer dos nomes que nós possuímos. Estes são todos inaplicáveis, pois todos eles já representam modos de Ser²¹⁸. (*Examination of Sir William Hamilton's Philosophy*, IX, p. 11).

Importa ao argumento de Mill sobre os limites da cognição humana que ele não depende do estado atual do conhecimento científico - ou de fato sobre quaisquer faculdades dos sentidos que possuímos. Mesmo se tivéssemos faculdades adicionais dos sentidos, ou pudéssemos vir a perceber de novas maneiras, ele aponta que todo o conhecimento ainda seria “meramente fenomenal²¹⁹” (*Examination of Sir William Hamilton's Philosophy*, IX, p. 8). Cognição, em qualquer criatura sensiente deve ser mediada por algum método de cognição - e mesmo se viéssemos a possuir novas formas de conhecer o mundo (MACLEOD, 2018). “[n]ós não deveremos, em nenhuma medida mais do que a atual, saber como as coisas são nelas mesmas²²⁰” (*Examination of Sir William Hamilton's Philosophy*, IX, p. 8).

As possibilidades de sensação são pretendidas como uma substituição insubstancial para o Deus de Berkeley. Elas “não são uma entidade positiva (...) elas não existem como sensações, mas como uma crença garantida; implicando constância no fenômeno, mas não uma substância espiritual onde fenômeno possa habitar enquanto ausente da minha própria mente²²¹” (*Examination of Sir William Hamilton's Philosophy*, IX, p. 464).

A mente, ela mesma, não passa de “nada além de séries das nossas sensações, como elas efetivamente ocorrem, com a adição de infinitas possibilidades de sentir requerendo, para a sua efetiva realização condições que podem ou não ocorrer, mas as quais como possibilidades

²¹⁷ [E]ven an imaginary object is but a conception, such as we are able to form, of something which would affect our senses

²¹⁸ It would, no doubt, be absurd to assume that our words exhaust the possibilities of Being. There may be innumerable modes of it which are inaccessible to our faculties, and which consequently we are unable to name. But we ought not to speak of these modes of Being by any of the names we possess. These are all inapplicable, because they all stand for known modes of Being.

²¹⁹ merely phaenomenal

²²⁰ [w]e should not, any more than at present, know things as they are in themselves

²²¹ are not a positive entity... they did not exist as sensations, but as a guaranteed belief, implying constancy in the phenomena, but not a spiritual substance for the phenomena to dwell in when not present to my own mind.

estão sempre existindo, e muitas delas presentes²²²”, “Minha noção de Mim (...) inclui todas as possibilidades de sensação (...) certificadas pela experiência ou não, que eu posso imaginar inserida em uma série dos meus estados próprios e conscientes”. E mais importante, estas séries estão “confinadas a mim mesmo”, e não são compartilhadas com outros. (*Examination of Sir William Hamilton's Philosophy*, p. 189).

Eu concludo que outros seres humanos possuem sentimentos como eu, porque, primeiro, eles possuem corpos como eu, os quais eu sei, no meu próprio caso, serem as condições antecedentes para sentimentos; e porque, em segundo lugar, eles exibem os atos, e outros sinais extrovertidos, que no meu próprio caso eu sei por experiência serem causados por sentimentos. Estou consciente em mim mesmo de uma série de fatos conectados por uma sequência uniforme, os quais inicialmente são modificações do meu corpo, intermediariamente são sentimentos, e finalmente são comportamentos exteriores. No caso de outros seres humanos, eu tenho a evidência dos meus sentidos para a primeira e a última ligação desta série, mas não da ligação intermediária. Encontro, todavia, que a sequência entre o primeiro e o último é tão regular em outros casos quanto no meu próprio²²³ (*Examination of Sir William Hamilton's Philosophy*, IX, p. 191).

Nos cânones da sua própria lógica indutiva, todavia, essa não é uma inferência melhor do que aquela em relação à matéria. O comentador Hamilton aponta que ele ignora esta situação, pois lhe é essencial legitimar a crença em outras mentes (HAMILTON, 1998, p. 162).

O fio condutor da consciência que compõe a vida fenomenal da mente consiste não apenas em sensações presentes, mas, da mesma forma, em parte, de memórias e expectativas (...). Nelas próprias [estes] são sentimentos presentes (...). Mas eles são assistidos com a peculiaridade, de que cada um deles envolve uma crença em mais do que a sua própria existência presente (...) [uma crença] que eu próprio já tive. Ou que eu próprio, e não outro, deveria ter, a sensação lembrada ou esperada²²⁴. (*Examination of Sir William Hamilton's Philosophy*, IX, pp. 193-94).

8.5 A inexplicabilidade final do “Eu”:

Portanto, se a mente é uma série de sentimentos, ela é uma série que é “consciente de si como passado e futuro”. Isto envolve o “paradoxo” de como algo que é uma série de sentimentos pode ser consciente de si como uma série de sentimentos. (HAMILTON, 1998, p. 163).

²²² nothing but a series of four sensations (...) as they actually occur, with the addition of infinite possibilities of feeling requiring for their actual realization conditions which may or may not take place, but which as possibilities are always in existence, and many of them present

²²³ I conclude that other human beings have feelings like me, because, first, they have bodies like me, which I know, in my own case, to be the antecedent condition of feelings; and because, secondly, they exhibit the acts, and other outward signs, which in my own case I know by experience to be caused by feelings, the end is outward demeanour. In the case of other human beings I have the evidence of my senses for the first and last links of the series, but not for the intermediate link. I find, however, that the sequence between the first and the last is as regular and constant in these other cases as it is in mine.

²²⁴ The thread of consciousness which composes the mind's phenomenal life, consists not only of present sensations, but likewise, in part, of memories and expectations (...) In themselves [these are present feelings (...)] but they are attended with the peculiarity, that each of them involves a belief in more than its own present existence (...) [a belief] that I myself formerly had, or that I myself, and no other, shall hereafter have, the sensations remembered or expected.

[A]qui estamos cara a cara com aquela inexplicabilidade final, a qual, como Sir W. Hamilton observa, nós inevitavelmente chegamos quando chegamos a fatos definitivos (...) o verdadeiro tropeço talvez não esteja em qualquer teoria do fato, mas no próprio fato. A verdadeira incompreensibilidade talvez seja, de que algo que deixou de existir, ou não existe ainda, ainda pode ser, de maneira presente: que uma série de sentimentos, a parte infinitamente maior que está no passado ou no futuro, possa ser reunida, como se fosse em uma concepção presente individual, acompanhada por uma crença de realidade. Eu acredito, que a coisa mais sábia que podemos fazer, é aceitar o fato inexplicável, sem nenhuma teoria sobre como isto acontece²²⁵ (...) (*Examination of Sir William Hamilton's Philosophy*, IX, p. 194).

Mill afirma, apesar das críticas que recebeu pela posição supramencionada, que ainda não está compelido a aceitar “a teoria comum da Mente, dita como Substância²²⁶” (*Examination of Sir William Hamilton's Philosophy*, p. 207), mas tal como aponta o comentador Hamilton, ele está próximo de fazê-lo, ao advogar por uma perspectiva não redutiva, no sentido de que a concepção do Eu não é meramente uma série de sensações atadas juntas por um processo de associação, há um “verdadeiro laço” entre a memória-impressão presente e a sensação original, que é uma “cópia ou representação”.

[O] laço inexplicável (...) que conecta a consciência presente com a passada, a qual dela me lembra, é tão próximo quanto aquilo que eu acho que podemos chegar a uma concepção positiva do Eu. Que há algo real neste laço, real como as sensações elas próprias, e não um mero produto das leis do pensamento sem um fato correspondente a elas, eu sustento ser indubitável. Eu atribuo uma realidade ao Ego - à minha própria Mente - diferente daquela existência real como uma Possibilidade Permanente, que é única realidade que eu reconheço na Matéria: e por uma inferência experimental adequada, eu atribuo a mesma realidade a outros Egos ou Mentes²²⁷ (*Examination of Sir William Hamilton's Philosophy*, IX, p. 207-8).

Assim, Matéria tem uma “existência real” como possibilidade permanente, mas como esta é a “única realidade” que Mill reconhece na matéria, é claramente um tipo inferior de “existência real” em comparação com a que ele postula para a mente. Ainda assim, afirma que “a Mente só é conhecida para si própria fenomenicamente, como a série de sentimentos da consciência²²⁸” (*Examination of Sir William Hamilton's Philosophy*, IX, p. 208)” (HAMILTON, 1998, p. 156)

Mill admite, assim, que a memória constitui “conhecimento intuitivo”: “a distinção é, que como todas as explicações dos fenômenos mentais pressupõem a Memória, a Memória ela

²²⁵ we are here face to face with that final inexplicability, at which, as Sir W. Hamilton observes, we inevitably arrive when we reach ultimate facts (...) The real stumbling block is perhaps not in any theory of the fact, but in the fact itself. The true incomprehensibility perhaps is, that something which has ceased, or is not yet in existence, can still be in a manner present: that a series of feelings, the infinitely greater part of which is past or future, can be gathered up, as it were, into a single present conception, accompanied by a belief of reality. I think, by far the wisest thing we can do, is to accept the inexplicable fact, without any theory of how it takes place (...)

²²⁶ the common theory of Mind, as a so-called Substance

²²⁷ the inexplicable tie (...) which connects the present consciousness with the past one, of which reminds me, is as near as I think we can get to a positive conception of Self. That there is something real in this tie, real as the sensations themselves, and not a mere product of the laws of thought without any fact corresponding to it, I hold to be indubitable. I ascribe a reality to the Ego - to my own Mind - different from that real existence as a Permanent Possibility, which is the only reality I acknowledge in Matter: and by fair experimental inference from that one Ego, I ascribe the same reality to other Egos, or Minds.

²²⁸ the Mind is only known to itself phaenomenally, as the series of its feelings of consciousness.

própria não pode ser explicada. Quando quer que isto seja mostrado verdadeiro em qualquer outra parte do nosso conhecimento, eu admitirei esta parte como intuitiva²²⁹ (*Examination of Sir William Hamilton's Philosophy*, IX, p. 165n)".

Processos associativos requerem a lembrança de estados de consciência passados; de outro modo, não haveria um mecanismo pelo qual os hábitos da mente seriam gerados. Isto, para o associacionismo, tem de ser uma tendência primitiva inexplicada. Mill, assim, considera a memória como uma segunda fonte de "conhecimento intuitivo", em adição à "consciência presente". (HAMILTON, 1998, p. 167)

Mill está buscando algum princípio da unidade da consciência. Nas suas notas à *Analysis of the Human Mind*, de James Mill, ele escreve que "a noção da consciência do Eu é (...) uma consequência da Memória²³⁰" (*Notes to the Analysis of the Human Mind*, XXXI, p. 138), "um ser, dotado de sensações, mas desprovido de memória" (*Notes to the Analysis of the Human Mind*, XXXI, p. 213) não a teria.

Ainda que a noção de um ego não seja adquirida simplesmente de acordo com as leis de associação, mas requeira a memória como um modo de conhecimento intuitivo, é ainda assim, uma noção adquirida, e não inata. Ele não vê "razões para acreditar que haja qualquer conhecimento de um Ego até que a Memória comece²³¹" (*Examination of Sir William Hamilton's Philosophy*, p. 207).

Nenhuma explicação filosófica mais, sobre o eu, é possível. O eu é uma condição para o conhecimento, e não um objeto do conhecimento. Isso reflete um insucesso por parte de Mill? Pode ser um insucesso de duas maneiras: se alguém insistir que tudo é, em princípio, conceituável, e que a explicação deve portanto referir a outros fatos sobre o mundo natural. Em outras palavras, é um insucesso se alguém subscrever a uma metafísica naturalista. Pode também ser um insucesso se alguém acredita que podemos oferecer uma prova transcendental da existência e da natureza do Eu, tal qual um idealista. Mill não é nenhum desses, e ele acredita que ambas as abordagens estão erradas, porque elas resolvem a si próprias por uma forma de inferência não licenciada pela prática ordinária. (CAPALDI, 2017, p. 231)

Dado que a existência do "Eu" não pode ser explicável ou redutível a um objeto ou uma série de objetos, a "vontade" pareceria uma propriedade inerente de tal "Eu". É isso que o *Examination* adiciona sobre a discussão do *System of Logic*. A "vontade" teria de ser um fato definitivo e inexplicável. Mill nega que exista qualquer "compulsão misteriosa" (*Examination of Sir William Hamilton's Philosophy*, IX, p. 467). Não há um argumento positivo que prove que a vontade é livre. Qualquer argumento teria de tomar forma em uma indução causal, - afinal como se mostra que algo é incausado? - ou uma dedução transcendental, que Mill considera uma inferência ilegítima (CAPALDI, 2017, p. 231)

²²⁹ The distinction is, that as all the explanations of mental phenomena presuppose Memory, Memory itself cannot admit of being explained. Whenever this is shown to be true of any other part of our knowledge, I shall admit that part to be intuitive.

²³⁰ the notion of Self (...) is a consequence of Memory;

²³¹ [N]o reason to think that there is any cognizance of na Ego until Memory commences.

3. CONCLUSÃO - AS FRONTEIRAS DO DESCRITÍVEL.

Neste trabalho, busquei mapear o conhecimento proposicional de John Stuart Mill nas seguintes áreas: teoria das nomeações; métodos das ciências indutivas; fundamentos epistemológicos da matemática, geometria e lógica; método para as ciências sociais; a distinção entre ciências e artes e; por fim, a sua fenomenologia. Agora, resta recapitular alguns pontos do trabalho que parecem indicar, naquilo que foi exposto, os limites do conhecimento passível de descrição, assim como os pontos que sugerem o reconhecimento de algum aspecto indizível na realidade.

Não pretendo, nesse estágio da pesquisa, arriscar afirmar nenhuma interpretação unificadora dos aspectos apresentados. Resta fazer um estudo aprofundado dos cognitivismos românticos, de quais fontes mais diretamente informaram o pensamento de Mill, e um esquema geral do seu pensamento político. Tais tarefas serão realizadas em uma eventual dissertação de mestrado.

1. “Química Mental”

Para Mill, estados de consciência se combinam para produzir novos estados de consciência, com um caráter qualitativo intrínseco e completamente novo. Na associação, uma espécie de “química mental” ocorreria, na qual o produto do processo teria propriedades que não estavam presentes nos seus antecedentes - como a água possui propriedades que não estão presentes nem no hidrogênio nem no oxigênio. Esta noção de química mental deu a Mill uma clara distinção entre a análise filosófica do conteúdo de um conceito e a análise psicológica da sua origem.

2. O primitivo normativo

Nós somos naturalmente inclinados a raciocinar indutivamente, e sob uma inspeção crítica, atos de indução nos parecem “merecedores de confiança²³²” (*System of Logic*, VII, p.317). Adotamos a indução “espontaneamente” como um método de raciocínio - e sob uma consideração livre, parece razoável fazê-lo (*System of Logic*, VII, p. 317). As mais óbvias leis da natureza foram entendidas e aceitas como verdades gerais antes mesmo do desenvolvimento da linguagem. A descoberta de que o fogo queima, que a água molha etc. já sugeria o princípio da uniformidade da natureza. (REALE; ANTISERI; STORNILO, 2005, p. 309)

Estamos naturalmente dispostos a acreditar em generalizações indutivas, e tais crenças, quando as observamos, nos “batem” como razoáveis e críveis. Não há nenhuma justificação adicional das nossas propensões naturais de raciocínio para além do fato de que, sob inspeção crítica, parece-nos corretas. Trata-se de uma abordagem antropológica para o normativo,

²³² deserving of reliance

tipicamente naturalista (MACLEOD, 2018). Ele acredita que se for possível mostrar que uma disposição cognitiva age de maneira “primitivamente normativa” no nosso pensamento (SKORUPSKI, 1998c, p. 8).

No *System of Logic*, a disposição tomada como primitivamente normativa é a disposição para generalizar pela experiência. Métodos de indução que não a enumerativa não são fontes independentes para novas verdades. A malha de conhecimento que emerge a partir do que ele chama “processo indutivo” estabelece a si própria na medida em que confirma, estende e refina, ao invés de minar as normas de indução enumerativa primitivamente justificadas (SKORUPSKI, 1998c, p. 9)

Seu método psicológico reduz os “dados da consciência” ao número mínimo de elementos que podem, por princípios associacionistas, ser mostrados capazes de gerar o resto. Em termos amplos, pode-se dizer que para Mill uma disposição formadora de crença que possa ser “explicável” pela associação não é primitivamente normativa. (SKORUPSKI, 1998c, p. 9–10).

A validação inicial do princípio da indução é diretamente paralela ao argumento de Mill em favor do princípio da utilidade. Como se verá, estamos naturalmente inclinados a desejar prazer, e tais desejos, quando os observamos, nos “batem” como razoáveis - como sendo desejáveis. (MACLEOD, 2018)

3. A referencialidade da linguagem proposicional.

Mill aponta que as definições carregam com elas uma “questão de fato associada”. Deve haver uma concordância com a forma como a definição dos termos científicos respondem às novas descobertas, pois o principal propósito das definições científicas:

é servir como o marco divisório da classificação científica. E uma vez que as classificações em quaisquer ciências são constantemente modificadas na medida em que o conhecimento científico avança, as definições nas ciências também estão constantemente variando²³³ (*System of Logic*, VII, p. 139).

No vocabulário kantiano, o empirismo de Mill rejeita não apenas os juízos sintéticos *à priori*, mas também os analíticos *a priori*. A linguagem fica sujeita a avaliação do quão bem ela serve aos propósitos de investigação. O termo “solteiro”, assim, corresponderá ao “não casado”, não automática ou analiticamente, mas apenas na medida em que essa correspondência tiver uma justificação.

5. A violação inconsciente das leis da lógica

²³³ is to serve as the landmarks of scientific classification. And since the classifications in any science are constantly modified as scientific knowledge advances, the definitions in the sciences are also constantly varying.

Mill sustenta que a lógica é a mais geral das ciências empíricas, e é “universalmente verdadeira de todos os fenômenos²³⁴” (*An examination on Sir William Hamiltons Philosophy*, IX, p. 380-81). Uma vez que a lógica é a “ciência de todos os fenômenos²³⁵” e os fenômenos são tudo o que podemos conhecer, “estamos bastante seguros em olhar para elas como leis da Existência²³⁶” (*An examination on Sir William Hamiltons Philosophy*, IX, p. 382).

As leis da lógica são também as leis do pensamento, no sentido de que são os princípios nos termos dos quais não podemos deixar de pensar. Nós violamos estes termos frequentemente no nosso pensamento, é claro, mas nunca o fazemos sabendo que o fazemos. Pois “violá-los conscientemente é impossível²³⁷” (*An examination on Sir William Hamiltons Philosophy*, IX, p. 373).

Mill nega que a sua estatura como leis da existência possa ser deduzida do fato de que elas codificam as leis do pensamento. Provar que “uma contradição é impensável²³⁸” não é provar que ela é “de fato impossível²³⁹” (*An examination on Sir William Hamiltons Philosophy*, IX, p. 382). E é essa última afirmação que é requerida para se sustentar o “processo do pensamento”. “Nossos pensamentos são verdadeiros quando eles correspondem com o Fenômeno²⁴⁰” (*An examination on Sir William Hamiltons Philosophy*, IX, p; 384) (SKORUPSKI, 1998b, p. 47). Se

6. O princípio da enumerabilidade limitada.

Nas Ciências Morais, é preciso considerar-se o princípio da variedade limitada pois, se uma alternativa não tiver sido enumerada, pode ser que seja ela a verdadeira, e não as hipóteses que até agora não foram eliminadas. O que Stuart Mill apontou aos críticos da geração anterior de utilitaristas é que na área da teoria social, que lida com grandes grupos de pessoas, simplesmente há variáveis demais para que elas sejam todas enumeradas; o princípio da variedade limitada simplesmente não pode ser alcançado. Se olharmos para as instituições sociais, nós podemos descobrir relevantes “diferenças sem nenhum limite assinalável, (...) de mais formas do que se pode enumerar ou imaginar”, e conclui que “está portanto demonstrada a impossibilidade de obter, nas investigações das ciências sociais, as condições requeridas para (...) investigação por experiências específicas²⁴¹” (*System of Logic*, VIII, p, 882) A metodologia para economia política e sociologia que era proposta por Macaulay, Jones e Whewell é portanto tão defeituosa quanto o método geométrico que eles criticaram. E sobre os mesmos fundamentos: a complexidade do fenômeno social (WILSON, 1998, p. 239).

²³⁴ universally true of al phaenomena

²³⁵ laws of all phaenomena

²³⁶ we are quite safe in looking upon them as laws of Existence

²³⁷ knowingly to violate them is impossible

²³⁸ a contradiction is unthinkable

²³⁹ impossible in point of fact .

²⁴⁰ Our thoughts are true when they are made to correspond with Phaenomena

²⁴¹ differences without any assignable limit, (...) in more ways that can be enumerated or imagined ; (...) there is thus a demonstrated impossibility of obtaining, in the investigations o the social science, the conditions required for (...) inquiry by specific experience

7. A inexplicabilidade do “eu”, ou “o conhecimento não é objeto de si”.

Ainda que a noção de um ego não seja adquirida simplesmente de acordo com as leis de associação, mas requeira a memória como um modo de conhecimento intuitivo, é mesmo assim uma noção adquirida, e não inata. Ele não vê “razões para acreditar que haja qualquer conhecimento de um Ego até que a Memória comece²⁴²” (*Examination of Sir William Hamilton's Philosophy*, p. 207).

Nenhuma explicação filosófica mais, sobre o eu, é possível. O eu é uma condição para o conhecimento, e não um objeto do conhecimento. Dado que a existência do “Eu” não pode ser explicável ou redutível a um objeto ou uma série de objetos, a “vontade” pareceria uma propriedade inerente de tal “Eu”. É isso que o *Examination* adiciona sobre a discussão do *System of Logic*. A “vontade” teria de ser um fato definitivo e inexplicável. Mill nega que exista qualquer “compulsão misteriosa” (*Examination of Sir William Hamilton's Philosophy*, IX, p. 467). Não há um argumento positivo que prove que a vontade é livre. Qualquer argumento teria de tomar forma em uma indução causal, - afinal como se mostra que algo é incausado? - ou uma dedução transcendental, que Mill considera uma inferência ilegítima (CAPALDI, 2017, p. 231)

8. O objeto das artes excita sentimentos.

Mill permite que as proposições da arte afirmem algo factual: que a conduta excita algum sentimento de aprovação (presumivelmente aprovação ou desaprovação, dependendo do julgamento) (FLETCHER, 2017, p. 301).

É verdade que, no senso mais amplo dos termos, mesmo essas proposições aferem algo que é uma questão de fato. O fato afirmado neles é este, que a conduta recomendada excita na mente do falante o sentimento de aprovação. Isto, todavia, não leva ao fundo da questão; pois a aprovação do falante não é razão suficiente pela qual outras pessoas devem aprovar; nem deve essa ser uma razão conclusiva mesmo para ele próprio²⁴³ (*System of Logic*, VIII, p.949).

O que constitui a Arte da Vida de Mill? a Arte da Vida possui três departamentos: moralidade, prudência e estética - “o correto, o apropriado/prudente (*expedient*), e o belo ou nobre²⁴⁴” (*System of Logic*, VIII, p. 949)

É importante notar aqui que Mill repetida e explicitamente reivindica que os primeiros princípios são sobre o valor dos objetos de desejo e aprovação. Portanto os primeiros princípios são axiológicos - sobre valor - ao invés de deonticos ou diretivos (FLETCHER, 2017, p. 302).

²⁴² [N]o reason to think that there is any cognizance of na Ego until Memory commences.

²⁴³ It is true that, in the largest sense of the words, even these propositions assert something as a matter of fact. The fact affirmed in them is, that the conduct recommended excites in the speaker's mind the feeling of approbation. This, however, does not get to the bottom of the matter; for the speaker's approbation is no sufficient reason why other people should approve; nor ought it to be a conclusive reason even with himself.

²⁴⁴ the right, the expedient, and the beautiful or noble

Ainda, Mill deixa claro que todas as artes que não aquelas que compõem a Arte da Vida - Mill menciona arquitetura e medicina como exemplos - são subordinadas à Arte da vida de tal modo que apenas a Arte da Vida pode adjudicar e declarar os objetos de tais artes subordinadas como desejáveis ou dignas de ser perseguidas. (FLETCHER, 2017, p. 303) Todas as outras artes são, portanto “o resultado conjunto das leis da natureza reveladas pela ciência, e os princípios gerais da teleologia, ou a doutrina dos fins²⁴⁵” (*System of Logic*, VIII, p.949).

Em terceiro lugar, Mill acredita que há de fato um princípio, um princípio teleológico definitivo da razão prática, que governa todos os compartimentos da Arte da Vida - moralidade, prudência/adequação e estética.

Assim, o princípio teleológico (ou de razão prática) supremo de Mill é o próprio princípio da utilidade, que avalia a desejabilidade dos objetos de desejo e avalia regras práticas baseadas na desejabilidade ou valor dos seus objetos. O princípio é a fundação para a moralidade, prudência e estética e avalia estas e outras regras práticas, apenas em termos da felicidade resultante para todos os seres sensíveis (FLETCHER, 2017, p. 303)

²⁴⁵ a joint result of laws of nature disclosed by science, and of the general principles of teleology, or the doctrine of ends

BIBLIOGRAFIA:

Fonte primária:

Mill, John Stuart. **Collected Works of John Stuart Mill**, ed. J.M. Robson (Toronto: University of Toronto Press, London: Routledge and Kegan Paul, 1963-1991), 33 vols. 23/11/2018. <https://oll.libertyfund.org/titles/165>

Fontes secundárias:

BALL, Terence. Psychology, Associationism, and Ethology. In: **A Companion to Mill**. West Sussex: Wiley-Blackwell, 2017.

BENTHAM, Jeremy. **The Works of Jeremy Bentham**. Endimburgh: William Tait, 1843. Disponível em: <<http://oll.libertyfund.org/titles/1920>>

BEROFSKY, Bernard. In Defense of Mill's Theory of Free Will. In: LOIZIDES, Antis (Ed.). **Mill's A System of Logic: Critical Appraisals**. New york: Routledge, 2014. p. 272.

BORNHEIM, Gerd. A Filosofia do Romantismo. In: GUINSBURG, Jacó; (Ed.). **O Romantismo**. 3a ed. São Paulo: Perspectiva, 1973.

BRISTOW, William. Enlightenment. In: **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Zalta, 2017.

BUCHHOLZ, Todd G. **Novas idéias de economistas mortos**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

CAPALDI, Nicholas. **John Stuart Mill: A Biography**. Cambridge: The Cambridge University Press, 2004.

CAPALDI, Nicholas. Mill on Metaphysics. In: MACLEOD, Christopher (Ed.). **A Companion to Mill**. West Sussex: Wiley-Blackwell, 2017.

CRIMMINS, James E. Jeremy Bentham. In: **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**., 2018.

DALAUQUA, Gustavo Hessmann. **O desenvolvimento do eu em J. S. Mill**. 2015. Universidade Federal do Paraná, [s. l.], 2015. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/37295>>. Acesso em: 5 maio. 2018.

DANCY, Jonathan.; SOSA, Ernest.; STEUP, Matthias. **A companion to epistemology**. [s.l.] : Wiley-Blackwell, 2010.

EDMUNDSON, William. **Uma Introdução aos Direitos**. 1a ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

ELIA, Silvio. Romantismo e Linguística. In: GUINSBURG, Jacó; (Ed.). **O Romantismo**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

FERRY, Luc. **Aprender a Viver: Filosofia para os novos tempos**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

FERRY, Luc. **Kant: Uma leitura das três Críticas**. Rio de Janeiro: Difel, 2009. a.

FERRY, Luc. **A Nova Ordem Ecológica**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. b.

- FLETCHER, Guy. Mill's Art of Life. In: MACLEOD, Christopher (Ed.). **A Companion to Mill**. West Sussex: Wiley-Blackwell, 2017.
- GRUEN, Lori. The Moral Status of Animals. In: **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**., 2017.
- GUINSBURG, Jacó; ROSENFELD, Anatol. Romantismo e Classicismo. In: GUINSBURG, Jacó (Ed.). **O Romantismo**. 3a ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- HALLIDAY, R. J. (Richard John). **John Stuart Mill**. [s.l.] : Routledge, 2004.
- HAMILTON, Andy. Mill, Phenomenalism, and the self. In: SKORUPSKI, John (Ed.). **The Cambridge Companion to: Mill**. Cambridge; New York; Melbourne: The Cambridge University Press, 1998.
- HART, H. L. .. **Essays in Jurisprudence and Philosophy**. [s.l: s.n.].
- KITCHER, Philip. Mill, mathematics, and the naturalist tradition. In: SKORUPSKI, John (Ed.). **The Cambridge Companion to Mill**. Cambridge; New York; Melbourne.
- MACAULAY, T. .. **Mill's Essay on Government: Utilitarian Logic and Politics**. [s.l.] : Lively and Rees, 1978.
- MACLEOD, Christopher. John Stuart Mill. In: **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**.Metaphysics Research Lab, Stanford University, 2018.
- MASSELLA, Alexandre Braga. Introdução. In: **A lógica das ciências morais**. São Paulo: Iluminuras, 1999. p. 9–22.
- MILL, James. **Essays on the Formation of Human Character**. [s.l.] : Philanthropist, 1813.
- MILL, James. **An Essay On Government**. [s.l.] : Lively and Rees, 1978.
- MILL, James. **James Mill: Political Writings**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- PAPINEAU, David. Naturalism. In: **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**.Metaphysics Research Lab, Stanford University, 2016.
- REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario; STORNILOLO, Ivo. **História da filosofia : do romantismo ao empiriocriticismo**. 2a ed. ed. São Paulo: Paulus, 2005.
- RYAN, Alan. A System of Logic and the “Art of Life”. In: LOIZIDES, Antis (Ed.). **Mill's A System of Logic: Critical Appraisals**. New York. p. 272.
- SCARRE, Geoffrey. Induction and the scientific method. In: SKORUPSKI, John (Ed.). **The Cambridge Companion to: Mill**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. p. 112–137.
- SCHILLER, Johann Christoph Friedrich Von. **On the Aesthetic Education of Man, In a Series of Letters Written from 1793 to 1795**. Oxford: Clarendon, 1967.
- SHAPIRO, Ian. **Fundamentos Morais da Política**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- SINNOTT-ARMSTRONG, Walter; FOGELIN, Robert J. **Understanding arguments : an**

introduction to informal logic. 8th. ed. Belmont, CA: Wadsworth, Cengage Learning, 2010.

SKORUPSKI, John. Mill, John Stuart (1806 - 73). In: DANCY, JONATHAN; SOSA, ERNEST; STEUP, Matthias (Ed.). **A Companion to Epistemology**. 2nd. ed. [s.l.] : Blackwell Publishing, 1993. p. 525–527.

SKORUPSKI, John. Introduction: the fortunes of liberal naturalism. In: SKORUPSKI, John (Ed.). **The Cambridge Companion to: Mill to Mill**. Cambridge; New York; Melbourne: Cambridge University Press, 1998. a. p. 1–34.

SKORUPSKI, John. Mill on Language and Logic. In: SKORUPSKI, John (Ed.). **The Cambridge Companion to: Mill**. Cambridge: The Cambridge University Press, 1998. b. p. 35–56.

SKORUPSKI, John. **The Cambridge Companion to Mill**. Cambridge; New York; Melbourne: Cambridge University Press, 1998. c.

SKORUPSKI, John. Mill, German Idealism, and the Analytic/Continental Divide. In: MACLEOD, Christopher (Ed.). **A Companion to Mill**. West Sussex: Wiley-Blackwell, 2017.

THORNBLY, Anthony. Liberty and Self-Development: Goethe and John Stuart Mill. **Neohelicon**, [s. l.], v. 3–4, 1973.

WILSON, Fred. Mill on psychology and the moral sciences. In: SKORUPSKI, John (Ed.). **The Cambridge Companion to Mill**. Cambridge; New York; Melbourne: The Cambridge University Press, 1998. p. 203–258.